Milton Santos, professor da Universidade Federal da Bahia até 1964, ensinou depois em diversas universidades na Europa, na África, na América do Norte e do Sul. Entre os assuntos do seu interesse estão a problemática da urbanização no Terceiro Mundo e a teoria e a metodologia geográfica, temas sobre os quais publicou diversos livros e inúmeros artigos em português, francês, espanhol, inglês e japonês. Atualmente é professor titular de Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Entre as honrarias que recompensam o seu trabalho intelectual, está o título do doutor *honoris causa* recebido da Universidade de Toulouse (1980) e da Universidade Federal da Bahia (1987), e da Universidade de Buenos Aires (1992).

EDITORA HUCITEC

A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA MILTON SANTOS

Milton Santos

A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

TORA HUCITEC

ISBN 85.271.0230-7
Foi feito o depósito legal.

SUMÁRIO

1.

PREFÁCIO/INTRODUÇÃO

Como se define, hoje, a urbanização brasileira? Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização. O turbilhão demográfico e a terciarização são fatos notáveis. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no País, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro os nexos essenciais devem-se sobretudo a atividades de relação complexas e no segundo a atividades mais diretamente produtivas.

Registra-se, todavia, uma atenuação relativa das macrocefalias, pois além das cidades milionárias desenvolvem-se cidades intermediárias ao lado de cidades locais, todas, porém, adotando um modelo geográfico de crescimento espraiado, com um tamanho desmesurado que é causa e é efeito da especulação. Pode-se, desse modo, falar de uma metropolização contemporânea da "desmetropolização", fenômenos que se dão simultaneamente. O perfil urbano se torna complexo, com a tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos de matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos. Mas há, também, paralelamente, uma certa "involução" metropolitana, o crescimento econômico das grandes cidades sendo menor que o das regiões agrícolas dinâmicas e respectivas cidades regionais. O novo perfil industrial tem muito a ver com esse resultado. Por isso, a grande cidade, mais do que antes, é

um pólo da pobreza (a periferia no pólo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades "marginais" do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal. Um gasto público crescentemente orientado à renovação e à reviabilização urbana e que sobretudo interessa aos agentes socioeconômicos hegemônicos, engendra a crise fiscal da cidade; e o fato de que a população não tem acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. Algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Como, nas cidades, vive a maioria dos brasileiros? Quais as suas condições de trabalho e não-trabalho? Qual a sua renda? Que acesso têm aos benefícios da modernidade? Quais as suas carências principais?

Como se distribuem, na cidade, as pessoas, segundo as classes e os níveis de renda? Quais as conseqüências da marginalização e da segregação? Quais os problemas da habitação e da mobilidade, da educação e da saúde, do lazer e da seguridade social?

Como definir os lugares sociais na cidade, o centro e a periferia, a deterioração crescente das condições de existência?

Ao longo do século, mas sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.

A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Estas, para se tornarem efetivas, supõem atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano, seu testemunho eloqüente, é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas sobretudo buscar uma interpretação abrangente.

Desse modo, deve ser tentada uma pequena teoria da urbanização brasileira como processo, como forma e como conteúdo dessa forma. O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim com das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. Os nexos que esses fatores mantêm em cada fase histórica devem permitir um primeiro esforço de periodização que deve iluminar o entendimento do processo. O período presente será estudado como um resultado da evolução assim descrita e será dada ênfase às suas principais caraterísticas.

O estado da arte

É sintomático que a urbanização brasileira não haja merecido muitos estudos de conjunto, seja pela abrangência interdisciplinar ou mesmo por uma visão do território tomado como um todo. Enquanto estudos sobre aspectos particulares do fenômeno são muito numerosos, as ambições mais gerais fazem falta. Sem contar as análises históricas de Nestor Goulart Reis Filho (1968) e Aroldo de Azevedo (1956) a respeito do passado urbano, um primeiro esforço de entendimento global do fenômeno recente é o estudo já clássico de Pedro Geiger. Muitos anos depois, Milton Santos (1968) publica um artigo com a mesma ambição, mas sem a mesma amplitude. Esforço parecido é, em seguida, empreendido por Vilmar Faria (1976) e por Fany Davidovitch (1978).

Mais recentemente, esforços bem-sucedidos nessa mesma direção foram feitos por Fany Davidovitch (1981 e 1987), Olga Buarque Fredrich (1978 e 1982), François E. J. de Bremaeker (1986), Antonio de Ponte Jardim (1988), Candido Malta Filho (1989), Ge-

raldo Serra (1991). A publicação organizada por Fernando Lopes de Almeida (1978), ainda que consagrada à América Latina como um todo, tem grande interesse para o caso brasileiro. Alguns estudos, feitos sem a intenção específica de apresentar um quadro geral da urbanização brasileira, se aproximam no entanto desse objetivo, graças ao enfoque contextual adotado. É o caso dos trabalhos de Manuel Diégues Júnior (1964), de Paul Singer (1968) ou o trabalho de Ablas e Fava (1985).

Não será, todavia, por falta de listagens bibliográficas, algumas das quais comentadas e críticas, que estudos de síntese deixaram de ser feitos. Ainda no anos 50, M. Santos e Dorcas Chagas apresentaram uma bibliografia dos estudos recentes de geografia urbana, e nos anos 60 é a vez de Nice Lecocq Muller (1968) e Roberto Lobato Corrêa (1968). Dez anos depois (1978), quando do Encontro da Associação de Geógrafos Brasileiros, Roberto Lobato Corrêa, Olga Buarque Fredrich, Armen Mamigonian e Pedro Geiger apresentam uma listagem e uma crítica dos estudos urbanos no Brasil.

Mais recentemente ainda, e acompanhando o desenvolvimento dos programas de pós-graduação e a expansão e diversificação da pesquisa urbana, novos esforços foram empreendidos para uso nacional e internacional. Entre os mais conhecidos, estão os de Licia Valladares (1988, 1989, 1991), Roberto Lobato Corrêa (1989), Mauricio A. Abreu (1990), Maria Flora Gonçalves (1988).

Esforços bibliográficos são, por natureza, raramente completos. De um lado, a área de estudos urbanos desenvolveu-se e diversificou enormemente, incluindo aspectos insuspeitados de análise que escapam às taxonomias clássicas. Mas, também, tais pesquisas são, hoje, feitas em diversos lugares e têm diversas origens e finalidades, de modo que muitos resultados acabam por não ultrapassar círculos restritos. Acrescente-se, igualmente, a superexposição de que se prevalecem alguns poucos centros de pesquisa no País, para entender por que, de um modo geral, as listas organizadas não podem abarcar todo o universo da pesquisa realmente realizada, apesar dos esforços que são feitos para remediar essa falha. As preocupações estatísticas também prejudicam o estabelecimento de uma bibliografia crítica que também seja uma história comentada dos pontos de vista, gerados com base em uma realidade que fornece os elementos da análise, mas também tributária das idéias mais gerais, idéias locais ou extralocais, que

inspiram o método. Seja como for, o fato de que as bibliografias existam ajuda o pesquisador desejoso de fazer uma síntese, mas o fato de que sejam incompletas desencoraja a produção de estudos interpretativos mais gerais.

O fato de que este tema de estudos seja muito sensível às modas é, certamente, uma das razões do caráter repetitivo dos temas abordados e da dificuldade para encontrar esquemas de trabalho adaptados à realidade e capazes de autorizar um enfoque abrangente. Área muito aberta a contatos internacionais — às vezes decisivos em termos de carreira — é freqüente a adoção apressada e a utilização canhestra de fragmentos de idéias colhidos em congressos ou tomados precipitadamente em pedaços de livros e artigos. Como esses aleijões ocupam o lugar de um paradigma, graças à autoridade ou notoriedade dos autores, a preocupação com a formulação de uma teoria menor, adequada à realidade brasileira, deixa de ser fundamental.

Esse deslocamento em relação à história concreta e ao presente atual da formação social — melhor ainda, da formação socioespacial — brasileira é bem visível nas aplicações práticas da reflexão urbana ou nos estudos prévios a essas aplicações práticas. Referimo-nos ao planejamento urbano, mais especificamente aos chamados Planos Diretores. A idéia de que a cidade é uma totalidade menor, dependente, ao mesmo tempo, de uma lógica local, de uma lógica nacional e de uma lógica mundial, foi raramente utilizada com base em uma metodologia conseqüente. Houve, nos casos mais flagrantes, confusão entre impossibilidade de tratar, de uma vez, toda a problemática e a necessidade de conhecê-la, até mesmo para poder partir de hierarquias solidamente estabelecidas. Pelo contrário, os fragmentos do todo tomados como motivo de análise foram escolhidos com base em um conhecimento historicamente envelhecido ou derivado de um modismo sem relação com a estrutura dos fatos sob exame.

Problemas deste livro

Este livro surge no quadro dessa realidade e retira daí alguns de seus principais escolhos. Pretendendo ser obra de síntese, padece de três principais deficiências.

A primeira vem do fato de que toda obra de síntese é, forçosamente, uma obra crítica. E não há obra de síntese ou de crítica

que possa contentar-se de achados unicamente originais, sem a base de análises que a precedam com idênticas intenções, mesmo que se refiram a épocas passadas.

A segunda deriva de que o Autor, ainda que desejando incorporar à sua visão multiplicidade dos fenômenos sociais, é, confessadamente, o especialista de um aspecto da sociedade — um geógrafo; por maiores que sejam sua ambição, seu atrevimento, seu esforço e curiosidade em relação ao que produzem outros especialistas, seu entendimento é forçosamente orientado. E, como judiciosamente escreveu J. R. Amaral Lapa (1980), "não é esta ou aquela ciência que nos oferecerá a 'representatividade' mais completa do conhecimento de uma realidade mais totalizante, ou melhor, o próprio conhecimento da realidade imanente a ela, mas o conjunto das ciências que poderá dar conta dos níveis econômicos, sociais, políticos, culturais e mentais daquela realidade"...

A terceira razão é que a posição do autor dentro do seu próprio campo de estudo — como explicitado em trabalhos teóricos e de método anteriores: *Por uma geografia nova* (1978), *espaço e método* (1985) e outros — leva-o a certas preferências, certos partidos e escolhas, certas formas de busca de um entendimento global que outros autores não apenas não adotam, como, igualmente, podem não aceitar.

Desse modo, este livro nasce, como tantos outros, com uma marca nitidamente pessoal. Isso não exclui, todavia, a preocupação com a coerência do argumento e a busca de interpretação da realidade com base nos fatos.

Como em outros casos, este livro é tributário de inúmeras formas de encorajamento e de numerosas contribuições. A primeira é, sem dúvida, o próprio trabalho de outros autores, cujas idéias ou dados nos serviram de inspiração ou arrimo. A ajuda, próxima ou passada, de agências de fomento à pesquisa foi, igualmente, inestimável, como, por exemplo, a colaboração da FAPESP para o meu primeiro livro sobre São Paulo, a da FINEP para os estudos que fiz com meus colegas do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a do CNPq pela concessão de auxílios e de uma bolsa de pesquisa. As reflexões conjuntas com meus orientandos na UFRJ e na USP, assim como as indagações dos meus estudantes, também me chamaram a atenção para muitos aspectos da problemática.

Em 1989, um convite de Darcy Ribeiro levou-me a trabalhar com esse amigo, num projeto patrocinado pelo INEP e do qual faziam parte outros pesquisadores. O objetivo era fornecer um conjunto de estudos sobre a realidade brasileira, conforme à preocupação do então diretor daquele organismo, o dr. Marcos Formiga. Caber-me-ia, nesse elenco, a produção de um livro que, a prevalecer o alvitre de Darcy, se deveria chamar *A urbanização caótica*. O projeto começou bem, com algumas reuniões de trabalho no Rio de Janeiro, chegou a progredir, mas aparentemente não teve o final desejado, ainda que os participantes não houvessem desanimado e prosseguissem, cada qual para o seu lado, na tarefa encetada. O desenvolvimento da pesquisa, na qual pude contar com a colaboração da geógrafa Denise S. Elias, levou-nos para caminhos diferentes. Nossa intenção era produzir uma visão da urbanização brasileira ao longo de um século e nesse sentido Denise Elias conseguiu empreender um trabalho exaustivo, cobrindo o período 1872-1980, ao mesmo tempo em que, sobre o setor serviços da economia um outro estudo, à base das estatísticas disponíveis, foi realizado pela arquiteta Cilene Gomes. Ambos esses estudos permanecem inéditos.

Quanto ao nosso projeto original, logo verifiquei que a abordagem desse assunto — A Urbanização Caótica — sobretudo porque não sabíamos muito aonde nos levaria o talento fogoso de Darcy, nem conhecíamos os objetivos finais de cada membro da equipe — ficava distante da minha própria proposta mais geral de estudos geográficos. Daí a mudança de rumos e a decisão, tomada pouco a pouco, de prosseguir o estudo com uma visão própria. Na realidade, há muito que desejo empreender dois estudos de síntese, um mais alentado, sobre a evolução do território brasileiro (sobretudo em sua fase mais recente) e outro, mais sintético, sobre a urbanização. Este, de fato, seria a retomada de um artigo publicado, nos anos 60, nos *Annales de Géographie,* sobre a urbanização brasileira. Esse artigo foi traduzido para a nossa língua e publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, mas parece não haver sido muito lido ou muito apreciado. Como disse antes, havia, desde muito, tomado a decisão de retomar o assunto, e já vinha trabalhando no tema quando Darcy Ribeiro teve a gentileza de me convocar.

Este livro é, pois, o resultado de um antigo projeto. A proposta de Darcy Ribeiro não foi abandonada, apenas se reduziu a um capítulo desta pequena obra, incluindo-se numa proposta mais

ampla. *A urbanização caótica* é, na realidade, um aspecto da *urbanização corporativa* e uma resposta à constituição, no território, de um *meio técnico-científico* cujo *outro*, no campo social, é a formação de uma sociedade cada vez mais dual.

O atraso na realização do Recenseamento Geral do Brasil e a indisponibilidade de dados mais numerosos sobre a urbanização e as cidades constituiu, para nós, uma dificuldade, apenas minorada pelo fato de que desde o início havíamos tomado partido por um discurso mais qualitativo, onde os processos comparecem como a peça central da explicação. O fato, porém, do envelhecimento do Censo de 1980 pela mudança da dinâmica social e territorial e a proposta, por nós, de novas categorias de análise que foram objeto de poucos estudos empíricos e de magra discussão teórica, faz de nosso empreendimento tarefa arriscada. Esperamos que a nossa decisão de enfrentá-la não seja tomada como arrogância, mas apenas como a vontade de testar, à luz da história, a coerência das hipóteses.

2.

A URBANIZAÇÃO PRETÉRITA

Durante séculos o Brasil como um todo é um país agrário, um país "essencialmente agrícola", para retomar a célebre expressão do Conde Afonso Celso. O Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização e, de Salvador pode-se, mesmo, dizer que comandou a primeira rede urbana das Américas, formada, junto com a capital baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centros de culturas comerciais promissoras no estuário dos rios do Recôncavo.

No dizer de Oliveira Vianna (1956, p. 55), "(...) O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial".

No começo, a "cidade" era bem mais uma emanação do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. Mas é temerário dizer, como o fez B. Hoselitz (1960) para toda a América Latina, que a cidade cresceu aqui "como flor exótica", pois sua evolução vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, vai ser modificado.

Referindo-se aos primórdios da urbanização[1], Nestor Goulart Reis (1968) estuda o período entre 1500 e 1720, em que destaca três principais etapas de organização do território brasileiro. A

1 Os primórdios da constituição da rede urbana brasileira vêm indicados em P. Deffontaines (1944). Uma reconstituição da genealogia das cidades e vilas do Brasil colonial é oferecida por Aroldo de Azevedo (1956) que descreve o estado da urbanização em cada século do período anterior à Independência.

primeira fase, "entre 1530 e 1570 (...) cujo ponto de maior intensidade estaria compreendido entre os anos de 1530 a 1540". Entre a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a de Filipéia da Paraíba em 1585, há um intervalo em que apenas ocorre a instalação de Iguape. O segundo período fica "entre 1580 e 1640, anos de dominação espanhola, com dois pontos de maior intensidade: os anos entre 1610 e 1620, com a fundação de uma vila e três cidades e entre 1630 e 1640, com a fundação de nove vilas, (...) com a existência de uma urbanização sistemática na costa norte, em direção à Amazônia" (p. 79). Num terceiro momento, "entre 1650 e 1720, foram fundadas trinta e cinco vilas, elevando-se duas delas à categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Ao fim do período, a rede urbana estava constituída por respeitável conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades".

N. Goulart Reis (1968) inclui, como elementos explicativos da urbanização no que chama de "o sistema social da Colônia" os seguintes elementos: a organização político-administrativa, consideradas, de um lado, as capitanias e o governo-geral e de outro a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração)[2].

VILAS E CIDADES (CRIADAS)

	Século XVI	*Século XVII*	*Século XVIII até 1720*
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espírito Santo	2	1	
Guanabara	1		
São Paulo	6	10	1
Pará		4	
Maranhão		2	1
Alagoas		3	
Rio de Janeiro		6	
Paraná		2	
Santa Catarina		1	1
Piauí			1
Ceará			1
Minas Gerais			8

Tirado de Nestor Goulart Reis, 1968, p. 84 a 88.

2 "Os centros urbanos apresentavam então uma vida que pode ser caracterizada como intermitente. Cessado o movimento decorrente do afluxo de senhores de terra, tinham uma aparência de abandono e desolação (...)." (N. Goulart Reis, 1968, p. 97).

A propósito da intermitência da vida urbana ver, para Salvador, Thales de Azevedo e Theodoro Sampaio. Quanto à dependência da vida rural ver Sérgio Buarque de Holanda (1956, p. 117) ou Caio Prado Jr. (1953).

De modo geral, porém, é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve e "a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana" (R. Bastide, 1978, p. 56)[3]. Mas foi necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje.

O processo pretérito de criação urbana está documentado em alguns outros estudos de síntese, como o de M. Marx (1991). Tra-

3 "Não se creia que esta civilização do açúcar permaneceu imutável através dos séculos. Modificou-se pelo menos duas vezes, conservando, todavia, sob estas transformações, seus traços característicos: latifúndio e monocultura.

"A primeira revolução, a da urbanização, inicia-se no século XVIII, mas só atinge sua plena expansão no século XIX. A casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana.

(...)

"A segunda revolução foi técnica. Em 1815, surge na Bahia a primeira máquina a vapor; em 1834, já são encontradas 64. O antigo engenho de água ou de tração animal desaparece. (...) a máquina a vapor não modifica subitamente a estrutura da sociedade, que continua fundada na família patriarcal, nem o modo de produção, que é sempre a escravidão. (...) uma reviravolta considerável (...) a partir de 1872: a passagem de engenho para a usina. (...) O maquinismo, mais custoso, mais científico (...) concedia a primazia ao capital financeiro sobre o capital representado pela terras" (R. Bastide, *Brasil, terra de contrastes,* Difel, São Paulo, 1978, p. 56-57).

tava-se muito mais da geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização. Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. A mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do território (não apenas no caso da cana) vêm trazer novo impulso e nova lógica ao processo.

No fim do período colonial, as cidades, entre as quais avultaram São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam perto de 5,7% da população total do País, onde viviam, então, 2.850.000 habitantes (Caio Prado Jr., 1953, p. 21). Basta lembrar que na passagem do século XVII para o século XVIII, Salvador já reunia 100.000 moradores, enquanto nos Estados Unidos nenhuma aglomeração tinha mais de 30.000 (M. Santos, 1959)[4].

---

4 As estimativas da população urbana e da população total brasileira nos primeiros séculos não são condizentes entre si, como mostram os exemplos seguintes:

População urbana	
1872	5,9%
1890	6,8%
1900	9,4%
1920	10,7%
1940	31,24%
1950	36,16%
1960	45,08%
1970	56,00%
1980	65,10%

Ruben George Oliven, *Urbanização e mudança social no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1980, p. 69, tabela 1.

População total e urbana do Brasil (em milhões de habitantes)

	Pop. total 1	*Pop. urbana* 2	*2:1*
1872	9,9	mais de 0,9	mais de 10%
1890	14,3	mais de 1,3	mais de 10%
1920	30,6	mais de 3,0	mais de 10%
1940	41,2	13,1	31,8%
1950	51,9	18,8	36,2%

Pedro Geiger, 1963, p. 20.

Em 1872, apenas três capitais brasileiras contavam com mais de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Somente Belém (61.997) contava mais de 50.000 residentes. São Paulo, então, tinha uma população de 31.385 pessoas.

Em 1890, eram três as cidades com mais de 100.000 moradores: Rio de Janeiro com 522.651, Salvador com 174.412 e Recife com 111.556. Três outras cidades passavam da casa dos 50.000 (São Paulo: 64.934; Porto Alegre: 52.421; Belém: 50.064).

Em 1900, havia quatro cidades com mais de cem mil vizinhos e uma beirava essa cifra.

Rio de Janeiro	– 691.565
São Pulo	– 239.820
Salvador	– 205.813
Recife	– 113.106
Belém	– 96.560

Com mais de 50.000 residentes ou perto disso estavam cinco capitais: Porto Alegre: 73.674; Niterói: 53.433; Manaus: 50.300; Curitiba: 49.755: Fortaleza: 48.369 (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, *Anuário estatístico do Brasil de 1912*, Rio, 1916).

É, todavia, no fim do século XIX que se conhece a primeira aceleração do fenômeno: são 5,9% de urbanos em 1872, mas em 1900 eles já somam 9,4% (Oliven, 1980, p. 69). Para Pedro Geiger (1983, p. 20) já em 1872 a população urbana brasileira representava cerca de 10% do total, índice que iria manter-se (quase) em 1900. Mas, enquanto naquele ano os urbanos eram cerca de 900.000, em 1900 seu número ultrapassava 1.200.000. O fato é que a população brasileira subira de 9,9 milhões para 14,3 milhões, crescendo mais de 40% em apenas quinze anos. Todos esses dados, porém, devem ser tomados com cautela, já que somente após

População total	
1872	10.112.061
1890	14.333.915
1900	18.200.000
1920	27.500.000
1940	41.252.944

Fonte: Giorgio Mortara, "O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940", em *Estudos de estatística teórica e aplicada*, Estatísticas Demográficas n.° 13, IBGE, Rio, 1951. Tirado de Villela e Suzigan, 1973, p. 90, tabela II-6.

1940 as contagens separavam a população das cidades e das vilas da população rural do mesmo município (Juarez R. Brandão Lopes, 1976, p. 13; Nancy Alessio, 1970, p. 109; Pedro Geiger, 1963, p. 20)[5].

Se o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século 19 e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%), foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse passando a 31,24%. A população concentrada em cidades passa de 4.552.000 pessoas em 1920 para 6.208.699 em 1940 (Villela e Suzigan, 1973, p. 199)[6]. Nesse pe-

---

5 Quanto às diversas contagens da população ao longo da história brasileira, M. L. Marcilio (1972) refere-se a três eras: o período pré-estatístico (do início da colonização até a metade do século 18); o período protoestatístico (que termina com o primeiro recenseamento geral do Brasil, em 1872); e o período estatístico que aí começa. Quanto à urbanização, a era protoestatística seria mais prolongada, porque a fase propriamente estatística só iria começar com o recenseamento de 1940.

Já Pedro Geiger (1963, p. 20) afirma que "é difícil apurar a participação da população urbana para períodos anteriores a 1940, pois os censos, antigamente, não destacavam essa característica. Existem dados para as capitais dos Estados, antigas Províncias do Império, bem como para o Distrito Federal, Município Neutro, no Império. Com os dados destas cidades, apenas, a porcentagem sobre a população total brasileira era de 10%, mais ou menos, entre 1872 e 1920".

Em outro estudioso da questão, lemos o seguinte: "no quadro III apresentam-se dados sobre o grau de urbanização no Brasil, de 1872 a 1960, medido, em cada ano, pelo número de cidades com mais de cinqüenta mil, cem mil, e meio milhão de habitantes e pela população que as habitava. Uma advertência faz-se desde logo necessária: os dados do censo de 1920 e anteriores não são, a rigor, comparáveis aos de 1940 a 1960. Somente a partir de 1940 se começou a separar a população das cidades e vilas (quadros urbano e suburbano) da rural do mesmo município. Assim, fomos obrigados a nos utilizar, para os quatro primeiros censos (1872 a 1920), das populações totais dos municípios com cinqüenta mil habitantes ou mais, enquanto para os três últimos (1940 a 1960) tomamos os dados mais exatos, que excluem a população rural do município. O erro é maior, é claro, para as cidades menores (afetando mais, portanto, a coluna das de cinqüenta mil habitantes ou mais) pois para as maiores a parcela rural é proporcionalmente bem menor" (J. R. Brandão Lopes, *Desenvolvimento e mudança social,* 1976, p. 13.

6 *Cidades de mais de 20.000 habitantes. Crescimento entre 1920-40*

	N.º cidades		*População*		*Crescimento*
	1920	*1940*	*1920*	*1940*	*%*
Norte	3	2	223.775	234.527	3,5
Nordeste	20	15	1.138.105	1.268.019	11,4
Leste	18	11	1.313.624	2.127.430	62,0
São Paulo	20	16	1.339.587	1.915.876	43,0
Sul	2	10	515.618	642.793	24,7
Centro-Oeste	1	1	21.360	23.054	7,9

ríodo, a população ocupada em serviços cresce mais depressa que o total da população economicamente ativa. Enquanto esta aumenta pouco mais de 60%, passando de 9.150.000 para 14.661.000, os ativos do terciário mais que dobram, crescendo quase 130%, pois eram 1.509.000 em 1920 e são 3.412.000 em 1940 (Villela e Suzigan, 1973, p. 94)[7].

Segundo dados encontrados em R. G. Oliven (1980, p. 71), entre 1925 e 1940, a participação dos setores primário e secundário na população ativa teria diminuído, ao passo que a do setor terciário estaria em aumento[8].

---

7 *População Economicamente Ativa, 1920-1940*
(em milhares de pessoas)

	1920	*1940*
Agricultura	6.377	9.732
Indústria	1.264	1.517
Serviços	1.509	3.412
Total	9.150	14.661

Fonte: IBGE, Recenseamentos Gerais. Tirados de Villela e Suzigan, 1973, p. 94, tabela II.9.

Segundo os mesmos autores e com a divisão censitária de então, tínhamos, em 1920, o Nordeste e São Paulo com a maior quantidade de núcleos com mais de 20.000 habitantes, cada qual com vinte cidades; segue-se o Leste com dezoito, o Sul com doze, enquanto o Norte ficava apenas com duas e o Centro-Oeste com uma. As vinte cidades de São Paulo somavam a maior população, 1.339.587 habitantes, a comparar com os 1.313.624 das do Leste e os 1.138.105 das do Nordeste.

Se considerarmos a divisão regional atual (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) para 1940, 1965, 4% do total da população das cidades com mais de 20.000 habitantes encontra-se na Região Sudeste, com o Estado de São Paulo reunindo, sozinho, 31% dessa população, isto é, mais do que toda a Região Norte (3,7%), Nordeste (20,15), Sul (10,3%) e Centro-Oeste (0,3%) somados.

8 *Estrutura ocupacional do Brasil*
(em termos porcentuais e absolutos, em milhares)

Setor	*1925*	*1940*	*1950*	*1960*	*1970*
Primário	68%	64%	59,9%	53,7%	44,6%
	7.011	9.446	10.253	12.164	13.183
Secundário	12%	10,1%	14,2%	13,1%	18%
	1.237	1.491	2.431	2.697	5.320
Terciário	20%	25,9%	25,9%	33,2%	37,4%
	2.062	3.823	4.433	7.520	11.054
Total	10.310	14.759	17.117	22.651	29.557

Ruben George Oliven, Op. cit., p. 71, tabela 4.

	1920	1940
Setor primário	68%	64%
Setor secundário	12%	10,1%
Setor terciário	20%	25,9%

No Estado de São Paulo, a expansão da urbanização nesse período é marcante, com um crescimento de população urbana da ordem de 43%. Segundo Rosa E. Rossini (1988, p. 74, tese), "no final da década de 1920 (...) a urbanização do interior, evoluindo de forma acelerada e atomizada, foi reforçada pelo movimento de capitais mercantis locais propiciando investimentos de origem privada de companhias de energia, de telefone, de meios de transporte, bancos, instituições de ensino etc. Acrescente-se ainda o surgimento de postos de gasolina, armazéns para venda de implementos agrícolas e sementes, que reforçavam o setor urbano, acelerando a prestação de serviço".

A urbanização brasileira conhece, nitidamente, dois grandes regimes, ao longo das diferentes periodizações que se proponham. Após os anos 40-50, os nexos econômicos ganham enorme relevo, e se impõem às dinâmicas urbanas na totalidade do território, conforme veremos depois com mais detalhe; e, antes desse momento, o papel das funções administrativas tem, na maior parte dos estados, uma significação preponderante.

Outro dado que nos permite também falar em dois regimes. Nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros do século XX, a evolução demográfica das capitais estava, em muitos casos, sujeita a oscilações (ou conhecia crescimento relativamente lento) em determinados períodos intercensais, ao passo que a partir do fim da segunda guerra mundial dá-se um crescimento sustentado em todas elas.

CAPITAIS DE ESTADOS ESCOLHIDAS: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA
1872-1940

	1872	1890	1900	1920	1940
Belém	61.997	50.064	96.560	236.406	164.673
Cuiabá	35.987	17.815	34.393	33.678	...
Manaus	29.334	38.720	50.300	75.701	66.854
Vitória	16.157	16.887	11.850	21.886	42.098
Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422	290.443
Florianópolis	25.709	30.687	32.228	41.338	25.014
Teresina	21.692	31.523	45.316	57.500	34.695
João Pessoa	24.714	18.645	28.793	52.990	71.158

Pode-se grosseiramente admitir que a base econômica da maioria das capitais de estado brasileiras era, até o fim da segunda guerra mundial, fundada na agricultura que se realizava em sua zona de influência e nas funções administrativas públicas e privadas, mas, sobretudo, públicas. É o que explica as oscilações acima indicadas ou uma relativa estagnação do crescimento populacional, mediante influências diretas ou indiretas do que se passava nas áreas não-urbanas. O crescimento e, depois, o decrescimento de Manaus e Belém é o exemplo mais clássico desses impactos diretos, a partir da decadência da extração e do comércio da borracha. Já o caso de Salvador, cuja população praticamente não cresce entre 1920 e 1940, deve-se à abertura de uma frente pioneira interna, com o desbravamento e a conquista da zona do cacau, que atrai grande número de pessoas deslocadas pelas secas e por uma estrutura agrária extremamente inigualitária, deixando, por conseguinte, de engrossar as correntes do êxodo rural para a capital baiana.

Até a segunda guerra mundial, o peso das capitais no processo urbano e na população urbana sobreleva, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. É nos estados em que a atividade extrativa é predominante que a parcela da população vivendo nas capitais é maior. É um fenômeno típico das Regiões Norte e Centro-Oeste, o caso de Goiás sendo atípico.

PARTE DA CAPITAL NA POPULAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTADOS

	1872	1890	1900	1920
Manaus	50,92%	26,17%	20,14%	20,85%
Belém	25,52%	24,38%	20,14%	20,85%
Cuiabá	59,56%	19,19%	29,14%	13,66%

Em 1872, nenhuma outra capital ultrapassava 14% da população estadual e mais de metade não atingia os 10%; em 1890, nenhuma capital, afora as três acima enumeradas ultrapassava

os 12% da população dos respectivos estados, e 12 não chegavam sequer aos 10%; em 1900, apenas quatro capitais, além de Cuiabá, Belém e Manaus, ultrapassavam os 10% do total demográfico estadual (e treze das capitais não alcançavam os 10%); ainda em 1920, apenas quatro capitais, além das três mencionadas no quadro anterior, ultrapassavam os 10% da população estadual[9].

Tais porcentuais somente podem ser mais bem avaliados em comparação com o volume de população dessas cidades-capitais. Nenhuma cidade do Norte e do Centro-Oeste ultrapassava os efetivos de Belém (61.997 em 1872; 50.064 em 1890; 96.560 em 1900 e 236.402 em 1920).

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes.

Esse quadro é relativamente quebrado a partir da segunda metade do século XIX, quando, a partir da produção de café, o Estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda aqui, a explicação pode ser buscada nas mudanças ocorridas tanto nos sistemas de engenharia (materialidade), quanto no sistema social. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. De outro

9 O peso das cidades capitais de estado sobre a população total do País manteve-se praticamente modesto e estável até 1940-1950, conhecendo então uma evolução sem saltos que acompanha os índices de urbanização.

1872	10,09%
1890	9,55%
1900	11,07%
1920	11,34%
1940	13,70%
1950	15,88%
1960	18,69%
1970	21,58%
1980	24,02%

lado, é aí também onde se instalam sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional. A divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território brasileiro. É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo a dianteira a essa região, e sobretudo ao seu pólo dinâmico, o Estado de São Paulo. Está aí a semente de uma situação de polarização que iria prosseguir ao longo do tempo, ainda que em cada período se apresente segundo uma forma particular.

Esse primeiro momento durará até a década de 30, quando novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça, de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder público e, de outro, comece a permitir que o mercado interno ganhe um papel, que se mostrará crescente, na elaboração, para o País, de uma nova lógica econômica e territorial.

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo *industrialização* não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados.

3.

A EVOLUÇÃO RECENTE DA POPULAÇÃO URBANA, AGRÍCOLA E RURAL

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%[1]. Nesses quarenta anos, triplica a populução total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980[2].

BRASIL

	População total	*População urbana*	*Índice de urbanização*
1940	41.326.000	10.891.000	26,35
1950	51.944.000	18.783.000	36,16
1960	70.191.000	31.956.000	45,52
1970	93.139.000	52.905.000	56,80
1980	119.099.000	82.013.000	68,86
1991	150.400.000	115.700.000	77,13

Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de novos cinqüenta milhões de habitantes, isto é, um número quase igual à população total do País em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico

1 Essa evolução é comparável à que se verifica entre 1941 e 1978, na Iugoslávia, onde a taxa de urbanização passa de 26,6% a 69,7%. Mas essa evolução envolve um número de pessoas bem menor, pois a população urbana passa de 4.350.000 para 15.312.000 pessoas, nesse período (Ostojic, Stipetic, Trickovic, 1980). Já na Bélgica, uma evolução comparável à brasileira em números relativos toma mais de um século: 31% de urbanos em 1846, 49% em 1900 e 61% em 1970 (C. Vaandermotten, 1985, p. 111).

2 Entre 1950 e 1991, a população total também triplica, ao passo que a população urbana, representando 77% da total, tem seu volume multiplicado por 6,15.

urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana de 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total terá crescido 26%, a população urbana deve haver aumentado em mais de 40%, isto é, perto de trinta milhões de pessoas.

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DO BRASIL
em mil habitantes

40-50	10.618	25,69%
50-60	18.247	35,12%
60-70	22.948	32,69%
70-80	25.960	27,87%
40-80	77.873	188,43%

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DO BRASIL
em mil habitantes

40-50	7.892	72,46%
50-60	13.173	70,13%
60-70	20.949	65,55%
70-80	29.108	55,01%
40-80	71.122	653,03%

Os anos 60 marcam um significativo ponto de inflexão. Tanto no decênio entre 1940 e 1950, quanto entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da população total do País. Nos anos 60-70 os dois números se aproximavam. E na década 70-80, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidado na década seguinte.

AUMENTO ANUAL MÉDIO APROXIMADO DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO URBANA

	Aumento médio anual da população total (A)	*Aumento médio anual da população urbana (B)*	*B:A*
1940-50	1.060.000	800.000	75,47
1950-60	1.820.000	1.320.000	72,52
1960-70	2.300.000	2.100.000	91,30
1970-80	2.600.000	2.900.000	111,53
1980-91	3.130.000	3.370.000	107,66

A evolução da população agrícola

O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização.

Rosa Ester Rossini (1985) descreve esse fenômeno, mostrando como e por que a sociedade brasileira conhece esse fenômeno de "explosão demográfica". Entre 1940 e 1950, a uma taxa bruta de mortalidade de 20,6%, correspondia uma taxa bruta de natalidade de 44,4%. Entre 1950 e 1960, esses índices já eram de 13,4% e 43,3%.

É nesse contexto que a população agrícola cresce entre 1960 e 1970 e, outra vez, entre 1970 e 1980. Como, porém, a vida de relações se intensifica, e se afirma a vocação à aglomeração, a população rural cresce entre 1960 e 1970, mas diminui entre 1970 e 1980. Neste último ano, os números são bem próximos dos de 1960.

BRASIL

	População agrícola	*População rural*
1960	15.454.526	38.418.798
1970	17.581.964	41.054.053
1980	21.163.729	38.566.297

O fenômeno não se dá de maneira homogênea, uma vez que são diferentes os graus de desenvolvimento e de ocupação prévia das diversas regiões, pois estas são diferentemente alcançadas pela expansão da fronteira agrícola e pelas migrações inter-regionais.

POPULAÇÃO AGRÍCOLA

	Norte	*Nordeste*	*Sudeste*	*Sul*	*Centro-Oeste*	*Brasil*
1960	544.028	6.659.175	4.368.872	3.194.031	688.420	15.454.526
1970	934.024	7.568.810	3.959.375	4.191.785	927.970	17.581.964
1980	1.781.611	9.333.166	4.312.211	4.391.819	1.344.930	21.163.729

POPULAÇÃO RURAL

	Norte	*Nordeste*	*Sudeste*	*Sul*	*Centro-Oeste*	*Brasil*
1960	1.604.064	14.665.380	12.821.206	7.392.384	1.935.764	38.418.798
1970	1.977.260	16.358.950	10.888.897	9.193.066	2.635.880	41.581.053
1980	2.843.118	17.245.514	8.894.044	7.153.423	2.430.198	38.566.297

A população agrícola cresce em todas as regiões, entre 1960, 1970 e 1980, exceto no Sudeste onde, após haver diminuído entre 1960 e 1970, obtém, em 1980, um volume quase semelhante, mas ainda inferior, ao de 1960. Tomado o período 1960-1980, a população rural apenas cresce nas Regiões Norte e Nordeste. A baixa somente é contínua, isto é, abrangendo os períodos 1960-1970 e 1970-1980, para a Região Sudeste. Quanto às Regiões Sul e Centro-Oeste, que obtiveram ganhos entre 1960 e 1970, perdem-nos entre 1970 e 1980 pesadamente; na Região Sul as perdas são grandes e a população rural em 1980 é bem inferior à de 1960. Quanto à Região Centro-Oeste, ela perde mais de 200.000 rurais, entre 1970 e 1980.

São os seguintes os onze estados onde o crescimento da população agrícola é mais importante entre 1960 e 1980:

Bahia	843.123
Maranhão	720.884
Pará	682.290
Paraná	523.128
Piauí	431.993
Rio Grande do Sul	413.191
Mato Grosso	362.850
Amazonas	293.611
Goiás	281.542
Ceará	267.766
Santa Catarina	261.461

Um exame mais detalhado das estatísticas, separando o que ocorreu no decênio 1960-1970 do que aconteceu no seguinte decênio, nos mostrará, porém, que a população agrícola diminui em quatro estados, entre 1960 e 1970 (Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Nestes dois últimos estados, o descenso é, pois, continuado.

Quanto à população rural, ela baixa em quatro estados entre 1960 e 1970 (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal) e em onze estados entre 1970 e 1980 (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, isto é, todos os estados do Sudeste e do Sul e mais três do Nordeste e um do Centro-Oeste).

As perdas mais importantes de população rural, entre 1970 e 1980, verificam-se nos Estados do Paraná (menos 1.268.659), Minas Gerais (menos 1.030.696), São Paulo (menos 1.268.659), Rio Grande do Sul (menos 588.988). Note-se que São Paulo e Minas Gerais já haviam visto baixar sua população rural respectivamente de 1.293.779 e 405.374 pessoas entre 1960 e 1970.

A maior perda relativa de população agrícola dá-se em São Paulo, com uma baixa de 17,79% entre 1960 e 1970 e de 20,31% entre 1960 e 1980 (3,08% de baixa entre 1970 e 1980). Outra perda considerável entre 1960 e 1970 é a de Pernambuco (10,68%) e do Paraná (8,76%) entre 1970 e 1980.

Examinemos, mais uma vez esse fenômeno, agora com base na verificação do porcentual que cabe à população agrícola e à população rural em relação à população total do País, em 1960, 1970 e 1980. Em termos proporcionais, reduz-se a importância tanto da população agrícola quanto da população rural nos dois períodos intercensitários. Note-se, todavia, que a queda relativa da população rural é mais acentuada que a da população agrícola.

O Brasil moderno é um país onde a população agrícola cresce mais depressa que a população rural. Entre 1960 e 1980, a população agrícola passa dos 15.454.526 para 21.163.729, ao passo que a população rural fica praticamente estacionária: 38.418.798 em 1960, 38.566.297 em 1980 (em 1970, são 41.054.054).

A população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os bóias-frias) (J. Graziano da Silva, 1989) é urbana pela sua residência. Um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo.

POPULAÇÃO AGRÍCOLA
em relação à população total

	Norte	*Nordeste*	*Sudeste*	*Sul*	*Centro-Oeste*	*Brasil*
1960	21,24	30,02	14,44	27,18	23,39	22,31
1970	25,92	26,92	9,93	25,41	18,29	18,88
1980	30,30	26,81	8,33	23,08	17,82	17,72

POPULAÇÃO RURAL
em relação à população total

	Norte	*Nordeste*	*Sudeste*	*Sul*	*Centro-Oeste*	*Brasil*
1960	62,61	66,12	42,39	62,90	65,77	55,33
1970	54,86	58,19	27,32	55,73	51,96	44,08
1980	48,35	49,54	17,19	37,59	32,21	32,41

4.

O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que estamos chamando de *meio técnico-científico,* isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação[1].

O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que considerava fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam a base material da existência do grupo. O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território: o território se mecaniza. Podemos dizer, junto com Max. Sorre (1948) e André Siegfried (1955), que esse é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. Já, hoje, é insuficiente ficar com esta última categoria, e é preciso falar de meio técnico-científico, que tende a se superpor, em todos os lugares, ainda que de modo desigual, ao chamado meio geográfico.

Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais

1 Vimos tratando desse tema desde 1980, quando apresentamos uma comunicação ao Encontro Nacional dos Geógrafos, promovido pela A.G.B. em Porto Alegre. Esse trabalho foi depois reproduzido em nosso livrinho *Espaço e método.* Levamos, também, uma comunicação a um simpósio da OEA (Washington, 1986) — "O período técnico-científico e os estudos geográficos". Outras contribuições foram apresentadas em reuniões científicas e publicadas em diversas revistas: *Boletim Paulista de Geografia* (1989), *Espaço e Debates* (1988), *Cahiers de Géographie du Québec* (1988), *Resgate* (1991), *Caderno Prudentino de Geografia* (1922), *Terra Livre* (1992) etc. Esse tema também tem sido objeto de dissertações de mestrado, já defendidas na Universidade de São Paulo como as de Wilson Santos, Sergio Gertel e Denise S. Elias e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como as de Margareth Pimenta, Luiz Pimenta e Maria Cecília Linardi.

às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.

Isso nos obriga a distinguir dois períodos anteriores à fase atual da organização do território. Num espaço de tempo relativamente curto, o Brasil acelera a mecanização do território e enfrenta uma nova tarefa, isto é, a constituição, sobre áreas cada vez mais vastas, desse meio técnico-científico-informacional.

É apenas após a segunda guerra mundial que a integração do território se torna viável, quando as estradas de ferro até então desconectadas na maior parte do País, são interligadas, constroem-se estradas de rodagem, pondo em contato as diversas regiões entre elas e com a região polar do País, empreende-se um ousado programa de investimentos em infra-estruturas. Ainda uma vez, uma nova materialidade superpõe novos sistemas de engenharia aos já existentes, oferecendo as condições técnicas gerais que iriam viabilizar o processo de substituição de importações para o qual todo um arsenal financeiro, fiscal, monetário, serviria como base das novas relações sociais (incluído o consumo aumentado) que iriam permitir mais uma decolagem.

Esse período duraria até fins dos anos 60. O golpe de Estado de 1964 todavia aparece como um marco, pois foi o movimento militar que criou as condições de uma rápida integração do País a um movimento de internacionalização que aparecia como irresistível, em escala mundial. A economia se desenvolve, seja para atender a um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder a uma demanda exterior. O País se torna grande exportador tanto de produtos agrícolas não tradicionais (soja, cítricos) parcialmente beneficiados antes de se dirigirem ao estrangeiro, quanto de produtos industrializados. A modernização agrícola, aliás, atinge, também produções tradicionais como o café, o cacau, o algodão; alcança produtos como o trigo, cujo volume plantado e colhido se multiplica; implanta-se em muitos outros setores e se beneficia da expansão da classe média e das novas equações de um consumo popular intermitente, com o desenvolvimento da produção de frutas, verduras e hortaliças. A população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito, servem como impulsão à expansão industrial.

As primeiras fases do processo de integração foram concentradoras das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geograficamente. É na última fase, quando já existe um capitalismo maduro, que vamos testemunhar a possibilidade de uma difusão da modernização, não só presente quanto aos capitais, como quanto à tecnologia e às formas de organização.

Afirma-se, então, a tendência à generalização do meio técnico-científico. Desse modo, as remodelações que se impõem, tanto no meio rural quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto àqueles três dados: ciência, tecnologia e informação (M. Santos, 1980 e 1988). Em conseqüência, aparecem mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território pelos aportes maciços de investimentos em infra-estruturas, e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Isso se dá de forma paralela à cientifização do trabalho. Este se torna cada vez mais trabalho científico e sua presença se dá em paralelo a uma informatização também crescente do território. Pode-se dizer, mesmo, que o território se informatiza mais, e mais depressa, que a economia ou que a sociedade. Sem dúvida, tudo se informatiza, mas no território esse fenômeno é ainda mais notável uma vez que o trato do território supõe o uso da informação, que está presente também nos objetos.

Há, de um lado, mais conhecimento sobre o território, graças às novas possibilidades de teledetecção (veja-se, no Brasil, o trabalho do Projeto Radam) e aos progressos obtidos na previsão meteorológica (o caso do radar meteorológico de Bauru é exemplar); por outro lado, os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação. E a diferenciação entre eles é tanto a da informação necessária a trabalhá-los[2], mas também a diferen-

[2] Um estudo de Scheneider, Frohlich e Feldens (1991, p. 60-73) mostra a íntima relação entre informação e adoção de práticas científicas e tecnológicas em área de agricultura modernizada. A compra de sementes, rações, adubos, defensivos, máquinas e implementos, mas também a venda dos resultados do trabalho agrícola são fortemente influenciadas pelas diversas formas de informação ao alcance do produtor: de um lado, rádio, televisão, jornais; de outros, conselhos de vizinhos, comerciantes e técnicos agrícolas. A incidência varia, segundo os casos, mas o uso da informação é prática generalizada e indispensável não apenas à inovação tecnológica, mas ao próprio cotidiano do agricultor.

ciação da informação que eles próprios contêm, em virtude de sua própria realidade física.

Pode-se, aliás, dizer, com mais propriedade, que o território se *informacionaliza*, a informatização não sendo mais que um instrumento e um aspecto desse fenômeno mais abrangente.

Foi o período técnico-científico da humanidade (R. Richta, 1974), isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que o que parecia um deserto, como o cerrado, na Região Centro-Oeste e na Bahia, se transformasse num vergel formado por um caleidoscópio de produções, a começar pela soja. O papel da pesquisa, empreendida na Embrapa e em outras instituições, foi fundamental nessa evolução.

Neste período, no caso brasileiro, alguns fatos têm que ser ressaltados:

1.°) Há um desenvolvimento muito grande da configuração territorial. A configuração territorial é formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza, verdadeiras próteses, de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho próprias de cada época. O desenvolvimento da configuração territorial na fase atual vem com um desenvolvimento exponencial do sistema de transportes e do sistema de telecomunicações e da produção de energia.

2.°) Outro aspecto importante a levar em conta é o enorme desenvolvimento da produção material. A produção material brasileira, industrial e agrícola, muda de estrutura; a estrutura da circulação e da distribuição muda; a do consumo muda exponencialmente; todos esses dados da vida material conhecem transformação extraordinária, ao mesmo tempo em que há disseminação no território dessas novas formas produtivas. A parte do território alcançada pelas formas produtivas modernas não é apenas a região polarizada da definição de Jacques Boudeville (1964), nem o Brasil litorâneo descrito por Jacques Lambert (1959) mas praticamente o País inteiro, ainda que as áreas anteriormente privilegiadas adquiram novos privilégios.

3.°) Outro dado importante a considerar é o desenvolvimento de novas formas econômicas: não apenas há um desenvolvimento das formas de produção material, há também uma grande expansão das formas de produção não-material: da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças. São formas de consumo não-material que se disseminam sobre o território.

O consumo de energia passa dos 24.000 megawatts em 1965, para 160.000 em 1984. A partir de 1960, constroem-se estradas de rodagem de primeira ordem. O Brasil passa a ser cruzado por um grande número de rodovias de boa qualidade, entre as quais um bom porcentual de autopistas. Por outro lado, em muitas regiões, observa-se uma tendência à criação de uma rede vicinal, sobretudo nas áreas mais desenvolvidas. De quase 5.000.000 de passageiros transportados por meio de rodovias em 1970, alcançamos mais de 11.000.000 em 1980. Eram 3.800.000 automóveis circulando em 1973, são 10.500.000 em 1981.

Modernizam-se os Correios (Gertel, 1991) e cria-se um moderno sistema de telecomunicações, através de ondas e, depois, dos satélites; difunde-se o telefone, implanta-se o telex e novas formas de transmissão de mensagens, tornando maiores as possibilidades de movimento de valores, de dinheiro, de capitais, de ordens, mensagens etc. Em 1974, os Correios transportaram cerca de um bilhão de objetos, enquanto em 1982 são mais de quatro bilhões. Em 1961, havia 1.100.000 telefones instalados, em 1971 ainda eram 1.760.000, mas em 1987 o País já conta com 11.600.000 aparelhos instalados.

É assim que, além da integração do território que já se esboçava no período anterior, agora também se constroem as bases de uma verdadeira fluidez do território. O espaço torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital, passem a ter uma grande mobilidade.

Podemos dizer que no Brasil é, já agora, exemplar a presença desse meio científico-técnico, cujo retrato tentamos esboçar de forma certamente incompleta. Nesta ordem de idéias, a expressão *meio científico-técnico* poderia ser utilizada em substituição àquela (que há alguns anos cunhamos juntamente com Ana Clara Torres Ribeiro) de *região concentrada*. Desse modo, é difícil prosseguir falando de uma situação de pólo-periferia, onde o pólo seria uma área circunscrita confundida com a própria extensão da principal aglomeração e sua região de influência imediata como na proposta de Boudeville (1968) ou na de Friedmann (1971). Hoje, pode-se falar de uma *região concentrada* que abrange, *grosso modo*, os estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) além de São Paulo e Rio de Janeiro e parcelas consideráveis do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo. Trata-se de uma área contínua onde uma divisão do trabalho mais intensa que no resto do País garante a presença conjunta das variáveis mais mo-

dernas — uma modernização generalizada — ao passo que no resto do País a modernização é seletiva, mesmo naquelas manchas ou pontos cada vez mais extensos e numerosos, onde estão presentes grandes capitais, tecnologias de ponta e modelos elaborados de organização.

A região concentrada coincide com a área contínua de manifestação do meio técnico-científico, cuja lógica corresponde às necessidades do presente estágio de desenvolvimento do País. Se esse meio técnico-científico aparece de forma pontual em todos os estados e territórios, sua presença como manchas de importância desigual é já considerável na Bahia, em Pernambuco, em Mato Grosso, no Espírito Santo etc. Veja-se, por exemplo, a considerável ampliação dos perímetros de irrigação (Santos Filho, 1989; L. Ablas, 1988).

O meio técnico-científico é o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio técnico-científico se geografiza de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas contínuas já mencionadas, e de modo disperso no resto do País. A tendência, porém, em todos os casos, é a conquista, relativamente rápida, de mais áreas para o meio técnico-científico, ao contrário do meio técnico, que o precedeu como forma geográfica e se difundia de forma relativamente lenta e certamente mais seletiva.

Há acentuada especialização de tarefas no território, segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil quanto necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também socioeconômica. Há, por isso, uma subdivisão e diferenciação extrema na especialização dessas produções, que são cada vez mais capitalistas. É verdade que durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, obstáculo à sua difusão. Hoje, porém, o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, com tudo o que isso acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também se faz presente naqueles subespaços menos avançados.

Como os objetos criados pelas atividades hegemônicas são dotados de intencionalidade específica, o que não era obrigatoriamente um fato nos períodos históricos anteriores, o número de fluxos sobre o território se multiplica. Juntemos a esse um outro dado: da totalidade dos objetos surgidos, alguns surgem com uma vocação simbólica, mas a maior parte tem uma vocação mercantil, de modo que tanto mais especulativa é a especialização das funções produtivas, tanto mais alto o nível do capitalismo e dos capitais envolvidos naquela área, e há, correlativamente, tendência a fluxos mais numerosos e qualitativamente diferentes.

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em conseqüência, se criem necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, conforme avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto maior o número de produtos e a diversidade da sua produção.

Estamos diante de novo patamar, quanto à divisão territorial do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementaridade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, o que, por sua vez, cria mais especialização do território. O círculo, nesse caso virtuoso (ou será vicioso?), se amplia.

O fato de que o espaço seja chamado a ter cada vez mais um conteúdo em ciência e técnica traz consigo outras conseqüências, como uma nova composição orgânica do espaço, pela incorporação mais ampla de capital constante ao território e a presença maior desse capital constante na instrumentalização do espaço, ao mesmo tempo em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável (instrumentos de produção[3], sementes sele-

---

3 O País contava com 1.706 tratores em 1920, 3.380 em 1940, 8.372 em 1950, um múltiplo de menos de cinco no espaço de trinta anos. Nos seguintes trinta anos, o multiplicador é 63,38 pois há 530.691 tratores em 1980. Eram 61.324 em 1960, 165.870 em 1970 e 323.113 em 1975.

Entre 1950 e 1980, o uso de fertilizantes cresce de 13% ao ano, enquanto a expansão média da produção agrícola é de 4,5%. Essa utilização é diferente, segundo os lugares. Se no País como um todo 18% dos estabelecimentos usam adubos, na região de Ribeirão Preto, área paradigmática da modernização agrícola e do meio técnico-científico, 86% dos estabelecimentos se incluem nessa prática (D. Elias, 1992). O consumo de agrotóxicos passa das 27,7 toneladas em 1970 para 125.100 em 1984.

cionadas, fertilizantes adequados, pesticidas etc.). Como conseqüência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há maior expressão do assalariado em formas diversas (segundo as regiões) e necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário (L. C. Dias, 1990 e 1991; R. Lobato Corrêa, 1990 e 1991; H. K. Cordeiro, 1990; T. Benakouche 1988), de tal forma que poderíamos falar de uma preditização do território, dando uma nova qualidade ao espaço e à rede urbana[4].

Cabe, igualmente, lembrar que, nesta fase, amplia-se a área da produção, enquanto a arena da produção se reduz. Isto é, a produção, considerada em todas as suas instâncias, se dá em áreas maiores do território, ao passo que o processo produtivo

---

4 Entre 1949 e 1975, a participação do setor financeiro na formação da renda nacional passa de 3,2% para 7%, para alcançar 14,5% em 1989 (P. Geiger, abril 1986, p. 4; A. Amaral, 1990). De uma rede com 265 agências em 1949 e 682 em 1969, o Banco do Brasil passa a ter 1.289 em 1983 e 1.679 em 1986.

O uso do crédito agrícola também se difunde, aumentando em número e volume das transações, sobretudo a partir dos fins dos anos 60.

Número de Contratos e Valor dos Financiamentos à Agropecuária. Anos Selecionados

	Número de contratos	*Financiamento em valores constantes. Preços de 1969 (milhões Cr$)*
1938	1.021	65.847
1948	9.482	429.229
1958	93.859	1.480.129
1968	540.283	2.757.394
1969	1.145.209	6.489.096
1970	1.190.592	7.720.053
1975	1.856.131	28.188.330
1980	2.766.060	31.220.326

George Martine, sd. p. 6, Transf. Recentes... (baseado em Luis Carlos Guedes Pinto, *Notas sobre a política agrícola e crédito rural,* versão preliminar, mimeo. Campinas 1980, p. 117 e 120, e Banco Central do Brasil, Dados Estatísticos, 1980.

Nenhuma área escapa a esse movimento. Na Amazônia, o fenômeno é assim descrito por Jean Hébette (1985, p. 78-79): "(...) quanto ao crédito rural, ele tem alcançado uma alta penetração nos últimos anos entre os camponeses, inclusive os das culturas de subsistência; foi bem financiada até a mandioca. Esse crédito porém contemplou mais os interesses capitalistas do que os dos camponeses, pois comportava infalivelmente a compra de insumos modernos: adubos, fungicidas, herbicidas (inclusive o pó-da-china), moto-serras, tratores e implementos. Era vinculado, sim, à compra e não ao uso, pois muitos desses produtos nem eram utilizados".

direto completa-se em áreas cada vez menores. Produções como a do alho, dos marmelos, do mamão, da cebola, para apenas falar de algumas, que antes se davam em quantidades mínimas em número considerável de lugares, hoje são majoritariamente feitas, com produtividade muitas vezes maior, em áreas cada vez menores. Essa é uma tendência facilmente assinalável no território brasileiro. Ela é tornada factível em boa parte pela possibilidade agora existente de transporte relativamente fácil entre os diversos pontos do País e pela rápida difusão das mensagens e ordens em todo o território nacional.

Enquanto o País melhora sua fluidez e conhece uma expansão do capitalismo, bom número de bens que eram produzidos apenas como bens de consumo local, ou outros que tinham apenas valor de uso, transformam-se em valores de troca. A possibilidade concreta de consumir tem como paralelo a criação de um maior número de bens de troca, isto é, de mercadorias. Dessa forma, o intercâmbio aumenta, incluindo mais gente no movimento da economia monetária e no trabalho assalariado, mesmo que não seja permanente. Se até o fim da segunda guerra mundial, ainda é grande a importância das economias de auto-subsistência em algumas regiões, esse fenômeno tende a desaparecer desde então. A necessidade de intercomunicação é assim exaltada com a complementação recíproca entre regiões levando à ampliação quantitativa e qualitativa da urbanização.

Num tempo mais recuado, a área mais dinâmica do País concentrava o essencial da produção e do consumo e a circulação dos bens e pessoas dava-se principalmente em seus limites e em sua periferia imediata. O resto do território era pouco fluido. Na fase imediatamente anterior à atual, temos, simultaneamente, encolhimento do espaço mais diretamente afetado pela modernização e aumento do movimento, em todo o território, já que tanto este quanto o mercado se haviam unificado em escala nacional. Na fase atual, o movimento de descentralização se torna irresistível, com os fenômenos de "fábrica dispersa" e de "fazenda dispersa", que atinge muitas zonas e pontos longínquos do território nacional, desse modo envolvidos pelo nexo da modernização capitalista[5]. É

---

5 As áreas mais distantes são incluídas nesses novos nexos da modernidade capitalista tecnicista. O caso de Manaus é significativo das novas possibilidades do território. Entre 1958 e 1976 o número de indústrias cresce 515,48% e o pessoal

desse modo que o País vai conhecer uma ocupação periférica. A decisão geopolítica de estimular a industrialização em diversas regiões e de ocupar o território com projetos de colonização teve influência relevante nesse processo, mas o próprio mercado jogou papel fundamental, viabilizado pelas novas infra-estruturas de transportes e de comunicações, assim como pela superestrutura dos mecanismos reguladores, sob o comando do Estado e dos agentes hegemônicos da economia, através, sobretudo, dos intermediários financeiros.

A creditização do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva, a expansão do capitalismo, a exacerbação do movimento não seriam possíveis sem a informatização do espaço brasileiro. O território é, hoje, possível de ser usado, com o conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que estejam. Isso permite, também, a implantação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estreitamente a fatores econômicos de ordem não apenas nacional, mas também internacional.

De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia em nível mundial, que é, em última análise, responsável, direta ou indireta, pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa unificação se dá em grande parte através do nexo financeiro e conduz a uma reformulação do espaço em escala mundial (Santos, 1993).

No caso do Brasil, o ajustamento do espaço às novas condições do período tem dados particulares, que são, ao mesmo tempo, fatores de implantação e de aceleração do processo. Um deles é o já referido modelo econômico, do qual um subtítulo é o modelo exportador, agravado em função da dívida, o que veio criar para o País, nas áreas mais ricas, certa continuidade no crescimento, com a presença de culturas agrícolas modernas. Como resultante, há maior estabilidade no crescimento das aglomerações urbanas correspondentes.

---

ocupado aumenta em 760,11%. Eram 176 indústrias instaladas até 1967, enquanto foram criadas 519 a partir daquele ano.

No início dos anos 70, havia 1.070 proprietários de terra com mais de 1.000 hectares dos quais 116 com mais de 10.000 ha, nas catorze municipalidades da fronteira oriental; eles são, respectivamente, 4.314 e 240 em 1985 (J. Hébette, 1985, p. 80).

Segundo Bertha Becker (sd, p. 25) "O formidável fluxo de famílias para Rondônia (85.000 entre 1973-1983) criou um novo espaço para reprodução da economia camponesa do Centro-Sul do País, implantando novas formas de exploração capitalista em Rondônia. Em quinze anos multiplicou-se o número de estabelecimentos por 18,5 e a superfície por eles ocupada por 8,2, indicando o grande fracionamento da terra".

Durante, praticamente, três séculos e meio, o território brasileiro conheceu uma utilização fundada na exploração dos seus recursos naturais pelo trabalho direto e concreto do homem, mais do que pela incorporação de capital à natureza que, durante esse tempo, teve um papel relevante na seleção das produções e dos homens. Nos cem anos que vão da metade do século XIX à metade do século XX, algumas áreas conhecem a implantação de um meio técnico, meio mecanizado, que altera a definição do espaço e modifica as condições do seu uso.

Recentemente (no último quartel de século, aproximadamente), uma grande rotura se impõe. Ela é definida pela soma considerável de capital fixo que é adicionado ao território, na dissociação com o meio ambiente, na condução da produção cada vez mais pelo capital, enquanto o trabalho, tornado abstrato, passa a representar um papel indireto. As diferenças notadas hoje no território são, por isso, diferenças sobretudo *sociais* e não mais *naturais*. Os critérios para uma divisão regional, se a queremos tentar, teriam de ser buscados na estrutura fundiária, nas formas de tenência da terra, na participação de cada subespaço na divisão do trabalho, nas relações de trabalho, na densidade do capital e nos níveis de capitalização ou financialização das atividades. Tudo isso fundado na maior ou menor densidade dos sistemas técnicos, que são a base material da atividade.

Ao longo dessa história, passamos de uma autonomia relativa e entre subespaços a uma interdependência crescente, de uma interdependência local entre sociedade regional e natureza a uma espécie de socialização capitalista territorialmente ampliada, de circuitos locais rompidos por alguns poucos produtos e pouquíssimos produtores à existência predominante de circuitos mais amplos. O espaço se torna mais articulado às relações funcionais, e mais desarticulado, quanto ao comando local das ações que nele se exercem.

A regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo espalhado e tecnicamente fragmentado tem necessidade de posterior reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento da

divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. De fato, defrontamo-nos com diferenciações regionais e disparidades territoriais de outra natureza.

As novas necessidades de complementaridade aparecem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Esta nova necessidade de regulação, de controle estrito, mesmo que à distância, dos processos da produção, mas também da distribuição e de tudo mais que envolva o processo de trabalho, é uma diferença entre a complementaridade atual e a do passado, ampliando a demanda de urbanização.

As necessidades de informação inerentes à presença do meio técnico-científico e exigidas por sua operação, fazem com que, ao mesmo tempo em que se instala essa tecnoesfera, haja a tendência paralela à criação de uma psicoesfera (Santos, 1988) fortemente dominada pelo discurso dos objetos, das relações que os movem e das motivações que os presidem. A tecnoesfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, freqüentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese.

A psicoesfera também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras objetivas da racionalidade ou do imaginário, palavras de ordem cuja construção freqüentemente é longínqua. Ela é local pelas pessoas sobre as quais se exerce, mas constitui o produto de uma sociedade bem mais ampla que aquele lugar e cuja inspiração e cujas leis têm dimensões ainda mais complexas.

A relação entre "a reorganização da estrutura produtiva do País, iniciada nos anos 60 sob o regime militar" e a criação de "uma base técnica e econômica dos processos modernos de comunicação" é identificada por Ana Clara T. Ribeiro (1991, p. 46) quando inclui o sistema moderno de comunicação "como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador dos mercados. Essa relação biunívoca entre consumo e cultura, lembrada por Renato Ortiz (1988), ganha nova qualidade a partir da afirmação dessa psicoesfera[6]. Tal fenômeno tem sido, todavia, pouco relacionado com fatos geográficos, como as migrações ou a urbanização, apesar das reiteradas sugestões de J. Baudrillard e de H. Lefebvre, autores, no entanto, muito citados na literatura socioespacial brasileira. Na realidade, essa combinação eficaz de elementos da instância econômica e da instância cultural está entre as bases da formação de uma psicoesfera, sem cujo funcionamento e sem cujas leis o uso da tecnoesfera seria muito menos eficaz. "Essa psicoesfera", diz A. C. T. Ribeiro (1991, p. 48), consolida "a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais" e é por isso mesmo que a psicoesfera "apóia, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico".

6 O assunto foi sistematicamente tratado para o caso do Rio de Janeiro em A. C. Torres Ribeiro (1990).

Tecnoesfera e psicoesfera tornam-se redutíveis uma à outra. Esse novo meio geográfico, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, é indutor e condicionante de novos comportamentos humanos, e estes aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que por sua vez constituem a base operacional de novos automatismos sociais.

Tecnoesfera e psicoesfera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade no próprio conteúdo do território. Desse modo, o espaço nacional fica dividido entre áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes. Seria uma oposição entre espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma nova divisão regional do País e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer.

5.

A NOVA URBANIZAÇÃO DIVERSIFICAÇÃO E COMPLEXIDADE

Esse movimento de fundo, no território e na sociedade, vai dar em conseqüência uma nova urbanização brasileira. Um dos elementos fundamentais de sua explicação é o fato de que aumentou no Brasil, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual[1]. Não se dirá, com isso, que a população brasileira se haja tornando culta, mas ela se tornou mais letrada. O fato de que se haja tornado mais letrada está em relação direta com a realidade que vivemos neste período científico-técnico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas. Nessas condições, a quantidade de trabalho intelectual solicitada é enorme, mesmo porque a produção material diminui em benefício da produção não material. Tudo isso conduz à amplificação da terciarização (ou quaternarização?) que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização.

Por outro lado, e conforme já vimos, amplia-se o consumo no Brasil. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das batedeiras elétricas, televisões, e de tantos ou-

---

[1] Esse fenômeno de difusão do trabalho intelectual na rede urbana, alcançando não apenas as grandes cidades mas também as cidades médias e os centros locais, parece ser geral, isto é, em escala de todo o território. Na Amazônia, por exemplo, o fenômeno vem claramente descrito por Lia Osório Machado (julho, 1984) quando se refere à concentração, nos núcleos urbanos, de "administradores, planejadores, isto é, dos 'intelectuais do sistema'".

Segundo J. Graziano da Silva (1989, p. 19), "(...) o crescimento das funções técnicas e administrativas nas empresas rurais e agroindustriais cria a demanda de empregos preenchidos tipicamente por profissionais de origem e vivência urbanas. Essas 'atividades de escritório' em contraposição às atividades de campo propriamente ditas são cada vez mais vitais ao desempenho econômico-financeiro das empresas modernas e têm que ser exercidas no contexto urbano pois aí é que se encontram os comerciantes (de produtos e insumos), os bancos, os agentes governamentais etc."

tros objetos, do consumo das viagens, das idéias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada que leva à ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo porque ao lado do consumo consuntivo, que se esgota em si mesmo, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. Quer dizer, a um consumo consuntivo que se amplia, corresponde, também, uma ampliação de consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência e informação ao território rural.

À proporção que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo gerado no campo, nas localidades propriamente rurais e, mesmo, nas cidades, era, sobretudo, um consumo consuntivo, tanto mais expressivo quanto maiores os excedentes disponíveis, estas sendo função da importância dos rendimentos e salários, e, pelo contrário, tanto menos expressivo quanto maior a taxa de exploração, mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativo o coeficiente de auto-subsistência. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas.

O *consumo consuntivo* cria uma demanda heterogênea segundo os estratos de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda. A arquitetura do sistema urbano tende a se reproduzir; o que varia é a distância entre os núcleos do mesmo nível, os quais dispõem de equipamentos mercantis comparáveis. Essa distância será tanto maior — e a acessibilidade aos bens e serviços tanto menor — quanto a demanda local for maior, a distância entre os núcleos provedores tende a ser menor, e a acessibilidade, portanto, igualmente maior.

O *consumo produtivo* cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis tendem a ser diferentes. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consuntivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância

dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre cidades se torna mais complexa. É assim que vamos ter no Brasil um número crescente de cidades com mais de 100.000 habitantes, o novo limiar da cidade média. Há três ou quatro decênios, as cidades médias eram as que tinham cerca de 20.000 habitantes.

Por outro lado o sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, freqüentemente firmas hegemônicas, dotadas não só de capacidade extremamente grande de adaptação à conjuntura, como da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica e de transformação institucional. Fortes por sua influência junto ao Estado, terminam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade à sua imagem. Dotadas de uma capacidade de inovação que as outras não têm, fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas, pulsações que, vindas de grandes firmas, se impõem sobre o território, levando a mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados[2].

Esses lugares representam estoques de meios de consumo, estoques de sementes e implementos, estoques de capital de giro (agora indispensáveis), estoques de mão-de-obra nos mais diversos níveis, centros de transportes e de comunicações, pólos de difusão de mensagens e ordens.

O lugar está, de um lado, ligado ao processo direto da produção que envolve o trabalho imediatamente necessário, daí o grande número de bóias-frias presentes em todas as estações do ano (por isso, também, a população rural tende a ser menor que a popu-

---

2 "O campo, a partir desse período, passa a ser o local de residência da população especializada: tratoristas, mecânicos, químicos, agrônomos, fiscais e parcela pouco significativa de trabalhadores rurais permanentes" (Rosa Ester Rossini, 1988, p. 121).

lação agrícola) e o capital imediatamente necessário, daí a presença de ramificações do sistema bancário, até mesmo em núcleos menores. Por outro lado, seu papel político, agora ampliado com as funções de controle da atividade econômica, não é apenas diretamente tributário (como antes) da produção local e das tradições locais, passando a ser inserido em uma trama de relações que ultrapassa o lugar. Mas é nesse lugar que boa parcela do poder político é exercido.

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. Como o campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de que esses objetos geográficos têm um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência) tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo.

A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de agricultores residentes na cidade[3]. O Brasil é um país que praticamente não conhecia o fenômeno de *village*. Pode-se dizer que as primeiras aldeias brasileiras só vão nascer, já modernas, neste mesmo período, com a colonização na Amazônia e no Centro-Oeste (L. O. Machado, 1984). Na verdade, não nascem rurais, já surgem urbanas.

A essa divisão social do trabalho ampliada, que leva a uma divisão territorial do trabalho ampliada, soma-se o fato de que as diferenciações regionais do trabalho também se ampliam.

As cidades locais se especializam tanto mais quanto na área respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do ponto de vista da dinâmica interpessoal. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras.

---

3 "(...) mesmo voltados prioritariamente para o garimpo, esses núcleos jamais deixaram de exercer a função de concentrar mão-de-obra móvel, também disponível ao trabalho por empreitada nas grandes propriedades" (Maria Célia Nunes Coelho, Raymundo Garcia, 1986, p. 13).

Dentro do que freqüentemente consideramos como localidades do mesmo nível, há uma diferenciação cada vez mais marcada, acompanhada de uma divisão interurbana do trabalho. É o que se verifica no Brasil em boa porção dos estados do Sudeste e do Sul, com a distribuição de funções produtivas entre as cidades. Isso é possível porque os transportes se difundiram e à criação de grandes autopistas se soma, nas regiões mais desenvolvidas, uma criação tão grande ou maior de estradas vicinais; desse modo, a circulação se torna fácil e o território fluido. E essa fluidez do território tem como conseqüência uma acessibilidade (física e financeira) maior dos indivíduos. Quando essa acessibilidade financeira é maior, os preços tendem relativamente a baixar e a parte disponível do salário tende relativamente a aumentar. Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão a consumir e a produzir, maior a tendência ao movimento, e a mais criação de riqueza.

Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras. Este é, por exemplo, o caso geral do Nordeste brasileiro. A rede urbana é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada; cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social, de tal maneira que toda simplificação no tratamento dessa questão precisa ser superada.

No sistema urbano, as categorias consideradas homólogas, os níveis tidos como paralelos são cada vez mais diferenciados entre si. Há, pois, diferenciação extrema entre os tipos urbanos. Houve tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças.

Se, no período anterior, metrópoles como Salvador, Recife, Belém guardavam elementos de semelhança, pois a produção industrial que lhes cabia era orientada para um número reduzido de bens, ligados ao consumo mais banal dos habitantes, hoje, com um sistema moderno de transportes e comunicações que facilitam o comércio e o controle por firmas situadas a milhares de quilô-

metros do lugar de produção, aquelas antigas metrópoles regionais se tornam metrópoles nacionais pela maior amplitude de suas relações econômicas. É uma nova maneira de ser metrópole incompleta (Santos, 1971), que inclui o fato de serem extremamente diferenciadas entre si. Maria de Azevedo Brandão (1985) mostra o quanto a indústria baiana é diferente da de Recife, e o mesmo pode ser dito de Porto Alegre e Belém. Isto é possível porque se tornou viável o aproveitamento das virtualidades de cada área, uma vez que um sistema industrial mais complexo distribui territorialmente tarefas distintas, graças às facilidades de transporte e comunicações.

Essa diferenciação também se dá entre São Paulo e Rio de Janeiro. A disputa que mantinham no começo do século já se mostra favorável à primeira dessas cidades desde os anos 30, ainda que, estatisticamente, isso só se vá revelar no decênio seguinte. Agora São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses. Esse é um fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil. Esta nova qualidade do papel de comando da metrópole paulistana provoca um distanciamento maior entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma maior divisão territorial do trabalho, não só do Sudeste, mas de todo o Brasil. São Paulo destaca-se como metrópole onipresente no território brasileiro.

Este novo período consagra também uma redistribuição das classes médias no território, e, de outro lado, uma redistribuição dos pobres, que as cidades maiores são mais capazes de acolher. A mais rica de todas, São Paulo, é também a que tem maior poder de atração. Basta dizer que, entre 1970 e 1980, a região metropolitana de São Paulo recebe, sozinha, 17,37% do total de migrantes do País, o dobro do que vai para o Rio de Janeiro. Apesar da grande campanha de propaganda empreendida pelo Estado, em favor da colonização da Amazônia, levando para essa região um contingente de dois milhões de pessoas, essa migração não é comparável à que se dirigiu para as regiões metropolitanas. Apenas a região metropolitana do Rio de Janeiro recebe, no mesmo período, volume igual de pessoas, enquanto a Grande São Paulo acolhe o dobro.

Por outro lado, as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias[4], um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando ambas as categorias incremento demográfico parecido, por causa em grande parte do jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território. As cidades entre 20.000 e 500.000 habitantes vêem sua população total passar de cerca de sete milhões em 1950 para perto de 38.000.000 em 1980, enquanto as cidades com mais de um milhão de habitantes passam de seis milhões e meio em 1950 para 29.000.000 de residentes em 1980.

Por último, dir-se-ia que, dentro das cidades, sobretudo das grandes cidades, vai dar-se aquilo que Armstrong e McGee (1968) haviam prematuramente visualizando nos anos 60. Esses dois geógrafos propunham a noção de "involução urbana" com base no que era chamado de *ruralização da cidade,* isto é, a invasão de práxis rurais no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo. Hoje, porém, talvez se possa falar em uma *involução metropolitana* mas em outro sentido, uma vez que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico (Santos, 1988b).

São Paulo há muito tempo cresce relativamente menos do que o País e cresce também menos do que o Estado de São Paulo, não propriamente em termos absolutos, mas em termos propor-

---

4 Em um bairro de classe média de Ribeirão Preto (interior de São Paulo), formado por residências construídas mediante financiamento do Sistema Financeiro da Habitação, a classe média era expressiva, tendo 20,5% dos residentes uma renda superior a onze salários mínimos (eram 2,3% com mais de dezesseis S.M.), enquanto 55,7% se situavam na faixa entre seis e dez salários mínimos e apenas 23,8% tinham rendimentos inferiores e cinco salários mínimos. Nesse estudo do Conjunto Habitacional Jardim Castelo Branco I, Carlos Stechhahn (1990) mostra que em 100% das casas havia geladeira, fogão e televisão em cores, em 71,1% havia pelo menos um ventilador, em 65,5% um rádio e em metade delas (50%) um automóvel. Bens como máquina de lavar, telefone e aparelho de som estavam presentes em, respectivamente, 47,7%, 42,2% e 38,9%.

cionais. Este, aliás, não é apenas fenômeno paulista. Nas regiões de agricultura moderna, o crescimento econômico é, por razões múltiplas, maior que nas respectivas metrópoles. Estas são lugares onde se encontram enormes estoques de capital velho, uma vez que, no campo, a substituição de uma composição orgânica do capital por outra composição orgânica do capital é, mais fácil do que o é, na cidade, a substituição de uma composição técnica por outra composição técnica do espaço. É muito mais caro arrasar um quarteirão, fazer uma nova avenida, um túnel, um viaduto, do que substituir, com incentivos financeiros e fiscais, máquinas, sementes e produtos químicos. Por outro lado, o fato de que os pobres venham para a cidade e abandonem o campo modernizado, leva a que no urbano se recriem condições para utilização do velho econômico.

O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Estas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes restrito às cidades, que eram "depósitos" para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, nas áreas mais desenvolvidas, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período, da urbanização brasileira.

6.

A DIVERSIDADE REGIONAL

A complexa organização territorial e urbana do Brasil guarda profundas diferenças entre suas regiões. Em 1980, é a Região Sudeste a mais urbanizada, com um índice de 82,79%. A menos urbanizada é a Região Nordeste, com 50,44% de urbanos, quando a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57%.

Essas disparidades são antigas, embora diversas segundo os períodos, conforme mostra o quadro abaixo.

TAXAS REGIONAIS DE URBANIZAÇÃO

	1940	*1960*	*1980*
Norte	27,75	37,80	51,69
Nordeste	23,42	34;24	50,44
Sul	27,73	37,58	62,41
Sudeste	39,42	57,36	82,79
Centro-Oeste	21,52	35,02	67,75

M. A. A. de Souza, 1988.

Em 1940, além de as taxas regionais não serem altas, as diferenças entre regiões são menos significativas do que nos anos seguintes. Já em 1960, o Sudeste, mais modernizado, mostra avanços importantes no processo de urbanização. Em 1980, todos os índices conhecem incrementos, enquanto o Sudeste mantém preeminência[1].

---

[1] Em 1980, para um índice nacional de urbanização igual a 67,6%, duas Grandes Regiões, o Sudeste e o Centro-Oeste compareciam com taxas mais elevadas (83% e 68% respectivamente) e as três outras Grandes Regiões apareciam com níveis de urbanização mais baixos que o do País (Sul: 62%; Norte: 52%; Nordeste: 50%).

É insuficiente, porém, levar, apenas, em conta esses números relativos. Considerado isoladamente, o Sudeste tinha uma população urbana (43.550.604) maior que o resto do País. Eram 53,1% da população urbana total. Esse fato de massa

Em 1940, quando a população urbana representava 31,2% da população total brasileira, somente o Sudeste ultrapassava esse índice, com cerca de 39% de urbanos. Nesse ano, eram o Norte e o Sul que apareciam em segundo lugar, ambos com 28% de urbanos, enquanto o Nordeste e o Centro-Oeste se aproximavam, com uma taxa de urbanização de 23% e 22% respectivamente. Em 1950, o Sudeste se mantinha em sua posição dianteira (48%) sendo, pois, mais urbanizado do que o País como um todo (36,2%). Apenas o Sul (33%) ultrapassava o índice brasileiro deste último ano. A Grande Região Norte vinha logo em seguida com 29% de urbanos, à frente do Nordeste (26%) e do Centro-Oeste (24%).

Os decênios mais recentes marcam uma aceleração no crescimento das taxas de urbanização em todas as regiões, mas sobretudo no Centro-Oeste, que em 1980 (com cerca de 68%) ultrapassa de muito o índice nacional de urbanização (55,9%), situação que é, também, a das Regiões Sudeste (sempre na dianteira) e Sul. Tanto o Norte quanto o Nordeste têm uma urbanização menor que o País como um todo.

A distância entre os índices regionais de urbanização, mínima em 1940, vai acentuando-se a partir do pós-guerra, para se tornar bem marcada com a modernização do território nacional (sobretudo após 1970). O caso do Centro-Oeste merece uma observação particular. Essa era, em 1940, 1950 e 1960, a região menos urbanizada do País e a partir de 1970 ganha o segundo lugar nessa classificação, precedida apenas pelo Sudeste. Quanto ao Sul, que nesses termos ainda era ligeiramente ultrapassado pelo Norte em 1960, conhece a aceleração do seu crescimento urbano nos dois decênios seguintes.

Considerando o volume de população urbana, o crescimento relativo entre 1960 e 1980 é maior no Centro-Oeste e no Norte que nas outras três Grandes Regiões, sendo que no Nordeste e no Sudeste esse crescimento é menor que no País considerado em conjunto. Se levarmos em conta o horizonte temporal 1950-1980, o mesmo fenômeno se repete. Na verdade, aliás, os índices respectivos aparecem ainda mais expressivos, como demonstram os dois quadros seguintes:

tem de ser levado em conta, pelas suas conseqüências econômicas, sociais e políticas, sobretudo se levarmos em conta que a Grande Região Sudeste se estende por uma área relativamente reduzida, comparada com a superfície total do País.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA BRASILEIRA SEGUNDO AS DIVERSAS GRANDES REGIÕES

	1950	*1980*	*1980 / 1950*
Brasil	18.782.981	82.013.375	4,36
Norte	580.867	3.102.659	5,34
Nordeste	4.744.808	17.959.640	3,78
Sudeste	10.720.734	43.550.664	4,06
Sul	2.312.985	12.153.971	5,25
Centro-Oeste	423.497	5.246.441	12,39

	1960	*1980*	*1980 / 1960*
Brasil	32.004.817	82.013.375	2,56
Norte	983.278	3.102.659	3,15
Nordeste	7.680.681	17.959.640	2,34
Sudeste	17.818.649	43.550.664	2,44
Sul	4.469.103'	12.153.971	2,71
Centro-Oeste	1.053.106	5.246.441	4,98

Enquanto o território não é unificado pelos transportes e comunicações e pelo mercado, e a urbanização não se torna um fenômeno generalizado sobre o espaço nacional, a simples comparação dos seus índices entre diferentes regiões e cidades pode levar a equívocos de interpretação. Por exemplo, em 1940, conforme já vimos, a taxa de urbanização da Amazônia era sensivelmente parecida à do Sul. Mas os nexos que estão por detrás desses números são bem diversos.

Na Amazônia, trata-se de uma relíquia dos períodos históricos anteriores, também e sobretudo da fase maior de exploração da borracha. Área onde o essencial da atividade era extrativa, associada a uma cultura de subsistência, faltavam-lhe densidade econômica e densidade demográfica para permitir o surgimento de sólidos organismos urbanos locais fora dos pontos de nucleação mais importantes, representados pelas cidades onde estava sediado um poder político-administrativo associado a funções especulativas com certo relevo. Os empregos públicos e privados assim criados por essas atividades de relação, garantiam a essas aglomerações privilegiadas um fermento de vida, enquanto a interdependência local de funções assim criadas assegura a tais cidades a continuidade de sua importância relativa junto às respectivas áreas de influência, ainda que sua população e seu movimento econômico estagnem ou baixem, tanto em termos absolutos

como em relação a outras cidades e regiões do País. Na Amazônia, trata-se de um modelo claramente macrocefálico, devido a uma divisão do trabalho incipiente e que apenas se reproduz, sem quase se alargar. O fenômeno é estudado em detalhe por Roberto Lobato Corrêa (1987).

No Sul e no Sudeste, onde existe uma rede urbana mais desenvolvida, a interação entre as cidades acelera o processo de divisão territorial do trabalho que lhes deu origem e, por sua vez, vai permitir o avanço dos índices de urbanização, renovando assim, num círculo virtuoso, os impulsos para um novo patamar na divisão internacional do trabalho. Enquanto isso, os índices de urbanização ficam estagnados ou evoluem lentamente no Norte, onde devemos esperar os anos sessenta para que a situação se desbloqueie, graças ao desenvolvimento das comunicações e do consumo e à amplitude maior do intercâmbio com as demais regiões do País, graças à industrialização e à modernização da sociedade e do Estado.

Mais recentemente, todas as áreas do País experimentam um revigoramento do seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território.

A partir dos anos 60, e sobretudo na década de 70, as mudanças não são, apenas, quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o País conhece e que explicam a nova situação.

A situação anterior de cada região pesa sobre os processos recentes. A diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho sucessivamente se deu, ou, em outras palavras, pela maneira diferente como, a cada momento histórico, foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho.

Quando da intensificação da urbanização, algumas áreas eram de antigo povoamento, servidas por infra-estruturas antigas, representativas de necessidades do passado, e não respondendo, assim, às vocações do presente.

O simples exame dos números da urbanização nas diversas regiões pode dar a impressão de uma evolução contraditória. Não se trata disso. A partir do momento em que o território brasileiro se torna efetivamente integrado e se constitui como mercado único, o que à primeira vista aparece como evolução divergente é, na verdade, um movimento convergente. Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução. É dessa maneira que, em cada período, se entendem as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo. Esse enfoque se impõe, pois a cada momento histórico as heranças dos períodos passados também têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas *hoje,* como *ontem.* É assim que se podem explicar não apenas esse dado estatístico que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização.

Nas áreas pouco povoadas do Norte e do Centro-Oeste, a modernidade (referimo-nos, aqui, à modernidade posterior à segunda guerra mundial) se implanta quase sobre o vazio e desse modo quase não encontra o obstáculo das heranças. Essas áreas ainda se mantinham praticamente pré-mecânicas até trinta anos atrás.

O Centro-Oeste (e, mesmo, a Amazônia), apresenta-se como extremamente receptivo aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infra-estrutura de monta, nem outros investimentos fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pôde, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. Desse modo, aí o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento.

Na Amazônia legal, o índice de urbanização passa de 28,3% em 1950 a 52,4% em 1980 (L. O. Machado, 1983) e o número de núcleos urbanos duplica nesse mesmo período, subindo de 169 para 340 (M. Miranda, 1985, p. 9).

A Região Centro-Oeste e, particularmente, Mato Grosso do Sul e Goiás distingue-se da Amazônia pelo fato da continuidade es-

pacial da ocupação, feita a partir de capitais mais intensivos, com a presença de uma maior composição orgânica e num subespaço onde a fluidez é maior. E na Amazônia houve, desde o século passado, condições para a concentração da população em poucos núcleos, exatamente em função da descontinuidade e da raridade do povoamento.[2]

O caso de Goiás é emblemático. Durante praticamente quatro séculos é, do ponto de vista da produção, um verdadeiro espaço *natural*, onde uma agricultura e uma pecuária extensivas são praticadas, ao lado de uma atividade elementar de mineração. Da construção de Goiânia, inaugurada nos anos 30, não se conhecem sistematicamente os efeitos dinâmicos. O *novo* urbano chega antes da modernização rural, da modernização dos transportes e do País, da modernização do consumo e, de modo mais geral, da modernização do País. Com a redescoberta do cerrado, graças à revolução científico-técnica, criam-se as condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa da urbanização, graças, também, ao equipamento moderno do País e à construção de Brasília, que podem ser arrolados entre as condições gerais do fenômeno. Graças às novas relações espaço/tempo, cidades médias relativamente espaçadas (em contraste com áreas de velha urbanização como o Nordeste) se desenvolvem rapidamente, e, reforçada, Goiânia pode pretender à condição metropolitana, apesar de sua proximidade a Brasília.

Outra é a realidade do Nordeste, onde uma estrutura fundiária hostil desde cedo a maior distribuição de renda, a maior consumo e a maior terciarização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas, e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento. Um antigo povoamento, assentado sobre estruturas sociais arcaicas, atua como freio às mudanças sociais e econômicas, acarreta retardo da evolução técnica e material e desacelera o processo de urbanização. Esta é recentemente menos dinâmica no Nordeste, se comparada a outras áreas do País.

Já o Sudeste, mais "novo" que o Nordeste e mais "velho" que o Centro-Oeste, consegue, a partir do primeiro momento da mecanização do território, uma adaptação progressiva, eficiente aos interesses do capital dominante. Cada vez que há uma modernidade, esta é encampada pela região. A cidade de São Paulo é um bom exemplo disso, pois constantemente abandona o passado, volta-lhe permanentemente as costas e, em contraposição, reconstrói seu presente à imagem do presente hegemônico, o que lhe tem permitido, nos períodos recentes, uma desempenho econômico superior, acompanhado por taxas de crescimento urbano muito elevadas.

Há, no Sudeste, significativa mecanização do espaço, desde a segunda metade do século passado, ao serviço da expansão econômica, o que desde então contribui para uma divisão do trabalho mais acentuada e gera uma tendência à urbanização. As levas de migrantes europeus que aqui desembarcavam, mediante suas aspirações de consumo, já traziam consigo um estimulante a uma maior divisão do trabalho nessa área, cuja incorporação econômica tardia, em relação às demandas dos países industriais, acata por ser uma vantagem. O fato de que a mecanização do espaço se dá sobre um quase "vazio", criando o *novo* técnico ao lado do *novo* econômico, é um outro acelerador da divisão do trabalho. Isso vai ocorrer sobretudo no Estado de São Paulo onde, ao longo do século, e ainda recentemente, foi possível acolher as novas e sucessivas modernizações. Essa permanente renovação técnica serve como base material para permanente renovação da economia e do contexto social, ensejando uma divisão do trabalho cada vez mais ampliada e a aceleração correlativa do processo de urbanização, cujos índices atuais no Sudeste são comparáveis, senão superiores, ao da maioria dos países da Europa Ocidental.

Quanto à Grande Região Sul, reúne áreas de povoamento mais antigo, incorporadas à civilização mecânica desde fins do século passado e outras cuja incorporação tardia à civilização técnica lhes permitiu um desenvolvimento urbano mais rápido. Compare-se, por exemplo, a marcha da urbanização em um estado como o Paraná com o que se passou no Rio Grande do Sul. O exemplo,

2 "A presença da pecuária em Mato Grosso não estimulou o desenvolvimento de uma densa malha de cidades e nem de grandes cidades. Assim, ao procurar lembrar as cidades mato-grossenses, nos vêm à memória praticamente apenas Campo Grande (294.000 habitantes), Cuiabá (213.000) e Corumbá (81.000), que representaram 23,3% da população do estado em 1980. Comparando com o norte do Brasil, notamos que o extrativismo vegetal dominante (borracha, castanha etc.) também não gerou uma verdadeira rede urbana, mas duas cidades alcançaram outro nível populacional: Belém (934.000) e Manaus (635.000) que em 1980 somaram 26,6% da população total da área" (A. Mamigonian, 1986, p. 39, Geosul).

aliás, mostra-nos o perigo de nos atermos unicamente a grandes unidades territoriais. À proporção que reduzimos a escala de nossas observações, vemos aparecer formas de evolução particulares. Por exemplo, no caso das áreas "vazias" cuja incorporação à materialidade moderna é mais recente, não há como confundir situações como a do Mato Grosso do Sul com a que se verifica na Amazônia. Nesta, a colonização é mais descontínua, e mobiliza relativamente menos capitais e mais trabalho, enquanto no Mato Grosso do Sul a densidade maior da ocupação é acompanhada de maior densidade capitalística e técnica. Isso ajudaria a explicar o maior desenvolvimento urbano em Mato Grosso do Sul (e também em Mato Grosso e Goiás) onde, também, a presença de uma classe média urbana é mais notável. O que há de comum a esses subespaços é o aparecimento de um processo vigoroso de urbanização paralelamente às novas vagas de povoamento e nisso essas áreas se distinguem do resto do País, onde, em relação ao povoamento, a urbanização (do território e não apenas pontual) se verifica com atraso.

7.

BRASIL URBANO E BRASIL AGRÍCOLA E NÃO APENAS BRASIL URBANO E BRASIL RURAL

Que outras inferências retirar da expansão do meio técnico-científico e da conseqüente divisão do País em espaços da racionalidade, *espaços inteligentes* e espaços incompletamente tecnicizados, *espaços opacos?*

Graças à evolução contemporânea da economia e da sociedade e como resultado do recente movimento de urbanização e de expansão capitalista no campo, podemos admitir, de modo geral, que o território brasileiro se encontra, hoje, grosseiramente repartido em dois grandes subtipos que agora vamos denominar de *espaços agrícolas* e *espaços urbanos*. Utilizando, com um novo sentido, a expressão *região,* diremos que o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas.* Simplesmente, não mais se trataria de "regiões rurais" e de "cidades". Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, no que refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo, isto é, o consumo exigido pelas atividades agrícolas ou agroindustriais. Quanto às cidades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios dentro da aglomeração ou em suas proximidades com atividades agrícolas freqüentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. As regiões metropolitanas, oficiais ou de fato, são o melhor exemplo desse fenômeno. Teríamos, desse modo, no primeiro caso, áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e, no segundo caso, áreas rurais adaptadas a demandas urbanas.

Trata-se de um esquema geral. De um lado, toda cidade dispõe de um fermento local de vida, próprio a ela mesma, independente

de impulsões externas, aquela *autonomia* urbana referida por Maximilien Sorre e sem a qual não há cidade. (A partir de certo nível, a permanência da vida urbana não mais dependeria da atividade que lhe deu origem.) Essa autonomia é garantida pelas atividades requeridas pela própria população urbana e cada vez mais também pelos fenômenos de circulação. A autonomia tende a ser tanto mais forte quanto a cidade é maior.

De outro lado, a produção agrícola realizada no interior dos limites metropolitanos ou urbanos pode ser objeto de um consumo não unicamente local. A gama de situações intermediárias entre as duas situações-tipo aqui sugeridas é, assim, muito grande e a promoção de uma cidade dependente do espaço agrícola à situação de verdadeira região urbana é possível. O fenômeno, aliás, é verdadeiro já em muitas áreas e em muitas aglomerações grandes. Trata-se de uma tendência historicamente verificável, fundada na evolução atual da economia, da sociedade e do território. Pode-se, desde já, prever que essa tendência ganhará corpo e vai generalizar-se nos próximos decênios.

Dois problemas, reais e de método, parecem impor-se. O primeiro é a diferença de situações entre, de um lado, as regiões economicamente mais desenvolvidas do País (aquelas onde o meio técnico-científico se afirma mais fortemente) e, de outro, as regiões deprimidas. Nestas últimas, as demandas do mundo rural são qualitativamente e quantitativamente menores, porque os níveis de renda são baixos e a modernização agrícola é inexistente, pontual ou incompleta, e, desse modo, a cidade preside a uma vida de relações que é ainda próxima do tradicional, através da conhecida dicotomia rural-urbana. No caso das regiões pioneiras, fatos novos se instalam sobre áreas relativamente vazias. A implantação das inovações se dá com uma população relativamente menor do que em outras áreas onde a modernidade vem superpor-se a um fenômeno anterior de densidade. O tamanho da população é, pois, um fator a não desconsiderar, junto com o nível de sua renda e de sua demanda. Mais uma vez, no entanto, as situações são muito variadas, o que, todavia, não impede de propor uma generalização.

O outro problema é o de saber a partir de que tamanho urbano pode-se falar em *região urbana.* O caso das regiões metropolitanas é o exemplo limite. São áreas onde diversas "cidades" interagem com grande freqüência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das infra-estruturas urbanas e nas possibilidades que esse fato acarreta para um divisão do trabalho interna bem mais acentuada que em outras áreas. É por isso que com razão se admite que o Brasil tem muito mais regiões metropolitanas que as nove da classificação oficial. Para ficar só num exemplo, Brasília merece, de há muito, participar dessa classe. Mas as regiões metropolitanas apenas constituem o nível superior dessas *regiões urbanas;* qual seria o limite inferior? Podemos, grosseiramente, propor o limite dos 200.000 habitantes, o que hoje daria ao País algumas dezenas de regiões urbanas. A questão, porém, dificilmente poderá ter resposta meramente quantitativa e as diferenças de desenvolvimento regional terão também influência na definição do fenômeno.

Se aceitas as premissas com que estamos trabalhando, isso equivaleria a admitir uma alternativa para a corrente divisão (sobretudo estatística e administrativa) do País em áreas urbanas e áreas rurais. Haveria, então, um *Brasil Urbano* e um *Brasil Agrícola,* em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural.

No Brasil agrícola, há tendência a que a área de exportação, isto é, de produção que procura um mercado distante, seria, sobretudo, a área rural, e isso tanto mais quanto a agricultura regional seja moderna. No Brasil urbano, a área "de exportação" seria tanto a rural quanto a urbana, mas sobretudo a urbana. É evidente, porém, que tanto mais importante a *região urbana,* tanto mais forte nela será a divisão interna do trabalho, com os diversos núcleos que a compõem vendendo uns aos outros bens intermediários e finais.

A *região urbana* tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A *região agrícola* tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. Isso, naturalmente, não exclui uma hierarquia de respostas no sistema urbano regional. Aliás, todas as cidades (e regiões urbanas) do sistema urbano

nacional são, de uma forma ou de outra, interessadas pela atividade rural, às quais se ligam segundo diversos níveis de inter-relação e de controle.

Mas nas *regiões agrícolas* é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala) enquanto nas *regiões urbanas* são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel.

Essa subdivisão do País em um Brasil Urbano e um Brasil Agrícola somente tem validade como generalização, não prescindindo, desse modo, de análise mais aprofundada, ainda por fazer, das especificidades dos diversos subespaços.

8.

URBANIZAÇÃO CONCENTRADA E METROPOLIZAÇÃO

A partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número — e da população respectiva — dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno do meio milhão de habitantes).

Aglomerações com mais de 20.000 habitantes

É a partir dos anos 50 que se nota mais francamente uma tendência à aglomeração da população e da urbanização. Os núcleos com mais de 20.000 habitantes vêem crescer sua participação no conjunto da população brasileira, passando de pouco menos de 15% do total em 1940 para quase o dobro (28,43%) em 1960 para constituir mais de metade (51%) da população em 1980. Esses mesmos núcleos com mais de 20.000 habitantes reuniam quase metade (47,7%) da população urbana em 1940, mais de três quintos (63,64%) em 1960 e mais de três quartos (75,48%) em 1980. Mas as realidades regionais são diferentes e o peso relativo dessas aglomerações na população total e na população urbana de cada região são um reflexo da história passada e recente de cada uma delas.

AGLOMERAÇÕES (CIDADES E VILAS) COM MAIS DE 20.000 HABITANTES NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS

	População total	*% sobre a população total do Brasil*	*% sobre a população urbana do Brasil*
1940	6.144.935	14,93	47,71
1950	10.845.971	20,88	57,74
1960	19.922.252	28,43	63,64
1970	37.398.842	40,15	71,80
1980	60.745.403	51,00	75,48

PARTE RELATIVA DOS AGLOMERADOS URBANOS (CIDADES E VILAS) COM MAIS DE 20.000 HABITANTES NA POPULAÇÃO TOTAL BRASILEIRA

	1940	*1960*	*1980*
Brasil	14,93	28,43	51,00
Norte	15,77	22,11	36,90
Nordeste	8,58	16,45	31,71
Sudeste	21,96	41,92	69,39
Sul	11,08	20,85	42,88
Centro-Oeste	1,85	14,12	45,57

PARTE RELATIVA DOS AGLOMERADOS COM MAIS DE 20.000 HABITANTES SOBRE A POPULAÇÃO URBANA TOTAL

	1940	*1960*	*1980*
Brasil	47,71	63,64	75,48
Norte	57,05	59,15	71,38
Nordeste	36,59	48,54	62,86
Sudeste	55,57	73,54	83,80
Sul	39,87	56,20	68,72
Centro-Oeste	8,51	41,25	67,27

Cabe, todavia, levantar uma questão: podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. Nesse sentido, as séries estatísticas são miragens. O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é a cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas, hoje, para

ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes... Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação.

Tomando como base fixa de comparação os 501 centros urbanos que tinham mais de 20.000 habitantes em 1980, François E. J. de Bremaeker (1986, p. 280) assim nos descreve o crescimento da sua importância relativa: "Em 1950, estes 501 centros urbanos detinham 13,6 milhões de habitantes, que constituíam 72,6% da população urbana brasileira e 26,3% da população total. Em 1969, continham 23,5 milhões de habitantes, que representavam 73,5% da população urbana e 33,1% da população total. Em 1970, já retinham 40,3 milhões de habitantes que constituíam 76,2% da população urbana e 42,6% da população total. Finalmente, em 1980, estes 501 centros urbanos alcançavam a marca de 62,5 milhões de habitantes, que correspondiam a 76,3% da população urbana e a 51,6% da população brasileira".[1]

A população vivendo em núcleos com mais de 20.000 habitantes aumenta 4,58 vezes entre 1950 e 1980, passando de 13.640.237 para 62.543.148 pessoas, crescendo, pois, em cerca de 49.000.000 de habitantes. Como, nesse período, a população urbana total cresce um pouco mais de 63.000.000 de pessoas, segue-se que, de cada cem novos urbanos, 77 se encontravam em cidades e vilas com mais de 20.000 habitantes e apenas 23 em localidades menores. Enquanto a população destas últimas é multiplicada por 3,78 entre 1950 e 1980, a dos núcleos maiores de 20.000 habitantes o é por 4,58.

A população urbana das aglomerações com mais de 20.000 habitantes cresce mais depressa que a população total e que a população urbana do País, e o mesmo fenômeno também se verifica em escala regional. Considerando-se as cinco Grandes Regiões em que o território nacional está dividido, o incremento maior nos decênios 60-70 e 70-80 se verifica no Norte e no Centro-Oeste, respectivamente. Esta última, aliás, conhecia, entre 1950 e 1960, crescimento espetacular da população residente nos núcleos maiores de 20.000 habitantes, conforme nos indica o quadro a seguir.

1 Considerados os 501 centros urbanos que tinham mais de 20.000 habitantes em 1980, essas aglomerações constituíam mais de três quartos da população urbana total do País e mais de metade da população total. Eram, portanto, 7,4% do total dos núcleos populacionais brasileiros, já que estes, em 1980, eram em número de 8.078 (3.991 cidades e 4.084 vilas).

ÍNDICE DE INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS (CIDADES E VILAS) COM MAIS DE 20.000 HABITANTES

	1980-70	*1970-60*	*1960-50*
Brasil	1,62	1,87	1,83
Norte	1,98	1,93	1,66
Nordeste	1,59	1,89	1,70
Sudeste	1,53	1,82	1,79
Sul	1,81	1,84	2,27
Centro-Oeste	2,46	1,87	4,21

A difusão do fenômeno foi relativamente maior que a média nacional no Centro-Oeste, no Sul e no Norte e menor que essa média no Nordeste[2] e no Leste. Tomando como base os dados do recenseamento de 1980, o resultado da comparação entre os ritmos regionais é diferente conforme tomemos como ponto de partida os anos de 1950, 1960 ou 1970. Mas, em todos os casos, é no Centro-Oeste onde se registra o maior incremento, enquanto o lugar seguinte varia conforme o período considerado. Se levarmos em conta todos os trinta anos entre 1950 e 1980, é ao Sul que cabe o índice maior, ainda que seguido de muito perto pelo Norte. Mas se tomarmos em conta 1960-70 ou 1970-80, o Norte mostra um avanço considerável sobre o Sul. Quanto ao Nordeste, seus índices de incremento são ligeiramente menores que os do Sudeste, exceto entre 1970 e 1980, quando é o contrário que se verifica.

Mas a comparação do volume demográfico correspondente às diversas Grandes Regiões, durante o período 1950-1980, revela a grande concentração dos respectivos efetivos no Sudeste, seguido, de muito longe, pelo Nordeste e o Sul, ao passo que ao Centro-Oeste e ao Norte apenas cabem fatias relativamente reduzidas. Ainda que sua participação seja decrescente, nos últimos quatro recenseamentos (1950, 1960, 1970 e 1980), cerca de 60% da população residente nos centros maiores de 20.000 habitantes se encontram no Sudeste.

Se é verdade que o Sudeste vê baixar sua participação relativa, a lição dos números absolutos é reveladora. A mudança espetacular dos índices relativos ao Centro-Oeste significa, no período 1970-1980, um crescimento de cerca de 1.900.000 moradores em núcleos com mais de 20.000 habitantes. No Norte, esse incremento é da ordem de 1.000.000. Mas no Sudeste, ele é de mais de 12.000.000 de pessoas. Considerando o período 1950-1980, os níveis são: cerca de 3.300.000 e de 1.800.000 para o Centro-Oeste e o Norte, respectivamente, enquanto no Sudeste o incremento respectivo é de 28.000.000.

2 Uma ilustração do fenômeno de difusão territorial e da tendência à urbanização concentrada, no período 1940-1980, é dada, para o Estado da Bahia, por Silva e Silva, 1987. Os centros com mais de 20.000 habitantes passa de um apenas em 1940 a oito em 1960 e 29 em 1980. Havia somente um com mais de 100.000 habitantes em 1940, a capital do estado, e são quatro em 1980.

Cidades com mais de 100.000 habitantes

O número das aglomerações onde a população ultrapassa os 100.000 habitantes não pára de crescer, conforme indicado na tabela seguinte.

NÚMERO DE LOCALIDADES, SEGUNDO TAMANHO, NO ANO DOS RECENSEAMENTOS DE 1940, 1950, 1960, 1970 E 1980

	1940	*1950*	*1960*	*1970*	*1980*
Entre 100.000 e 200.000 hab.	11	15	28	60	95
Entre 200.000 e 500.000 hab.	5	9	11	19	33
Mais de 500.000 hab.	2	3	6	9	14
Total com mais de 100.000 hab.	18	27	45	88	142

Tomadas em conjunto, as aglomerações com mais de 100.000 habitantes, raras em 1940 — quando eram apenas dezoito em todo o País — vêem o seu número aumentado nos recenseamentos seguintes, alcançando 142 em 1980. Em 1991, 183 municípios contavam com mais de 100.000 habitantes. A partir dos anos 70, parece ser esse (100.000) o patamar necessário para a identificação de cidades médias em boa parte do território nacional. A expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades. Somente nas áreas mais atrasadas é que tais funções são exercidas por núcleos menores.

As localidades com mais de 100.000 e menos de 200.000 habitantes viram o seu número multiplicado por quase nove entre 1940 e 1980, passando de onze para 95. Aquelas com população entre 200.000 e 500.000 habitantes triplicaram seu número entre 1960 e 1980: eram onze em 1960 e são 33 em 1980. As cidades com mais de meio milhão de habitantes eram somente duas em 1940 e somam catorze em 1980.

Em 1940, sete dos onze núcleos entre 100.000 e 200.000 habitantes estavam no Sudeste e no Sul. Em 1980, o Sudeste contava com 67 dos 95 núcleos desse tamanho. Em 1940, dos cinco núcleos entre 200.000 e 500.000 moradores, três estavam no Sudeste; em 1980, para um total de 33, o Sudeste e o Sul abrigavam dezoito.

A parte que corresponde às duas regiões mais desenvolvidas aumenta entre 1940 e 1950, quanto às aglomerações entre 100.000 e 200.000 habitantes, e diminui para os núcleos maiores. É, também, relevante assinalar que, em 1940, apenas nove estados dispunham de cidades com população entre 100.000 e 200.000 moradores; em 1980, elas existem em 26 unidades da Federação (onze em 1950; dezessete em 1960; 21 em 1970). Tomando-se as localidades com entre 200.000 e 500.000 habitantes, elas estavam presentes em apenas cinco estados em 1940 e se encontram em 1980 em dezenove estados (oito em 1950, nove em 1960, quinze em 1970).

Quanto aos núcleos maiores de 500.000 habitantes, apenas dois em 1940, são eles catorze em 1980. Naquele ano, ambos estavam no Sudeste, mas dos presentes em 1980 o Sudeste contava com cinco, o Sul com dois, os outros sete estando em outras regiões. No total, esses núcleos representavam 7,7% da população brasileira em 1940, mas são 31,5% desse total em 1980. Eles estavam presentes em apenas dois estados em 1940 e em 1980 estão treze (três estados em 1950, seis em 1960 e nove em 1970).

Cidades milionárias

As cidades milionárias, que eram duas em 1960 (São Paulo e Rio de Janeiro) são cinco em 1970, dez em 1980 e doze em 1991. Esses números ganham maior significação se nos lembrarmos de que em 1872 a soma da população das dez maiores cidades brasileiras não chegava a 1.000.000 de habitantes, reunindo apenas

815.729... Esta é a nova realidade da macrourbanização ou da metropolização. Mas se levarmos em consideração as aglomerações ou quase-conurbações que beiram essa cifra, seu número será consideravelmente aumentado. A palavra *metrópole* é, todavia, timidamente utilizada no Brasil, quando as novas realidades da mundialização ampliam o processo de sua criação como "o locus por excelência das relações sociais e econômicas" (W. Panizzi, 1990, p. 51-52). Nesse sentido, é legítima a preocupação de Celso Lamparelli (1990, p. 56) quando lamenta que continuemos "insistindo em referências que já não iluminam suficientemente a problemática das transformações vividas ultimamente pelo espaço".

O fenômeno de metropolização vai muito além da denominação legal. Segundo esta, o País conta com nove Regiões Metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, criadas por lei para atender a critérios certamente válidos, de um ponto de vista oficial, à época de sua fundação. Hoje, na verdade, a elas se podem acrescentar outras "regiões urbanas", que mereceriam idêntica nomenclatura. A primeira delas é Brasília, com suas cidades satélites, exaustivamente estudadas por Aldo Paviani (1988), entre outras. O mesmo se pode dizer dos conjuntos urbanos comandados por Campinas e por Santos — a menos que se queira integrar estes dois últimos numa entidade territorial que Maria Adélia de Souza (1978, p. 25) já denominava de macrometrópole paulista desde os anos 70. As cidades que, no norte do Paraná, têm funções interdependentes, facilitadas pela proximidade e fluidez dos transportes, também aspiram à mesma classificação como metrópole (M. C. Linardi, 1992). A verdade, aliás, se considerarmos também as aglomerações milionárias, ou perto de sê-lo, pelo menos Manaus e Goiânia já se incluiriam nessa lista. Segundo J. R. Langenbuch (1971, p. 1), que escrevia isso há mais de vinte anos, "(...) a metrópole constitui um tipo especial de cidade, que se distingue das menores não apenas por sua dimensão, mas por uma série de fatos, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa".

As atuais Regiões Metropolitanas têm como pontos comuns dois elementos essenciais: *a)* são formadas por mais de um município, com o município núcleo — que lhes dá o nome — representando uma área bem maior que as demais; *b)* são objeto de

programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais. São, na verdade, regiões de planejamento, onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais. A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de Direitos Industriais explícitos e implícitos, e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo.

A população das nove Regiões Metropolitanas quase dobra seus porcentuais em relação à população total, entre 1940 e 1980.

PARTE DAS REGIÕES METROPOLITANAS
NO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Ano	%
1940	14,98%
1950	17,95%
1960	21,72%
1970	25,58%
1980	28,93%

Do crescimento da população total do Brasil, parcela considerável vai instalar-se nas Regiões Metropolitanas, e essa parcela é crescente desde 1950.

	População que se instala nas Regiões Metropolitanas	*% do aumento da população nacional que se instala nas Regiões Metropolitanas*
1940-1950	3.052.907	28,75
1950-1960	5.952.919	32,62
1960-1970	8.596.874	37,46
1970-1980	11.259.743	43,37

A parte desse incremento que vai à Região Metropolitana de São Paulo é dominante e crescente (respectivamente 10,31%, 11,42%, 14,64% e 17,73%). Somente para o período de 1970-1980, as periferias de São Paulo e Rio de Janeiro absorvem 11,61% do incremento demográfico do País, enquanto os municípios-centro recolhem 13,97%. Em outras palavras, as aglomerações de São Paulo e do Rio de Janeiro são responsáveis pela absorção de mais de um quarto do incremento total da população brasileira nesse decênio.

Desde o decênio 1940-1950 que, em números absolutos, o incremento demográfico da Região Metropolitana de São Paulo vem sendo maior que o correspondente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O mesmo se verifica quanto aos respectivos municípios-núcleo. Mas o incremento de população dos municípios periféricos de São Paulo somente ultrapassa, em números absolutos, o da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir do decênio 1960-1970.

Comparando o total da população migrante com a parcela chegada nos últimos cinco anos, segundo os dados do Censo Demográfico de 1970, pode-se concluir que a força atrativa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi menor que a de São Paulo ou Belo Horizonte.

POPULAÇÃO MIGRANTE
TEMPO DE RESIDÊNCIA NO ATUAL DOMICÍLIO

	Menos de três anos %	*De três a cinco anos %*
Rio de Janeiro	19,1	12,0
São Paulo	22,1	13,3
Belo Horizonte	23,5	16,3

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 53,2% das pessoas contadas como migrantes lá estavam há mais de onze anos. O incremento da população da aglomeração paulistana entre 1970 e 1980 é bem maior que o da população fluminense entre 1960 e 1980. Já no decênio anterior (1960-1970), a Região Metropolitana de São Paulo crescia quase uma vez e meia mais que a do Rio de Janeiro. Na realidade, o aumento da população paulistana em 1960-1970 iguala o da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1950 e 1970. Há mudança de ritmo considerável entre as duas maiores aglomerações do País a partir de 1950, com aceleração dos ganhos demográficos na Região Metropolitana de São Paulo. Esta absorve quase 40% do incremento total das Regiões Metropolitanas entre 1960 e 1970 e mais de 40% entre 1970 e 1980.

Há, pois, paralelamente amplificação do fenômeno de urbanização, tendência à metropolização, mas entre as metrópoles é à

maior delas que cabe a parcela maior de novos habitantes, sobretudo no último decênio intercensitário.[3]

Entre 1970 e 1980, a Região Metropolitana de São Paulo acolheu 3.351.600 imigrantes e a do Rio de Janeiro 1.337.600. Essas duas áreas absorviam, sozinhas, um elevado porcentual do total de 7.881.400 imigrantes absorvido pelas nove Regiões Metropolitanas do País. Este movimento é de tal monta que, apesar da grande campanha de propaganda empreendida pelo Estado em favor da colonização do Norte, que em dez anos movimentou um contingente de 2.000.000 de pessoas para essa região, essa migração não é comparável à que se dirigiu para as Regiões Metropolitanas. Como vemos, apenas a Região Metropolitana do Rio de Janeiro recebe, no mesmo período, contingente igual de pessoas, ao passo que a Grande São Paulo acolhe o dobro. Mas as migrações deslanchadas, num primeiro momento, após a segunda guerra, vêem seu movimento acelerado a partir do "milagre econômico" e tendem a buscar tanto as regiões metropolitanas quanto as cidades intermediárias.

Conforme havíamos lembrado em nossa Comunicação à reunião da ANPUR-IPPUR sobre "Macro-Urbanização: Periodização e Recorte Espacial" (M. Santos, 1989), o fenômeno de macrourbanização e metropolização ganhou, nas últimas duas décadas, importância fundamental: concentração da população e da pobreza, contemporânea da rarefação rural e da dispersão geográfica das classes médias; concentração das atividades relacionais modernas, contemporânea da dispersão geográfica da produção física; localização privilegiada da crise de ajustamento às mudanças na divisão internacional de trabalho e às suas repercussões internas, o que inclui a crise fiscal; "involução metropolitana", com a coexistência de atividades com diversos níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho; maior centralização da irradiação ideológica, com a concentração dos meios de difusão das idéias, mensagens e ordens; construção de uma materialidade adequada à realização de objetivos econômicos e socioculturais e com impacto causal sobre o conjunto dos demais vetores.

O fato metropolitano se apresenta como uma *totalidade menor* dentro da *totalidade maior,* constituída pela formação social nacional: só as aglomerações urbanas com certo nível de complexidade podem ser consideradas como totalidades, o que não cabe aos outros tipos de formações regionais. As metrópoles podem, desse modo, ser analisadas segundo um critério sistêmico, desde que a percepção das variáveis constitutivas seja alcançada. Um estudo substantivo pode, desse modo, ser buscado, o que, aliás, se impõe, caso se deseje realmente *conhecer* o fenômeno e chegar a propor soluções. O enfoque de planejamento não pode ser autônomo, mas subordinado ao conhecimento intrínseco da realidade global.

A maioria dos estudos metropolitanos no Brasil é marcada por preocupações adjetivas e visões de detalhe. Isso se deve, em grande parte, a dois fatores interligados: 1) tais estudos começaram, no País, com objetivos de um planejamento limitado e restritivo e estiveram mais preocupados em obter uma definição formal que mesmo material, isto é, de conteúdo, do fenômeno metropolitano; 2) esses estudos tiveram prosseguimento para dar resposta a questões tópicas (casa, transporte...) e foram pesadamente influenciados, nessa direção, pelas agências financiadoras, nacionais e estrangeiras, sem que universidades e órgãos de pesquisa quisessem ou pudessem reverter esse rumo. O resultado foi o empobrecimento da pesquisa urbana sobre as metrópoles, tornada repetitiva e monocórdia, e, afinal, praticamente esvaziada. A pesquisa vai para um lado, a realidade aponta para outro.

Urge reverter esse quadro para que os estudos metropolitanos brasileiros retomem, em diversos níveis, a busca de interpretações globais, com base nas realidades do presente, o que supõe o conhecimento do período histórico atual — o período técnico-científico — e suas repercussões sobre a sociedade e o território. Essa linha de reflexões aponta para dois outros aspectos do fenômeno — a desmetropolização e a dissolução da metrópole nacional.

[3] "A urbanização do Brasil implicou numa elevada concentração geográfica de atividades e população. Os dados de 1980 mostram claramente que não se trata apenas do crescimento das áreas metropolitanas dos grandes centros nacionais e regionais. Entre 1970 e 1980, o Brasil experimentou um crescimento anual da ordem de 2,5%, enquanto a área metropolitana de Curitiba cresceu 5,8% ao ano, a de Belo Horizonte 4,5%, a de São Paulo 4,4%; mas, no Estado de São Paulo, por exemplo, as taxas mais elevadas de crescimento populacional no decênio pertencem a aglomerações urbanas como Americana (7,4%), Campinas (6,6%), São José dos Campos-Jacareí (6,3%), Jundiaí (5,2%), todas localizadas no chamado 'entorno' da região metropolitana de São Paulo" (Pedro Geiger, set. 1985, p. 2).

9.

TENDÊNCIA À DESMETROPOLIZAÇÃO?

Os mesmos números que revelam um processo de metropolização prestam-se a outra interpretação desde que demos prioridade ao processo de macrourbanização. Levando em conta uma desagregação maior da população urbana segundo o tamanho dos aglomerados, pode levar-nos à conclusão de que, paralelamente ao crescimento cumulativo das maiores cidades do País, estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes de população urbana. Não se trataria, aqui, da reprodução do fenômeno de desurbanização, encontrado em países do Primeiro Mundo e que os eternos repetidores de teorias inadequadas a esta parte do globo estão agora, desesperadamente, buscando encontrar também aqui[1].

Consideremos sete classes de núcleos: 20.000 a 50.000 habitantes; 50.000 a 100.000; 100.000 a 200.000; 200.000 a 500.000; 500.000 a 1.000.000; 1.000.000 a 2.000.000; mais de 2.000.000 de habitantes. Ao longo dos três decênios entre 1950 e 1980, a parte que cabe, na população urbana total, a cada qual dessas classes urbanas, varia. Mas, se nos seis primeiros casos essa variação *grosso modo* é positiva, somente se verifica diminuição do respectivo porcentual entre as localidades com mais de 2.000.000 de habitantes. Essas aglomerações bimilionárias representavam 32,07% da população dos núcleos maiores de 20.000 habitantes em 1950 e 21,75% em 1980. Mas, se levarmos em conta apenas o período 1970-80, há também redução dos porcentuais relativos

---

1 A propósito da desurbanização, um bom estudo teórico-empírico é o de Giuseppe Dematteis (1986) a propósito da Itália. Quanto aos Estados Unidos ver, entre outros, o trabalho de José Allende Landa (1983) sobre a migração de atividades econômicas para centros menores. Muitos outros trabalhos vêm sendo publicados em torno desse tema, na Europa Ocidental, no Japão e na América do Norte.

às aglomerações entre 1.000.000 e 2.000.000 de habitantes (17,14% em 1970 e 16,56% em 1980). Quanto às demais nota-se constante incremento dos respectivos porcentuais, exceto apenas quanto às menores (entre 20.000 e 50.000 habitantes) cujos porcentuais têm evolução irregular no período, ainda que alcance em 1980 índice ligeiramente elevado em relação ao de 1950.

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA, EM NÚCLEOS COM MAIS DE 20.000 HABITANTES SEGUNDO TAMANHO POPULACIONAL DAS AGLOMERAÇÕES*

População	*1950*	*1960*	*1970*	*1980*
20 a 50	13,22	13,34	12,84	13,46
50 a 100	10,05	10,67	10,98	13,00
100 a 200	10,79	11,75	11,60	12,13
200 a 500	12,99	13,88	14,92	15,91
500 a 1.000	5,57	6,12	7,08	7,19
1.000 a 2.000	14,28	16,63	17,14	16,56
mais de 2.000	32,07	27,57	25,41	21,75

*Cálculos feitos com base em François E. J. de Bremaeker, 1986, tabela 5, p. 289.

Esses dados são significativos, ainda que o crescimento demográfico bruto das aglomerações milionárias e bimilionárias represente alto porcentual do crescimento total da população urbana brasileira. As cidades milionárias absorvem cerca de 35% do crescimento total da população brasileira entre 1960 e 1980.

Por outro lado, enquanto o total da população urbana vivendo em aglomerações com mais de 20.000 habitantes é multiplicado, em média, por 4,58 entre 1950 e 1980, somente há multiplicadores menores entre as aglomerações hoje bilionárias (3,11), havendo índices aproximados da média, mas ligeiramente superiores, nas localidades entre 20.000 e 50.000 (4,66). Nas demais classes, o incremento é consideravelmente superior, indo de 4,96 nas aglomerações entre 1.000.000 e 2.000.000 de habitantes e 5,93 naquelas entre 50.000 e 100.000 habitantes.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS MAIORES DE 20.000 HABITANTES, 1950 E 1980*

População	*1950*	*1980*	*1980:1950*
20 a 50	1.803.988	8.419.386	4,66
50 a 100	1.370.919	8.136.606	5,93
100 a 200	1.472.654	7.589.516	5,32
200 a 500	1.772.643	9.956.747	5,61
500 a 1.000	760.726	4.494.213	5,90
1.000 a 2.000	2.080.561	10.340.105	4,96
2.000 e mais	4.374.746	13.606.525	3,11
Total da população	13.640.237	62.543.148	4,58

*Cálculos feitos com base em François E. J. de Bremaeker, tabela 5, 1986, p. 289.

Os números revelam, todavia, mais uma vez, que, paralelamente ao crescimento das grandes e muito grandes aglomerações, há lugar, também, para o aumento do número das cidades intermediárias e das respectivas populações. Pode-se, aqui, desde logo, falar em desmetropolização? O que, em todo caso, se está verificando é a expansão da metropolização e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações à categoria de cidade grande e de cidade intermediária. Um porcentual cada vez mais expressivo da população que vive em núcleos com mais de 20.000 habitantes vai, agora, para as grandes cidades médias.

Considerando-se apenas o incremento intercensal do conjunto das nove regiões metropolitanas e comparando-o ao da população urbana total, o índice resultante, que passara de 38,71% para 45,01% entre os decênios 1940-1950 e 1950-1960, conhece redução significativa nos dois últimos períodos intercensitários (41,12% entre 1960 e 1970 e 31,49% entre 1970 e 1980), o que indica diminuição da parte relativa das Regiões Metropolitanas no cômputo geral da população urbana brasileira. Essa tendência se afirma no Recenseamento de 1991, como veremos a seguir.

São Paulo e Rio de Janeiro guardavam mais de dois terços do total do incremento correspondente às nove Regiões Metropolitanas entre 1940 e 1950, mas apenas 57,40% entre 1950 e 1960. Se aumentam os seus ganhos entre 1960 e 1970, com quase 63% do incremento total, sua parte relativa decai para pouco menos de três quintos entre 1970 e 1980. Se o denominador comum for a população urbana total do Brasil — e não seu incremento intercensitário — a parte relativa à aglomeração paulista e à flu-

minense baixa de 26,24% no decênio de 1940 para 18,69% no decênio de 1970 (25,84% no decênio 1950-60 e 25,89% entre 1960 e 1970). Essa queda prossegue no último período intercensitário.

O ensaio estatístico oferecido por Zantman e outros (1987) permite, mediante outro caminho, chegar a conclusão semelhante. Esses autores separam os centros urbanos brasileiros em três grupos: 1) as duas maiores regiões metropolitanas; 2) as outras regiões metropolitanas; 3) os demais núcleos urbanos.

O índice de incremento demográfico alcançado entre 1950 e 1980 pelas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro tomadas em conjunto (4,0%), é menor que o do País como um todo (4,28%), mas ambos são largamente ultrapassados (4,96%) pelas demais áreas metropolitanas. O índice nacional é aproximado pelo das áreas urbanas não metropolitanas. Há, pois, redistribuição da população urbana. Se o volume da população continua crescendo nas grandes metrópoles, esse incremento é maior nas outras áreas metropolitanas, enquanto outras aglomerações urbanas também mostram evolução significativa.

POPULAÇÃO URBANA DO BRASIL (em milhões)

	1950 (A)	*1980 (B)*	*B:A*
Áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo	5,4	21,6	4,0
Outras áreas metropolitanas	2,6	12,9	4,96
Áreas urbanas não-metropolitanas	10,8	46,0	4,26
Total	18,8	80,5	4,28

Fonte: IBGE, tirado de Zantman, Cartier Bresson, Rosinger, 1987, p. 51.

Olhando mais de perto os porcentuais relativos a cada um dos três grupos de aglomerações em cada momento censitário, isso nos permite chegar a conclusões ainda mais eloqüentes, uma vez que as "outras regiões metropolitanas" conhecem ganhos demográficos constantes. O conjunto São Paulo-Rio de Janeiro, com uma evolução irregular, vê baixar sua participação relativa entre 1950 e 1960 e novamente entre 1970 e 1980, com incremento positivo entre 1960 e 1970. Separados os dados relativos a cada

uma dessas duas aglomerações, o que, porém, se constata é que os ganhos demográficos da Região Metropolitana de São Paulo crescem a um ritmo cada vez mais elevado, enquanto na área metropolitana fluminense há perda relativa desse ritmo. Se entre 1950 e 1960, os ganhos populacionais são comparáveis nas duas maiores Regiões Metropolitanas, entre 1970 e 1980 São Paulo ganha o dobro do incremento obtido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Quanto às áreas urbanas não-metropolitanas, a evolução irregular é complementar (e, por isso, oposta) à do conjunto São Paulo-Rio. Como as variações não são brutais, conclui-se que há um movimento paralelo de metropolização e de expansão urbana.

PARTE DA POPULAÇÃO URBANA PRESENTE NAS REGIÕES METROPOLITANAS E NAS ÁREAS NÃO-METROPOLITANAS (em porcentagem)

	Regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo	*Outras Regiões Metropolitanas*	*Áreas urbanas não-metropolitanas*
1950	28,7	13,8	57,5
1960	26,7	14,2	59,1
1970	28,6	14,8	56,6
1980	26,8	16,0	57,1

Zantman, Cartier Bresson, Rosinger, 1987, p. 51.

A evolução mais recente parece confirmar o fenômeno que estamos descrevendo. A parcela que cabe às nove Regiões Metropolitanas no conjunto da população brasileira que havia aumentado entre 1970 e 1980, conhece uma redução, relativa, ainda que não muito relevante (de 28,99% para 28,88%) entre 1980 e 1991. Já a população de todos os municípios com mais de 500.000 habitantes vê sua parte aumentada de 25,73% para 26,19%. Enquanto as Regiões Metropolitanas conhecem ganho de cerca de 7.500.000 habitantes, aquelas com população superior a 100.000 habitantes viram sua parte aumentar de 46,03% para 47,76%.

Os dados do recenseamento de 1991 permitem verificar que em seis da nove Regiões Metropolitanas, há evolução positiva de sua parte relativa na população brasileira total, enquanto na Região Metropolitana do Recife há estagnação, na de São Paulo pequena baixa e na do Rio de Janeiro diminuição considerável.

REGIÕES METROPOLITANAS/POPULAÇÃO RESIDENTE

	1970	*1980*	*1991*	*1980/70*	*1991/80*
Belém	655.901	999.165	1.334.460	4,30	2,67
Fortaleza	1.036.779	1.580.060	2.292.524	4,30	3,44
Recife	1.791.322	2.347.005	2.559.469	2,74	1,81
Salvador	1.147.821	1.766.582	2.472.131	4,41	3,10
Belo Horizonte	1.605.306	2.540.130	3.461.905	4,70	2,85
Rio de Janeiro	7.063.760	9.014.274	9.600.528	2,47	0,57
Curitiba	821.233	1.440.626	1.975.624	5,78	2,91
Porto Alegre	1.531.255	2.231.392	3.015.960	3,84	2,78
São Paulo	8.139.730	12.588.725	15.202.533	4,46	1,73
Total R.M.	22.793.107	34.507.959	42.215.134	37,00	21,86
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.154.502	2,48	1,89

Sumário de Dados da Grande São Paulo, 1991, p. 36, Emplasa, 1992.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RELATIVA DAS R. M. SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL DO PAÍS

	1970	*1980*	*1991*
Belém	0,7	0,8	0,9
Fortaleza	1,1	1,3	1,6
Recife	1,9	2,0	2,0
Salvador	1,2	1,5	1,7
Belo Horizonte	1,7	2,1	2,4
Rio de Janeiro	7,6	7,6	6,6
Curitiba	0,9	1,2	1,4
Porto Alegre	1,6	1,9	2,1
São Paulo	8,7	10,6	10,4

Os dados do último recenseamento geral do Brasil parecem confirmar a tendência ao movimento que os anos 70 já vinham registrando, com o aumento do número de cidades médias, mas sobretudo de grandes cidades médias. Os municípios com população entre 200.000 e 500.000 habitantes passam de 33 a 85, aqueles com mais de 500.000 têm seu número aumentado de catorze para 25, enquanto as aglomerações milionárias são doze em 1991 (eram dez em 1980).

Havia, em 1980, apenas quatro cidades com mais de meio milhão de habitantes fora das nove Regiões Metropolitanas. Elas são nove em 1991. Estas aglomerações (Brasília e Manaus, agora com mais de 1.000.000 de habitantes, além de Goiânia, Campinas,

São Luís, Maceió, Natal, Teresina e Campo Grande) somavam 5.110.000 habitantes em 1980 e têm 7.428.000 em 1991, o que representa acréscimo de 44,23%, bem superior ao registrado pelas nove Regiões Metropolitanas, que foi de 22,33%.

	1980		*1991*	
	N.°	*População*	*N.°*	*População*
Regiões Metropolitanas	9	34.507.959	9	42.215.134
Aglomerações com mais de 500.000 hab. em 1991, fora R.M.	4	5.150.210	9	7.428.345

Esses resultados, indicativos de nova tendência, isto é, de aglomeração da urbanização em outro nível, parecem confirmar a tendência a que estamos aludindo, isto é, a uma desmetropolização que se verifica em paralelo com a permanência do fenômeno de metropolização.

	1940	*1950*	*1960*	*1970*	*1980*	*1991*
100.000 a 200.000	11	15	28	60	95	97
200.000 a 500.000	5	9	11	19	33	85
mais de 500.000	2	3	6	9	14	25
mais de 1.000.000	2	2	4	7	10	12
Total com mais de 100.000 hab.	18	27	45	88	142	207

10.

A "DISSOLUÇÃO" DA METRÓPOLE

*H*ouve, ao longo da história brasileira, quatro momentos do ponto de vista do papel e da significação das metrópoles. Quando o Brasil urbano era um arquipélago, com ausência de comunicações fáceis entre as metrópoles, estas apenas comandavam uma fração do território, sua chamada zona de influência. Num segundo momento, há esforços pela formação de um mercado único, mas a integração territorial é, praticamente, limitada ao Sudeste e ao Sul. Um terceiro momento é quando um mercado único nacional se constitui. E o quarto momento é quando conhece um ajustamento: primeiro à expansão e, depois, à crise desse mercado, que é um mercado único, mas segmentado; único e diferenciado; um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras, que comandam o território com apoio do Estado. Não é demais lembrar que mercado e espaço, ou, ainda melhor, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro.

O movimento de concentração-dispersão, próprio da dinâmica territorial em todos os tempos, ganha, todavia, expressões particulares segundo os períodos históricos. Pode-se dizer, no caso do Brasil, que, ao longo de sua história territorial, as tendências concentradoras atingiam número maior de variáveis, presentes somente em poucos pontos do espaço. Recentemente, as tendências à dispersão começam a se impor e atingem parcela cada vez mais importante dos fatores, distribuídos em áreas mais vastas e lugares mais numerosos. Com o fim da segunda guerra mundial, a integração do espaço brasileiro e a modernização capitalista ensejam, em primeiro lugar, uma difusão social e geográfica do consumo em suas diversas modalidades e, posteriormente, a desconcentração da produção moderna, tanto agrícola quanto industrial.

Em outro sentido, todavia, há um movimento de concentração das formas de intercâmbio, no nível nacional e estadual ou re-

gional, tanto no âmbito material quanto no intelectual. A comercialização tende a se concentrar, economicamente e geograficamente, ainda que a pobreza persistente da população assegure a permanência de pequenos comércios e serviços, com estabelecimentos dispersos. As novas formas de um trabalho intelectual mais sofisticado, de que dependem a concepção e o controle da produção, são, também, concentrados, ainda que outras formas de trabalho intelectual, cada vez mais numerosas, ligadas ao processo direto da produção mas também à sua circulação, sejam objeto de dispersão geográfica, atribuindo novas funções às cidades de todos os tamanhos.

A nova divisão do trabalho territorial atinge, também, a própria região concentrada, privilegiando a cidade de São Paulo, a respectiva Região Metropolitana e seu entorno, onde a acumulação de atividades intelectuais ligadas à nova modernidade assegura a possibilidade de criação de numerosas atividades produtivas de ponta, ambos esses fatos garantindo-lhe preeminência em relação às demais áreas e lhe atribuindo, por isso mesmo, novas condições de polarização. Atividades modernas presentes em diversos pontos do País necessitam de se apoiar em São Paulo para um número crescente de tarefas. São Paulo fica presente em todo o território brasileiro, graças a esses novos nexos, geradores de fluxos de informação indispensáveis ao trabalho produtivo. Se muitas variáveis modernas se difundem amplamente sobre o território, parte considerável de sua operação depende de outras variáveis geograficamente concentradas. Dispersão e concentração dão-se, uma vez mais, de modo dialético, de modo complementar e contraditório. É desse modo que São Paulo se impõe como metrópole onipresente e, por isso mesmo, e ao mesmo tempo, como metrópole irrecusável para todo o território brasileiro.

Agora, a metrópole está presente em toda parte, e no mesmo momento. A definição do lugar é, cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se hoje funcionalmente centrais. Os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais da metrópole.

Antes, sem dúvida, a metrópole estava presente em diversas partes do País. Digamos que o núcleo migrava, para o campo e para a periferia, mas o fazia com defasagens e perdas, com dispersão das mensagens e ordens. Se, ao longo do tempo, o espaço se tornava mais e mais unificado e mais fluido, todavia faltavam as condições de instantaneidade e de simultaneidade que somente hoje se verificam.

Mas, ao contrário do que muitos foram levados e imaginar e a escrever, na sociedade informatizada atual nem o espaço se dissolve, abrindo lugar apenas para o tempo, nem este se apaga. O que há é uma verdadeira multiplicação do tempo, por causa de uma hierarquização do tempo social, graças a uma seletividade ainda maior no uso das novas condições de realização da vida social.

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. Em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas. Com isso, nova hierarquia se impõe entre lugares, hierarquia com nova qualidade, com base em diferenciação muitas vezes maior do que ontem, entre os diversos pontos do território.

Nenhuma cidade, além da metrópole, "chega" a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole. Informações virtualmente de igual valor em toda a rede urbana não estão igualmente disponíveis em termos de tempo. Sua inserção no sistema mais global de informações de que depende seu próprio significado depende da metrópole, na maior parte das vezes. Está aí o novo princípio da hierarquia, pela hierarquia das informações... e um novo obstáculo a uma inter-relação mais frutuosa entre aglomerações do mesmo nível, e, pois, uma nova realidade do sistema urbano.

Os momentos que, no mesmo tempo do relógio, são vividos por cada lugar, sofrem defasagens e se submetem a hierarquias (em relação ao emissor e controlador dos fluxos diversos). Porque há defasagens, cada qual desses lugares é hierarquicamente subordinado. Porque as defasagens são diferentes para os diversos variáveis ou fatores é que os lugares são diversos.

As questões de centro-periferia, como precedentemente colocadas, e a das regiões polarizadas, ficam, assim, ultrapassadas. Hoje,

a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, de verdadeira "dissolução da metrópole", condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política.

Temos, agora, diante de nós, o fenômeno da "metrópole transacional" de que fala Helena K. Cordeiro (1987, 1989). Esta é a grande cidade cuja força essencial deriva do poder de controle, sobre a economia e o território, de atividades hegemônicas, nela sediadas, capazes de manipulação da informação, da qual necessitam para o exercício do processo produtivo, em suas diversas etapas. Trata-se de fato novo, completamente diferente da metrópole industrial.

O dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, espaço onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano.[1]

No caso brasileiro, vale a pena insistir sobre essa diferença pois em ambos os momentos a metrópole é a mesma: São Paulo. Nas condições de passagem de uma fase a outra, somente a metrópole industrial tem condições para instalar novas condições de comando, beneficiando-se dessas precondições para mudar qualitativamente. A metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril. O fato é que estamos diante do fenômeno de uma *metrópole onipresente,* capaz, ao mesmo tempo, pelos seus

1 Ainda que o peso da atividade industrial seja muito expressivo na aglomeração paulistana, se a compararmos com o resto do País, não é essa função metropolitana que atualmente assegura a São Paulo papel diretor na dinâmica espacial brasileira. Esse papel é, por causa de suas atividades quaternárias de criação e controle, praticamente sem competidor no País, pois agora são os fluxos de informação que hierarquizam o sistema urbano. O papel de comando é devido a essas formas superiores de produção não-material, elas próprias sendo conseqüência da integração crescente do País a novas condições da vida internacional. O *locus* dessas atividades privilegiadas, tão diferentes da produção industrial, tem, todavia, muito que ver com o fato de que essa mesma aglomeração paulistana era e continua sendo um centro importante de uma atividade fabril complexa. Foi a partir dessa base que a capital industrial se transformou em capital informacional acumulando em períodos consecutivos papel metropolitano crescente.

vetores hegemônicos, de desorganizar e reorganizar, ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o processo de desenvolvimento regional.

Retomemos o exemplo, de modo figurativo. No passado, São Paulo sempre esteve presente no País todo: presente no Rio um dia depois, em Salvador três dias depois, em Belém dez dias depois, em Manaus trinta dias depois... São Paulo hoje está presente em todos os pontos do território informatizado brasileiro (S. Gertel, 1986 e 1988), ao mesmo tempo e imediatamente, o que traz como conseqüência, entre outras coisas, uma espécie de segmentação do mercado enquanto território e uma segmentação vertical do território enquanto mercado, uma vez que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual. Isso representa um desafio às planificações regionais, uma vez que as grandes firmas que controlam a informação e a redistribuem ao seu talante têm papel entrópico em relação às demais áreas, e somente elas podem realizar a negentropia. O espaço é assim desorganizado e reorganizado a partir dos mesmos pólos dinâmicos. O fato de que a força nova das grandes firmas, neste período científico-técnico, traga como conseqüência uma segmentação vertical do território supõe que se redescubram mecanismos capazes de levar a uma nova horizontalização das relações, que esteja não apenas a serviço do econômico, mas também do social.

11.

A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS CIDADES: A CIDADE CAÓTICA

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte. Isso era menos verdade na primeira metade deste século, mas a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das conseqüências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.

Como definir a organização interna atual das cidades brasileiras? Quanto menor a aglomeração, menor a diversidade de sua ecologia social; quanto mais populosa e mais vasta, mais diferenciadas a atividade e a estrutura de classes, e mais o quadro urbano é compósito, deixando ver melhor suas diferenciações.

As cidades, e sobretudo as grandes, ocupam, de modo geral, vastas superfícies, entremeadas de vazios. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia. Cada qual dessas realidades sustenta e alimenta as demais e o crescimento urbano, é, também, o crescimento sistêmico dessas característi-

cas. As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e do espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso.

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um *sítio social* ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo. O planejamento urbano acrescenta um elemento de organização ao mecanismo de mercado. O *marketing* urbano (das construções e dos terrenos) gera expectativas que influem nos preços.

Assim, um primeiro momento do processo especulativo vem com a extensão da cidade e a implantação diferencial dos serviços coletivos. O capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à *cidade econômica* em detrimento da *cidade social*. A lei da escassez se afirma, então, com mais

força, e se ampliam as diferenças já existentes entre lugares urbanos, do ponto de vista das amenidades. O estabelecimento de um mercado da habitação "por atacado", a partir da presença do Banco Nacional da Habitação e do sistema de crédito correspondente, gera novas expectativas, infundadas para a maioria da população, mas atuantes no nível geral. Como isso se dá paralelamente à expansão das classes médias urbanas e à chegada de numerosos pobres à cidade, essa dupla pressão contribui para exacerbar o processo especulativo. A terra urbana, dividida em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro no futuro, esperança justificada pela existência de demanda crescente. Como as terras apropriadas, mas não utilizadas, são cada vez mais numerosas, a possibilidade de dotá-las dos serviços requeridos é sempre menor. Daí, e de novo, uma diferenciação no valor de troca entre as diversas glebas e assim por diante. É assim que a especulação se realimenta e, ao mesmo tempo, conduz a que as extensões incorporadas ao perímetro urbano fiquem cada vez maiores.

A organização interna de nossas cidades, grandes, pequenas e médias, revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutuamente se causam, perpetuando a problemática.

12.

A URBANIZAÇÃO E A CIDADE CORPORATIVAS

No Brasil moderno pós-64, conjugam-se, como a mão e a luva, as exigências de inserção em nova ordem econômica mundial que se desenha e as necessidades internas de um Estado autoritário. A integração dos transportes e das comunicações, rapidamente modernizados, necessária à visão panóptica do território, é, igualmente, condição material para a difusão, além das regiões centrais mais desenvolvidas, de atividades industriais e agrícolas altamente capitalistas. Em 1970, 85% das quinhentas maiores empresas nacionais estavam no Sudeste, enquanto em 1985 são apenas 68%. O Nordeste passa de 5% a mais de 13% nesse período e o Norte de parcos 0,4% a 3% do conjunto dessas quinhentas empresas[1]. O mercado, assim unificado, se amplia, sob o comando de firmas cada vez mais poderosas, que eliminam as empresas concorrentes. Relacionando-se com as novas condições de equipamento do território, Sonia Vasconcellos (1991, p. 45) descreve esse fenômeno, e citando Karavaev (1987, p. 194-196) mostra como, entre 1974 e 1980, desapareceram treze dos 53 grupos empresariais com patrimônio acima dos US$ 100,000,000. Em 1981, só quatro empresas nacionais estavam incluídas entre os 32 grupos privados com patrimônio líquido acima de US$ 300,000,000.

O processo de concentração da economia é vigoroso e rápido. Conforme relata Lawrence Pih (1989), "duzentos grupos empresariais privados controlam virtualmente a economia e apenas

---

1 *As quinhentas maiores empresas do Brasil*

	1970	*1975*	*1980*	*1985*
Sudeste	85,20%	82,40%	71,00%	67,80%
Sul	8,20%	8,20%	15,60%	14,00%
Nordeste	5,20%	6,80%	9,60%	13,40%
Centro-Oeste	1,00%	1,60%	1,80%	1,80%
Norte	0,40%	1,00%	2,00%	3,00%

1,7% das empresas controla mais de metade de todo o mercado industrial brasileiro"[2]. Esse mesmo autor, que é, aliás, um empresário (L. Pih, 1990) indica o grau de oligopolização[3] alcançado

[2] "Hoje, 200 grupos empresariais privados virtualmente controlam a economia e apenas 1,7% das empresas controla mais da metade de todo o mercado industrial brasileiro." (Lawrence Pih, "Incompetência e estatismo da direita", *Folha de S. Paulo*, 4/12/89).

Graus de concentração

transporte aéreo	91%
gás	90%
montadoras de veículos	89%
transporte ferroviário	89%
construção naval	85%
fumo	80%
fabricação de avião	80%
produtos de perfumaria	77%
borracha	68%
pneus	68%
produtos não-metálicos	68%
transporte marítimo e fluvial	60%
tratores e implementos	68%
equipamentos de escritório	58%

A lista se estende a outros onze setores, cujo grau de concentração supera o nível de 40% (L. Pih, idem).

[3] *A concentração da economia*

	Número de grupos	% do faturamento (grau de concentração)
moinhos	4	59
frigoríficos	4	53
conservas, sucos, concentrados	4	78
cerveja	2	86
cigarro e fumo	3	91
material de transporte	4	94
produtos de higiene e limpeza	4	71
cimento e cal	4	68
- - - - - - -		
varejista	4	55
distribuição de gás	4	66
- - - - - - -		
vidro e cristal	4	76

em diversos setores. Idêntica constatação é a do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas[4].

Em outras palavras, pequeno número de grupos com posição dominante no mercado, exerce de fato papel de controle do território, via produção e consumo. Empresas internacionais estão cada vez mais presentes nesse jogo. Em um discurso sobre "Perspectivas das Relações Teuto-Brasileiras" pronunciado no Brasil em 5 de abril de 1979, numa reunião da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, o chanceler Helmut Kohl assim se felicita da presença econômica do seu país na atividade fabril brasileira: "A indústria alemã criou, apenas no Estado de São Paulo, direta ou indiretamente, cerca de 600.000 lugares de trabalho. Seu desempenho na formação técnica e na transferência de tecnologia é considerável" (*O Estado de S. Paulo*, 6/4/1979).

As multinacionais, no final da década de 80, eram responsáveis por 22,6% do produto industrial, 17% do emprego no setor (empregando 1.300.000 trabalhadores, com uma folha anual de US$

	Número de grupos	% do faturamento (grau de concentração)
confecções	2	46
motores e implementos agrícolas	4	65
equipamentos para comunicações	4	72

Lawrence Pih, "O desafio brasileiro", *Folha de S. Paulo*, 2/2/90.

[4] *Bolo concentrado**

Setor industrial	Número de empresas líderes	Fatia do mercado
conservas	4	74
cerveja	2	86
cigarro e fumo	3	91
eletrodomésticos	4	60
pneus e artefatos de borracha	4	75
produtos de higiene e limpeza	4	71
cimento e cal	4	68
vidro e cristal	4	76
amianto e gesso	4	88

* Dados calculados sobre vendas líquidas da indústria em 1988.
Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos. *Isto é Senhor 1083*, 20/6/90, p. 58.

3,200,000,000) e se responsabilizam por 35% da receita fiscal (J. Beting, 1988).

Para Florestan Fernandes (*Capitalismo dependente...*, 1973, p. 18), o período atual revela um padrão de dominação externa que se dá "em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos" empresas que "trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança — através de mecanismos financeiros, por *associação* com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios — ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus 'policy-makers'".

A unificação, agora fortalecida, do território e do mercado responde pelo processo de concentração da economia, com a constituição de empresas oligopolistas que ampliam, cada vez mais, seu raio de ação e seu poder de mercado, integrando ainda mais esse mercado e o próprio território.

A produção do espaço necessário aos grandes capitais

Na fase do capital concorrencial, demandas sociais podiam ser mais facilmente atendidas pelos cofres municipais, e, em muitos casos, as burguesias locais também participavam, juntamente com o resto da sociedade urbana, do esforço de equipamento social. A demanda de capitais comuns pelas atividades econômicas era relativamente menor.

Bem diferente é o que se vai passar quando o capitalismo competitivo for cedendo lugar ao capitalismo monopolista, até este se impor. O capital monopolista supõe, dentro e fora da cidade, a utilização de recursos maciços. De um lado, é preciso dotar as cidades de infra-estruturas custosas, indispensáveis ao processo produtivo e à circulação interna dos agentes e dos produtos. De outro, para atingir o mercado nacional, é exigida uma rede de transportes que assegure a circulação externa. Esse processo é concomitante ao de centralização dos recursos públicos em mãos do governo federal que os utiliza em função de suas próprias opções.

A ideologia desenvolvimentista dos anos 50 e a posterior ideologia do crescimento e do Brasil potência justificavam e legitimavam a orientação do gasto público em benefício de grandes empresas cujo desempenho permitiria ao Brasil aumentar suas exportações para poder se equipar mais depressa e melhor... As administrações locais viam reduzidos os seus recursos próprios e, ainda por cima, perdiam o poder de decisão sobre os recursos que lhes eram alocados. O essencial dos meios com que contavam era (e ainda é) destinado aos gastos com a economia, e a própria indigência dos cofres municipais aconselhava a atração de atividades capazes de pagar impostos e desse modo ampliar as receitas locais.

Esse raciocínio também conduziu a dar prioridade aos investimentos em capital geral do interesse de umas poucas empresas, em lugar de canalizar os dinheiros obtidos para dar respostas aos reclamos sociais. O regime autoritário, mediante rígido controle das manifestações de uma opinião pública já por si deformada, contribuiu, fortemente, para a manutenção desse esquema.

Marx, nos *Grundrisse* (5.° Caderno, p. 524) já havia sugerido que o capital necessita da "criação de condições físicas que facilitem o comércio — meios de comunicação e de transporte — a aniquilação do espaço pelo tempo — torna-se para ele uma necessidade". O fato é que falar genericamente de capital não ajuda muito em tarefas analíticas. É indispensável qualificar o capital ou, mesmo, classificá-lo. As exigências de fluidez não são as mesmas para todos os tipos de capital. A cada momento, o capital hegemônico necessita de maior fluidez que os outros, e entre outras razões exatamente porque lhe cabe operar em área maior. É, atualmente, o caso das corporações. Conforme nos diz Ph. Aydalot (1976, p. 297, 1979), "a dinâmica das grandes empresas implica um alargamento constante do espaço submetido aos seus cálculos: não apenas cresce a mobilidade das atividades no espaço, mas deve inscrever-se em uma área sempre mais vasta, sem o que, encontrando limites, as empresas não poderiam lutar contra a tendência ao aumento de custo de reprodução de sua força de trabalho e a reprodução do sistema estaria bloqueada". Observação parecida é feita por Rainer Randolph (1991, p. 105-106)[5] e uma valiosa pesquisa de Roberto Lobato Corrêa (1991) é bem explicativa desse fato.

---

5 Rainer Randolph (1991) mostra como a presença de firmas multinacionais altera a lógica da organização do território de forma significativa, ainda que os dados do processo (mas não a sua significação) possa escapar aos agentes econômicos, que nas diversas áreas operam em uma escala menor.

O espaço da modernização contemporânea

Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização cria, no território como um todo, em particular nas cidades, os equipamentos, mas também as normas indispensáveis à operação racional vitoriosa das grandes firmas, em detrimento das empresas menores e da população como um todo[6]. Daí, em pouco tempo, resultados concomitantes: a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, não é contraditória com a enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, enquanto surgem novas classes médias. Estas são indispensáveis à operação do sistema, na cidade e no campo, onde se instalam como nervo e instrumento da circulação e como alavanca de uma produção e de um consumo hegemônicos, isto é, comandados pelas corporações.

Pode-se dizer que nos dois últimos decênios, o espaço nacional conheceu transformações extensas e profundas. A modernização é o principal elemento motor dessas mudanças, acarretando distorções e reorganizações, variáveis segundo os lugares, mas interessando a todo o território.

No espaço agrícola, a criação de um mercado unificado que interessa sobretudo às produções hegemônicas, leva à fragilização das atividades agrícolas periféricas ou marginais do ponto de vista do uso do capital e das tecnologias mais avançadas. Os estabelecimentos agrícolas que não puderam adotar as novas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais tornam-se mais vulneráveis às oscilações de preço, crédito e demanda, e o que freqüentemente é fatal aos empresários isolados. As oscilações de conjuntura, como, por exemplo, a aceleração da inflação funcionam como multiplicador de efeitos indesejáveis do ponto de vista das empresas agrícolas menos fortes.

A tudo isso, acrescente-se o fato de que a substituição rápida de atividades agrícolas, como ocorreu em boa parte do território

6 O papel das corporações na reestruturação espacial dos países subdesenvolvidos apenas começa a ser objeto de considerações teóricas e de estudos empíricos. Um dos primeiros a abordar esse tema, Roberto Lobato Corrêa ("Corporação e espaço, uma nota") mostra que o seu papel de manutenção, desfazimento e recriação das diferenças espaciais constitui o seu principal impacto", assim como "a perda do poder de controle e decisão das cidades da hinterlândia dos centros de gestão, através de fusão e satelização funcional das empresas locais" sem força para competir com os novos gigantes industriais ou comerciais.

brasileiro, cria condições novas de procura e demanda em um mercado assim tornado ao mesmo tempo caótico para os pequenos proprietários e pequenos intermediários, e exemplarmente ordenado para as grandes empresas.

No período atual da história, quando as novidades se espalham celeremente em escala mundial, o novo aparece simultaneamente em um grande número de lugares e torna-se temerário falar de modernização tardia, como, talvez impropriamente, em outro momento, se falou em capitalismo tardio (Mello, 1982). Neste último caso, partiu-se de uma comparação com os países do centro, para afirmar que o capitalismo brasileiro veio muito depois. Se as precedentes vagas de modernização davam-se, no Terceiro Mundo (e no Brasil também), não apenas com defasagens, mas com difusão limitada, tanto na sociedade quanto no território, a modernização atual, baseada na revolução técnico-científica e, paralelamente, nas transformações estruturais das bases econômicas e sociais do sistema capitalista, conhece difusão mais rápida e mais ampla, tanto na vida social quanto na configuração espacial.

Todavia, nos países subdesenvolvidos, o estado anterior da sociedade e as formas anteriores de organização do território fazem com que sua modernização contemporânea seja, como as anteriores, caracterizada de maneira particular, em face do que ocorre nos países centrais. Quanto ao Brasil, falou-se de modernização conservadora e dolorosa. Este não é, todavia, fenômeno unicamente brasileiro, mas fato geral nos países subdesenvolvidos, ainda que com característicos específicos de cada formação social nacional. Em toda parte, no Terceiro Mundo, a modernização contemporânea inclui uma produção extrovertida, o triunfo do consumo dirigido e desculturalizante, a despolitização da política e o desmaio da cidadania, com a instalação de regime fortes, freqüentemente militares, indispensáveis ao financiamento da nova ordem produtiva, com imposição de enormes sacrifícios às populações envolvidas. Tudo isso é facilitado pelo fato de que, no período atual, também se afrouxam os princípios de moralidade internacional.

No Brasil, grande pelo território e seus vastos recursos, portador de população numerosa, e país subdesenvolvido mas industrializado, as marcas materiais, sociais e culturais do novo período se imprimem com mais força e com mais rapidez, acarretando

resultados mais notáveis que em outras nações: grande crescimento econômico, baseado em considerável desenvolvimento material, e, como contraponto, no campo social e político, uma evolução negativa, levando ao desenvolvimento simultâneo de uma classe média relativamente numerosa e de uma extensa pobreza.

Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização a que vimos assistindo no Brasil, desde o chamado "milagre econômico", conduziu o País a enormes mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, apoiadas no equipamento moderno de parte do território e na produção de uma psicoesfera tendente a aceitar essas mudanças como um sinal de modernidade. Tal conjunto, formado pelas novas condições materiais e pelas novas relações sociais cria as condições de operações de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que agem na esfera da produção, da circulação e do consumo e cujo papel direto ou por intermédio do poder público, no processo de urbanização e na reformulação das estruturas urbanas, sobretudo das grandes cidades, permite falar de urbanização corporativa e de cidades corporativas.

A ação política das grandes empresas

Devemos, igualmente, levar em conta o impacto dessas grandes empresas no processo político, paralelamente ao que têm no processo econômico. Consideremos, em primeiro lugar, o papel dos fluxos financeiros na estruturação do espaço. Se é relativamente fácil avaliar os fluxos de recursos fiscais entre subespaços do território nacional, é praticamente impossível, nas condições atuais, obter resultados idênticos quanto aos fluxos de mais-valia. Mas o assunto pode ser tratado qualitativamente.

A mais-valia tende a variar nas diversas atividades. Num mesmo espaço de tempo e com o uso de mesma quantidade nominal de capital, certas firmas se apropriam de parcela maior do resultado do trabalho e da capitalização coletivos, o que lhes permite, assim, de uma só vez, fortalecer-se, deslocar firmas menos poderosas e aumentar ainda mais sua parte de ganho na próxima etapa. Ao mesmo tempo em que aumenta seu poder de mercado, e seu poder no mercado, aumenta também seu poder propriamente político, a ser exercido na participação da tomada de decisões que concernem aos seus próprios interesses e, desse modo, interferindo com os interesses de outros setores da economia e da sociedade. O equipamento do território constitui, assim, uma das bases de poder das grandes firmas e acaba por ser um instrumento de sua concorrência com as firmas homólogas e sobretudo com as firmas menores.

Se esse equipamento é utilizável por todos os atores da economia e da sociedade, os resultados alcançados diferem em função do poder de cada qual. Desse modo, o território não é apenas o teatro do jogo econômico; ele se torna fator determinante. Tal como ele se organiza para a modernidade, o território é a base comum de operação para todos os atores, mas é sobretudo favorável às corporações.

Já se vê que os resultados acima invocados não são apenas o resultado de um jogo de mercado, mas também dos fatores de uma vontade política. O papel do Estado é decisivo.

Há, de um lado, premeditada escolha das infra-estruturas a instalar e de sua localização, com a criação de equipamentos do interesse específico de certas atividades. De outro lado, tomam-se disposições para facilitar o intercâmbio internacional e interno, mediante incentivos tanto genéricos como particulares a cada caso, que vão desde as tarifas de favor nos Correios e Telecomunicações, ao estabelecimento de linhas de crédito.

A supressão, de fato, da Federação, facilitou a concentração dos recursos fiscais em mãos do governo federal, que assim podia escolher livremente a geografização dos equipamentos coletivos. A supressão legal da cidadania limitava ou, mesmo, eliminava o debate em torno dessas decisões e retirava toda eficácia às veleidades locais. Tomado como bloco, e tratado como bloco, o território ainda mais se prestava aos interesses das empresas maiores, as únicas capazes de utilizá-lo inteiramente.

Aliás, a modernização do País e do seu território não é apenas uma preocupação do próprio País, mas tarefa de interesse mundial, embora seja a sociedade nacional que deva arcar com esse ônus. O equipamento do território nacional é freqüentemente financiado com a conjugação de recursos nacionais e de recursos externos, na forma de empréstimos multilaterais. O Banco Mundial, atento às preocupações de inserção do País na nova ordem econômica mundial, foi um desses fornecedores de fundos (Schmidt e Farrett, 1986, p. 50-51). Essa é, talvez, uma das razões pelas quais a dívida externa brasileira, que fora de 3,1 bilhões

de dólares em 1960 e de 21,2 bilhões em 1975, passa a 81,3 bilhões em 1983 e a 105 bilhões em 1989 (A. Brum, 1990, p. 159).

Tecnoesfera, psicoesfera e urbanização corporativa

Lembra Jean-Michel Roux (1980, p. 123) que "as transformações do território (...) não apenas resultam de uma pressão imperiosa do sistema socioeconômico. Elas também são o fruto de modelos ideológicos sobre 'o desenvolvimento' e a 'modernidade' que se impõem aos detentores do poder". Para esse autor, pensando com base no caso francês, esses modelos são produzidos e efetivados pelo aparelho de Estado. Este "possui um quase monopólio das reflexões sobre o planejamento do território", "controla diretamente uma parte essencial dos investimentos mais determinantes para a organização do espaço" e "reúne todas essas decisões em uma rede de regulamentos e de justificações que apenas ele pode entender".

Em poucos anos, infra-estrutura e superestrutura se modificam fundamentalmente e o processo correspondente de urbanização também conhece mudanças.

Em primeiro lugar, o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentado, como pelo sua localização mais dispersa. Mudam, sobretudo, suas funções. As cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação "nacional", indispensável à realização do modelo nacional adotado. As respectivas tarefas são consideradas prioritárias e as aglomerações urbanas são preparadas para realizá-las a contento. As demais tarefas, consideradas menos relevantes, agregam-se, por necessidade funcional, mas de forma subordinada, às tarefas hegemônicas. A cidade se define segundo as modalidades dessas combinações dependentes do grau de desenvolvimento regional e da amplitude da respectiva divisão territorial do trabalho. As atividades não-hegemônicas são, em geral, deixados à "espontaneidade" do mercado. De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações.

Essas atividades *centrais* se dispõem em rede e sistema, interessando à totalidade dos núcleos urbanos, não importa onde estejam localizados. É nesse sentido que podemos falar de uma *urbanização corporativa*.

As cidades e, sobretudo, as metrópoles são corporativas, mas não apenas pelas facilidades que criam ou representam para a operação das grandes empresas, das corporações econômicas. A palavra *corporação,* aliás, foi primeiro aplicada para nomear o sistema produtivo que, na Idade Média, reunia artesãos e comerciantes, em torno de determinados ofícios, atribuindo-lhes o privilégio de um ofício ou de uma atividade. Em seguida, o vocábulo foi empregado para caraterizar, pejorativamente, grupos fechadas, reunidos em torno de seus interesses exclusivos, sem referência aos interesses dos outros.

A cidade atual presta-se à recriação desse tipo de segmentação, com a emergência de grupos mais ou menos organizados, lutando de maneira difusa ou com o apoio de *lobbies* mais ou menos agressivos e mais ou menos aparelhados, através de discursos, *marketing,* alianças duráveis ou colusões ocasionais, estratégias e táticas pela prevalência de suas reivindicações setoriais. São interesses de classes de categorias profissionais, de bairros, de tipos de proprietários, como os donos de automóveis, mas também de grupos étnicos, de gênero ou de comportamento sexual que buscam a construção de sua identidade, mas também o discurso de suas reclamações particulares e a melhor prática para sua militância, destinada a obter, no plano jurídico ou material, compensações e vantagens.

A produção recente de uma classe média mais preocupada com as práticas que com as finalidades, fenômeno precipuamente urbano, é também um dos dados dessa mentalidade corporativista. As próprias classes inferiores são vítima desse estado de espírito, em sua qualidade de vítima das exigências de um consumo ainda não satisfeito, senão marginalmente. O consumo, aliás, é freqüentemente a base de egoísmos de grupo ou territoriais e se encontra por trás da defesa útil (e às vezes bem-sucedida) de interesses corporativos.

O cidadão é não raro ensombrecido pelo usuário e pelo consumidor, afastando para muito depois a construção do homem público. Daí a busca de privilégios em vez de direitos.

Todos esses corporativismos impedem de ver a cidade como um todo, tornam difícil o estabelecimento de uma lógica de hie-

rarquias e de uma ação concertada, representando, assim, desperdício de recursos já escassos. A chamada anarquia da cidade capitalista é, desse modo, agravada, com todas as suas conseqüências. É também assim que as lealdades coletivas se enfraquecem e o sentimento de comunidade não chega a se afirmar, dificultando o exercício da cidadania e da democracia.

Contradições da cidade corporativa

"(...) O poder público é chamado, nos últimos trinta anos, a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade. Seguindo o movimento geral do sistema capitalista que consagra concentrações e centralizações, a cidade do capital concorrencial cede lugar à cidade do capital monopolista ou oligopolista (...). Num primeiro momento, boa parte (variável segundo os lugares) da formação do capital geral, devia-se aos próprios atores principais do jogo econômico, que arcavam com uma parcela de responsabilidade na implantação das economias de aglomeração indispensáveis ao funcionamento da máquina econômica e do organismo social. Numa fase de transição, o poder público é levado a assumir cada vez mais esses encargos, mas as obras públicas também beneficiam uma parcela considerável da população e um número importante de empresas. Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos. Isso obedece à mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional, da capacidade de exportação, etc." (Santos, 1990, p. 94-95).

"(...) Os habitantes urbanos, novos e antigos, reclamam por mais serviços, mas os negócios, as atividades econômicas também necessitam das chamadas economias de aglomeração, isto é, dos meios gerais de produção. O orçamento urbano não cresce com o mesmo ritmo com que surgem as novas necessidades. A ideologia do desenvolvimento que tanto apreciamos nos anos 50 e sobretudo a ideologia do crescimento reinante desde fins dos anos 60 ajudam a criar o que podemos chamar de metrópole corporativa, muito mais preocupada com a eliminação das já mencionadas deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e com o bem-estar coletivo" (Santos, 1990, p. 94).

Desse modo, o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos.[7] Há oposição e complementaridade, mas os aspectos corporativos da vida urbana tendem a prevalecer sobre as formas precedentes das relações externas e internas da cidade, mesmo quando essas formas prévias, chamadas tradicionais, de realização econômica e social, interessam a população mais numerosa e a áreas mais vastas.[8] A lógica dominante, entretanto, é, agora, a da urbanização corporativa e a da cidade corporativa.[9]

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (Santos, 1990).

O poder público, entretanto, não age apenas de forma indireta. Ele também atua de forma direta na geração de problemas urbanos, ainda que prometendo resolvê-los. O caso do Banco Nacional de Habitação é o exemplo mais típico. O discurso da criação do B.N.H. dava-o como instrumento de melhoria das condições de moradia dos habitantes urbanos. Na verdade, esse Banco tornou-se, em primeiro lugar, o banco da cidade, a instituição financeira estatal destinada a preparar as cidades para melhor exercer

---

7 A competição entre as formas de comercialização de produtos destinados ao consumo obrigatório e corrente das populações urbanas de todos os níveis de renda ilustra esse processo: a concorrência entre supermercados, de um lado, e, de outro, armazéns, quitandas e feiras livres é sobretudo um aspecto da evolução do fenômeno da urbanização corporativa (S. Pintaudi, 1981).

8 A forma como os transportes públicos são operados na maior parte das cidades brasileiras é um bom exemplo do caráter corporativo de nossa urbanização. Discutindo esse aspecto da vida urbana, em face do debate sobre as privatizações, Regina S. Pacheco (1988, p. 14) mostra como em São Paulo "a análise da evolução recente do setor transportes coletivos" revela que "na prática já se encontra aí instalado o favorecimento de interesses privados, para o que concorre, como mecanismo fundamental, a articulação dos setores público e privado na oferta do serviço".

9 A propósito de "espaço corporativo", ver Ruy Moreira, 1985, especialmente o capítulo 4, p. 101-154.

seu papel na fase do capital monopolista que se estava implantando. Ele iria realizar essa tarefa mediante utilização de recursos arrecadados junto a todos os trabalhadores através de suas poupanças voluntárias e também de um Fundo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), constante de um porcentual dos salários e mensalmente recolhido pelos empregadores.

Antes do regime autoritário, os trabalhadores obtinham estabilidade no emprego aos dez anos de atividade e qualquer demissão obrigava a empresa a indenização relativa ao tempo de serviço. Para acelerar a modernização, o governo autoritário suprimiu a estabilidade e exonerou os patrões de responsabilidade financeira, quando demitem os seus empregados, essa responsabilidade recaindo nos ombros do poder público, mas com a utilização do mesmo FGTS.

A modernização da economia, com a exclusão dos trabalhadores considerados excedentários, é paga pelo conjunto da classe trabalhadora. E os recursos restantes são sobretudo utilizados com duas destinações: 1) o equipamento das cidades, renovando seu estoque de infra-estruturas para acolhimento mais cabal de atividades modernas; 2) o financiamento da construção de apartamentos e casas sobretudo para as classes médias, já que os programas de atendimento às populações de baixa renda somente foram mais largamente desenvolvidos a partir do final da década de 70.

Os conjuntos residenciais levantados com dinheiro público — mas por firmas privadas — para as classes médias baixas e os pobres se situam quase invariavelmente nas periferias urbanas, a pretexto dos preços mais acessíveis dos terrenos, levando, quando havia pressões, a extensões de serviços públicos como luz, água, às vezes esgotos, pavimentação e transportes, custeados, também, com os mesmos recursos. É desse modo que o BNH contribui para agravar a tendência ao espraiamento das cidades e para estimular a especulação imobiliária. A construção de um conjunto residencial e a consecutiva dotação de infra-estruturas valoriza os terrenos em derredor, estimulando os proprietários a uma espera especulativa. Produzem-se novos vazios urbanos, ao passo que a população necessitada de habitação, mas sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais equipadas, deve deslocar-se para mais longe, ampliando o processo de periferização.

Uma outra iniciativa governamental trabalha na mesma direção. Referimo-nos aos Projetos C.U.R.A., operações de renovação

empreendidas nos centros urbanos e cujo resultado é, também, o de ativar a especulação imobiliária expulsando parcela da população preexistente e impondo nova lógica à cidade como um todo. Essa lógica é a da valorização-desvalorização diferencial dos diversos setores urbanos. Como, porém, esses projetos C.U.R.A. são geralmente associados ao programa das cidades médias, aglomerações destinadas a acolher atividades econômicas modernas descentralizadas, o resultado comum é o aumento do valor de todos os terrenos equipados e a reativação, em nível superior, dos processos espaciais que já definem a problemática urbana.

Nessas condições, cada solução se impõe como um problema. Melhorar uma via pública significa aumentar também a possibilidade de implantação ou melhoria do transporte público e criar uma valorização que acabará por expulsar daquela vizinhança os mais pobres. Instalar um novo serviço público (água, esgotos, eletricidade) acaba por ter o mesmo resultado, pelas mesmas razões. E a necessidade (nova) de pagar por esses mesmos serviços pesa sobre orçamentos reduzidos e apressa o processo de expulsão. Todo melhoramento numa área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas. A rapidez com que se instala o processo de verticalização (M. A. A. de Souza, 1990) tem como paralelo um processo de suburbanização. Como o número de pobres se expande ainda mais depressa, há pressão pela terra também entre os pobres e o resultado é uma expansão geográfica da cidade, periferização que se dá com a criação de vazios, graças ao modelo rodoviário. É um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social. É esta que comanda e não o contrário.

A planificação urbana, entretanto, é, sobretudo, voltada para os aspectos da cidade cujo tratamento agrava os problemas, em vez de resolvê-los, ainda que à primeira vista possa ficar a impressão de resultado positivo. Trata-se de planificação sobretudo técnica, preocupada com aspectos singulares e não com a problemática global, planificação mais voltada para o chamado desenvolvimento econômico, quando o que se necessita é de uma planificação sociopolítica que esteja de um lado preocupada com a distribuição dos recursos sociais, e, de outro, consagre os instrumentos políticos de controle social, capazes de assegurar a cidadania plena. Um plano diretor não pode contentar-se em ser ape-

nas uma disciplina do crescimento físico ou da dotação de serviços, mas deve incluir uma clara preocupação com a dinâmica global da cidade, buscando orientá-la no interesse das maiorias.

Os novos recortes espaciais

Há vinte anos atrás, pensávamos que, na realidade, o conhecimento do sistema urbano nos países subdesenvolvidos devia passar pela separação metodológica de uma rede urbana voltada para as tarefas de exportação (e importação), tributária de um modelo orientado por fora e de uma rede urbana mais voltada ao consumo interno e às tarefas indispensáveis a provê-lo. O sistema urbano voltado para o exterior seria o principal utilizador das grandes vias e meios de transporte, exigindo até mesmo, em certos casos, a construção de rotas e dutos exclusivos (ou quase), como a ferrovia do aço ou a estrada da soja. Se algumas aglomerações (portos, nós de circulação, cidades-entreposto) eram praticamente exclusivas do subsistema "exportador", a rede urbana como um todo seria utilizada indiferentemente por ambos os subsistemas. Em muitas cidades, os dois subsistemas se encontrariam, utilizando-se dos mesmos objetos, ainda que gerando relações diferentes.

Sem a separação epistemológica entre objetos geográficos e relações socioespaciais, esse modelo não poderia ser construído. Mas é a realidade que serve de base para a proposta analítica.

Agora que a realidade mudou, o modelo acima tem de ser revisto, para incorporar as transformações verificadas. A principal mudança é o aumento exponencial da fluidez do território, graças aos progressos nos transportes, nas comunicações e na produção e uso das informações. Outra mudança vem da importância das corporações no processo econômico e social, como únicas empresas capazes de utilizar plenamente as novas condições infra-estruturais e supra-estruturais, na totalidade do território, cujo equipamento moderno lhes permite dispor de vantagem comparativa fundamental, a que Martin Lu (maio, 1984, p. 18) chama de "unificação do espaço de decisão".

A eficácia das grandes empresas vem de sua presença em lugares estratégicos do espaço total, pontos escolhidos por elas mesmas, dos quais exerce sua ação sobre outros pontos ou zonas, diretamente ou por intermédio de outras firmas. A ação espacial

das corporações não necessita da continuidade espacial (isto é, de recorte propriamente geográfico), mas da continuidade temporal.

Nesse sentido, pode-se, hoje, dizer que o território nacional da modernidade é objeto de dois tipos de recorte. De um lado, recriam-se subespaços mediante nova regionalização, que tanto pode ser o fato de produções homogêneas que colonizam e definem uma fração do espaço com base em uma mesma atividade ou de uma combinação de atividades, como pode provir de relações necessárias entre um núcleo e o seu entorno imediato. Em ambos esses casos, a área resultante é contínua. É a nova forma do velho fenômeno de região. Mas há, de outro lado, outro recorte espacial, formado pela união dos pontos de apoio das corporações no seu processo produtivo, ligando e relacionando lugares estratégicos da produção propriamente dita, da comercialização, da informação, do controle, da regulação. No primeiro caso, onde o espaço é contínuo, trata-se de um recorte *horizontal* do espaço total. No segundo caso, o recorte resultante é *vertical*. No primeiro caso, as tarefas técnicas predominam, ligadas, direta ou indiretamente, ao processo direto de produção. No segundo caso, são tarefas políticas as que predominam, base do processo de regulação da produção (crédito, informação, ordens) que é, também, um processo de regulação do território, isto é, do seu equipamento e seu uso. Nesse sentido, diremos que a região deixa de ser produto de solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultado de solidariedade organizacional.

13.

TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA NO FIM DO SÉCULO XX

Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção. Não se trata do futuro como certeza, porque isso seria desmentir a sua definição, mas como tendência.

Os primeiros dados do Recenseamento de 1991 permitem considerar uma taxa de urbanização em torno de 75%. Haveria certa convergência entre os índices obtidos nas Regiões Norte e Nordeste, pois que o Norte apareceria com 56% e o Nordeste com 58%, enquanto o Sudeste teria um índice de 88%, e o Sul e o Centro-Oeste estariam próximos da taxa brasileira dos 75%.

Já em 1990, as estimativas admitiam que todos os estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, exceto Mato Grosso, teriam população urbana superior a 70%. Seis desses onze estados — Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo — apareceriam com índice de urbanização mais elevado que o País, sobretudo São Paulo com 92% e Rio de Janeiro com 94%, enquanto Goiás se avizinha do índice nacional. Fora dessas três regiões, somente o Estado do Amazonas teria uma população urbana superior a 70%.

No ano 2000 a taxa brasileira de urbanização se avizinharia dos 80% e o Sudeste apresentaria índice pouco superior a 91%, o Centro-Oeste e o Sul já passando a taxa nacional. No Estado do Rio de Janeiro a população urbana se aproximaria dos 96%, e em São Paulo de 94%.

É lícito porém admitir que no fim do século a população urbana será bem superior a essa estimação. Essa, como tantas outras estimações demográficas, conspicuamente utiliza extrapolações, cujo período de referência seriam os quarenta anos entre 1940 e 1980. Mas neste caso, como em outros, não parece haver consideração para com a dinâmica geográfica. Aliás, a dinâmica ter-

ritorial, um dado sem dúvida relevante, raramente é levada em conta nas prognoses demográficas, como também, normalmente, nos estudos de ciências sociais. Ora, a consideração da estrutura espacial e sua evolução nos últimos decênios permite supor uma tendência à aceleração do fenômeno de urbanização. Mas, de um modo geral, os números dos demógrafos, como os dos cientistas políticos, não levam em conta o espaço — que é amálgama indiscutível da ação humana e do meio preexistente — ambos interagindo permanentemente. É uma pena e um equívoco cientificamente lamentável, porque somente o espaço permite apreender o futuro, através do presente e também do passado, pela incorporação de todas as dimensões do real concreto. Os processos espaciais são condicionantes duráveis das ações inovadoras.

O futuro é formado pelo conjunto de possibilidades e de vontades, mas estas, no plano social, dependem do quadro geográfico que facilita ou restringe, autoriza ou proíbe a ação humana. Alcançar intelectualmente o futuro não é questão estatística, nem simples arranjo de dados empíricos, mas questão de método.

Sabemos como diferenças de enfoque conduzem a diferenças de resultado. O nosso enfoque aqui ainda é o que arduamente defendemos de longa data: o do espaço como instância social, conjunto inseparável da materialidade e das ações do homem. Devemos, desse modo, levar em conta as tendências atuais de reorganização do território, no mundo inteiro e no Brasil de forma particular, o que obriga a levar em conta as características do que chamamos de meio técnico-científico, isto é, o meio geográfico tal como hoje se dá, ou tende a ser, e em cuja elaboração a contribuição da ciência, da tecnologia e da informação é cada vez maior (ver M. Santos, *Espaço e método,* Nobel, São Paulo, 1985).

Esse meio técnico-científico configura o que hoje se poderia chamar de Brasil emergente, um Brasil diferente daquele onde ciência, tecnologia e informação ainda não eram caraterísticas fundamentais do território, nem dados essenciais de explicação do acontecer econômico, social e político. Trata-se de categoria explicativa maior, porque esse Brasil emergente se difunde rapidamente e essa difusão é conseqüência, fator e resultado de fatores de regulação em escala nacional e planetária. Pode-se vislumbrar que esse meio técnico-científico, que tende a ser o meio geográfico do nosso tempo, se estenderá por todo o território brasileiro dentro de vinte ou vinte e cinco anos. Esse meio técnico-científico resulta,

como já vimos, da adição ao território de ciência, de tecnologia, de informação, e cria espaços *inteligentes* numa parte do Brasil, deixando que em outros permaneçam os espaços *opacos.* Uns e outros são subespaços com comportamentos diferentes, lógicas e racionalidades diferentes. Tais dinâmicas diferentes não são apenas dinâmicas territoriais, mas também dinâmicas políticas, demográficas, culturais e econômicas.

As dicotomias do passado, como aquela a que se referiu Jacques Lambert, falando dos dois Brasis, substituída depois por uma dicotomia entre Brasil urbano e Brasil rural, de que valentemente se utiliza Hélio Jaguaribe em *Reforma ou Caos,* parece-me que já hoje deva ser substituída por outra, agora uma dicotomia entre um Brasil urbano e um Brasil agrícola. Não mais um Brasil urbano e um Brasil rural. O Brasil urbano é o Brasil em que está presente o meio técnico-científico, área onde a vida de relações tende a ser mais intensa e onde, por isso mesmo, o processo de urbanização tende a ser mais vigoroso. Como admitimos que essa realidade vai estender-se rapidamente sobre o território nacional, as perspectivas da urbanização serão bem mais nítidas e fortes. Esse fato, porém, passa despercebido a quem faz projeções sem considerar a realidade e as tendências geográficas.

No Brasil contemporâneo, a mobilidade das pessoas aumenta, paralelamente a muitas outras formas de exacerbação do movimento, e como resultado de uma divisão social do trabalho mais intensa. Eram 8,5% de brasileiros ausentes de seu estado de nascimento em 1940, 10,3% em 1950, 18,2% em 1960, 31,6% em 1970, 38,9% em 1980. Mais de metade dos brasileiros estariam vivendo, no fim do decênio, fora dos seus lugares de origem.

As pessoas que residem há menos de dois anos no seu domicílio atual, eram, em 1970, 9.500.000, em 1980 são 16.000.000, isto é, 10% e 13,4%, respectivamente, da população total. Em 1990 esse porcentual será ainda maior. Esses números devem ser cotejados de um lado com o aumento extremamente reduzido da população economicamente ativa na agricultura, entre 1970 e 1980, que foi de 0,0016, e de outro com o fato de que a população agrícola cresce mais rapidamente do que a rural.

	População agrícola	*População rural*
1960	15.454.526	38.418.798
1970	17.581.964	41.054.053
1980	21.163.729	38.566.297

Em 1960, a população rural era duas vezes e meia (2,48) maior que a população agrícola. Em 1970 ela é 2,33 vezes maior. Em 1980 esse índice baixa para 1,82 e não será sequer de 1,50 neste fim de decênio. Entre 1960 e 1980, a população agrícola aumenta de cerca de 36% ao passo que a população rural somente cresce quatro milésimos por cento, mais precisamente 0,0038%.

Tudo isso indica tendência a uma urbanização ainda maior. Apontam nessa direção outras evidências empíricas, como a tendência crescente à baixa da natalidade, ao mesmo tempo em que há crescimento da população economicamente ativa. A taxa de fertilidade cai de 5,3 filhos por mulher em 1970, para 3,2 em 1989. É, segundo George Martine, a maior queda de natalidade jamais conhecida em toda a história da humanidade. Paralelamente a essa queda da natalidade, da fertilidade, da fecundidade, da mortalidade, vemos que, até o ano de 1990, considerando como idade ativa aquela entre quinze e sessenta anos, entrarão cerca de 29.000.000 no mercado de trabalho potencial, enquanto dele sairão 7.250.000, isto é, haverá 21.750.000 de pessoas reclamando por emprego. Se ampliarmos o nosso horizonte e alcançarmos o ano de 1995, teremos que sairão do mercado de emprego, por diferentes razões, cerca de 12.000.000 de pessoas, e entrarão 45.000.000, o que dá uma sobra de 33.000.000. Se o horizonte for estendido ainda pouco mais longe, até o ano 2000, serão cerca de 17.600.000 que sairão, enquanto entrarão cerca de 60.000.000, isto é, haverá sobra de 44.000.000 de pessoas. Relembremos que isso se verifica numa situação em que a população agrícola cresce mais do que a rural e em que a população agrícola praticamente começa o seu descenso na maior parte das regiões. Um recente estudo de Pedro Geiger mostra, de modo exemplar, as diferenças regionais de manifestação do fenômeno. A tendência é, pois, uma expansão e qualificação ainda maiores do processo de urbanização em todo o território.

É fato que há no País numerosos "desurbanistas" a acreditar na evolução inversa, brandindo alegremente taxas de crescimento menor (muitas apenas imaginárias) da população em certas cidades grandes. Mas que significa, verdadeiramente, cair a taxa de urbanização numa aglomeração como São Paulo, aonde chegam centenas de milhares de pessoas por ano? Que significado tem esse símbolo estatístico, quando a população rural e agrícola baixam consideravelmente?

Não há pólvora a ser descoberta, nem ovo de Colombo. É um fato estatístico a ser reinterpretado, sugerindo que estamos presenciando, no Brasil, aquilo a que Bernard Kayser chamara, há vinte anos atrás, na França, de êxodo urbano. A tese de livre-docência de Rosa Ester Rossini sobre uma região do Estado de São Paulo mostra-nos claramente que esse fenômeno de turbilhão urbano já se está dando no Estado de São Paulo e em todo o País. Seria aquilo a que Jean-Paul Gaudemar um dia intitulou de "mobilização geral" num país como a França, onde as populações durante séculos eram presas ao seu *terroir,* não costumando migrar: tal qual o Brasil de 1920, quando menos de 6% da população moravam fora de seus estados de origem.

A urbanização crescente é uma fatalidade neste País, ainda que essa urbanização se dê com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de volantes nas cidades médias e nas cidades pequenas. Este último é um dado "normal" do novo mercado de trabalho unificado, em que em média cerca de 75% desses chamados volantes, bóias-frias etc. não são recrutados por intermediários. Esse mercado urbano unificado e segmentado leva a novo patamar a questão salarial, tanto no campo como na cidade. O fato de que os volantes vivendo na cidade sejam ativos na busca por melhores salários, constitui também dado dinâmico na evolução do processo de urbanização, como no processo político do País.

Aumenta o número de cidades locais e sua força, assim como os centros regionais, ao passo que as metrópoles regionais tendem a crescer relativamente mais que as próprias metrópoles do Sudeste. As metrópoles regionais mudaram de qualidade nestes últimos dez anos, primeiro porque se transformam em metrópoles com um conteúdo nacional, capazes de manter relações nacionais, e segundo, porque as respectivas regiões metropolitanas passaram a constituir áreas onde se diversificam e avolumam as relações interurbanas, com aumento da divisão do trabalho que conduz ao apressamento e aprofundamento de uma série de processos econômicos e sociais. O efeito do tamanho tem papel na divisão interurbana e também na divisão intra-urbana do trabalho: quanto maiores e mais populosas, as cidades são mais capazes de abrigar uma gama mais extensa de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecendo, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico.

Esse salto qualitativo não invalida o fato de que São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília mantenham posição de comando sobre o território nacional, com uma espécie de divisão do trabalho metropolitano que permite distinguir claramente entre as três e entre elas e as metrópoles regionais.

Essas novas relações dentro do território brasileiro estão a nos indicar que o processo de metropolização vai prosseguir paralelamente a um processo de desmetropolização. As maiores cidades continuarão a crescer, enquanto novas grandes cidades surgirão, com a coexistência de movimentos que só em aparência são contraditórios, porque obedientes a uma mesma lógica, socioeconômica e geográfica.

O movimento para a metropolização ainda não atingiu a saturação alcançada em países centrais (onde a desurbanização já se verifica), nem mesmo se completou, ao mesmo tempo em que uma difusão do fenômeno de concentração urbana permite falar de desmetropolização, porque se dá, também, fora das maiores cidades. Esse processo concomitante de metropolização e desmetropolização pode ser quantificado e datado, levando-se em conta a participação decrescente, desde 1960, das aglomerações milionárias no total da população urbana brasileira. As aglomerações entre 1.000.000 e 2.000.000 de habitantes reúnem 19,28% desse total em 1950 e apenas 16,56% em 1980. Quanto às metrópoles com população superior a 2.000.000, os porcentuais denotam uma evolução muito mais significativa:

1950 — 32,07%
1960 — 27,57%
1970 — 25,41%
1980 — 21,75%

Em outras palavras, as aglomerações com mais de 1.000.000 de habitantes continham 51,35% da população urbana em 1950 e somente 38,31% em 1980. Há, pois, evidente processo de desmetropolização, sem que o tamanho urbano das metrópoles diminua: são as cidades médias que aumentam em volume, crescendo sua participação na população urbana. Enquanto as cidades com mais de 2.000.000 de habitantes têm sua população urbana multiplicada por 3,11 entre 1950 e 1980, o multiplicador para aquelas entre 1.000.000 e 2.000.000 era de 4,96. Esse índice é de 5,90 para a população urbana vivendo em aglomerações entre 500.000 e 1.000.000 e de 5,61 para o conjunto daquelas entre 200.000 e 500.000 habitantes.

As cidades intermediárias apresentam, assim, dimensões bem maiores. Essas cidades médias são, crescentemente, *locus* do trabalho intelectual, como o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica. Serão, por conseguinte, cidades que reclamam cada vez mais trabalho qualificado, enquanto as maiores cidades, as metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e por sua própria composição orgânica do espaço, poderão continuar a acolher populações pobres e despreparadas.

Por conseguinte, os próximos anos, quem sabe até os próximos decênios, marcarão ainda um fluxo crescente de pobres para as grandes cidades, ao passo que as cidades médias serão o lugar dos fluxos crescentes das classes médias. Em resumo, a metropolização se dará também como "involução", enquanto a qualidade de vida melhorará nas cidades médias.

Aliás, as grandes metrópoles já apresentam taxa de crescimento econômico menor do que suas respectivas regiões, e também menor do que a do País tomado como um todo. Esse é o caso da cidade de São Paulo, e sua área metropolitana, que há mais de vinte anos crescem menos do que o Estado de São Paulo, e menos do que o País. Mas é também o caso de outros estados como a Bahia, o Paraná etc. Esse fenômeno de involução metropolitana, por nós estudado em outro lugar (Santos, 1991) permite a convivência, dentro da cidade, de capitais os mais diversos, criando ou possibilitando atividades que vão permitir a convivência de trabalhos os mais diversos.

Uma boa parcela da economia urbana pode, assim, desenvolver-se sem custos de investimentos adicionais em infra-estruturas, já que somente as atividades hegemônicas exigem a renovação do espaço construído. Podemos dizer que, nos próximos decênios, o "custo" das grandes cidades vai baixar e não aumentar, uma vez que muitas indústrias hegemônicas já se estão localizando nas periferias das megalópoles, das metrópoles e, mesmo, das cidade médias.

Esse fenômeno se dará paralelamente a outro, o da consolidação de uma metrópole informacional e não propriamente fabril. São Paulo, metrópole brasileira, não tem o seu papel metropolitano definido por ser uma capital industrial, mas por ser uma

capital relacional, o centro que promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política. Por enquanto, é São Paulo que absorve e concentra esse novo poder decisório.

No sistema urbano há, por conseguinte, tendência crescente à diferenciação e à complexificação. As cidades são cada vez mais diferentes umas das outras. Aqueles esquemas simplórios que nos acostumamos a reproduzir e enfeitam a maioria das nossas teses, artigos e livros, mostrando redes urbanas formadas com diversas categorias de cidades distinguidas em níveis hierárquicos, são coisa agradável de olhar, sem dúvida instrumento de aproximação da realidade, mas não suficiente para sua interpretação. Esse tipo de classificação em níveis sucessivos deixa de ter significação à proporção que cada cidade passa a ter uma relação direta com a demanda de sua região, e à proporção que cada região se especializa: uma especialização regional, que é, também, especialização da demanda ligada ao consumo produtivo. A cidade se dobra a essa demanda, se reforma, se reorganiza, se refaz, se recria.

Há diferenciação porque as demandas e as respostas divergem segundo os lugares, os produtos, os níveis de tecnicidade e capitalização. Há complexificação porque as atividades agrícolas, hoje tão demandantes de saber, conhecimento e trabalho intelectual, tão exigentes de informação, tornam mais variada e densa a organização social de cada cidade.

Essas diferenciações regionais deverão e poderão ser vistas através dos graus diversos de organização do território, análise que supõe a consideração dos dados materiais e não-materiais, isto é, dos sistemas de engenharia e dos sistemas sociais, cujo conjunto define o espaço produtivo, uma soma que se dá entre o espaço produzido e a ação produtiva. O grau de urbanização é tanto mais avançado quanto mais densos e complexos forem os sistemas de engenharia (Santos, 1988) e os sistemas sociais presentes numa área.

O conhecimento dos sistemas de engenharia presentes em cada área é, pois, um dado analítico fundamental, instruindo-nos sobre as possibilidades e os limites à ação dos sistemas sociais. Vendo como se difundem os novos sistemas de engenharia sobre o território, também vislumbramos as tendências quanto ao fenômeno da urbanização. Nesse sentido, aventuramo-nos a dizer que os obstáculos que, no Nordeste, se opõem, hoje, à intensificação da urbanização, rapidamente serão desmanchados. Essa área, onde a urbanização tem os índices mais baixos no País, vai conhecer nos próximos dez anos aceleração surpreendente do seu processo de urbanização.

De toda maneira, vivemos já um novo patamar da integração territorial brasileira, com uma nova qualidade do sistema urbano, não apenas por causa da maior densidade da configuração territorial, mas também por causa de sua maior espessura. Fernand Braudel utilizou freqüentemente essa expressão, referindo-se ao tempo: a espessura do momento histórico. Essa palavra pode também ser usada em geografia: a espessura do sistema espacial. Essa espessura lhe é dada, exatamente, pelo uso da ciência, da tecnologia e da informação, e cria as condições para maior divisão do trabalho, mais solidariedade e maior peso dos fatores organizacionais, levando a maior rapidez, e maior vigor, ou mesmo brutalidade, nas mudanças de hierarquia.

Estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos. Trata-se, na verdade, de metáforas, pois o urbano também mudou de figura e as diferenças atuais entre a cidade e o campo são diversas das que reconhecíamos há alguns poucos decênios.

Os processos vigentes permitem-nos imaginar que as cidades pequenas tendem a persistir no Brasil dos próximos anos, apesar da densificação da rede de transportes e isso porque, entre outras razões, o espectro de consumo ainda está longe de ser completado no Brasil. O número de consumidores é ainda pequeno, ao passo que aumenta sem cessar o número de objetos e serviços a consumir. Acrescente-se a isso o fato de que o consumo produtivo da agricultura moderna amplia na cidade próxima a exigência de uma presença local de informação e trabalho intelectual. E leve-se, também, em conta a nova força atribuída aos municípios com a redistribuição fiscal estabelecida pela Constituição de outubro de 1988.

Deveremos, também, levar em conta o contexto internacional, que aponta para crescente competição entre metrópoles. Qual

será o papel das antigas e novas cidades internacionais no jogo externo e no jogo interno do poder econômico? Qual a nova lógica das relações inter-regionais e interurbanas em nível mundial e qual será o seu rebatimento intranacional? Haverá aumento do desnível entre centros dentro do País? Como os centros mundiais (de outros países) influirão sobre a nossa rede urbana?

Essas perguntas não têm apenas que ver com os fatores chamados de mercado, mas com decisões políticas. Em que medida, por exemplo, o Mercosul terá efeito sobre essa evolução? Repetimo-nos. O futuro não é feito apenas de tendências, mas de tendências e de vontade. Por isso, ele também vai depender das políticas públicas que possam ser geradas, incluindo saber se o País se encaminhará para uma ainda mais rápida oligopolização da economia, do território, da cidade, e o papel que tomará, nesse momento, uma política neoliberal ou o reforço do mercado interno. Em que medida a expansão do meio técnico-científico responderá a um processo concomitante de oligopolização não é um imperativo técnico, mas depende da vontade política.

Por outro lado, o futuro urbano também vai depender da forma que tomará a flexibilização tropical em nossas cidades, em contraponto à decantada flexibilização oriunda do progresso tecnológico, criadora, aliás, de rigidez. Em nosso País, já conhecemos desde muito uma flexibilização tropical do trabalho, que é o mecanismo pelo qual se criam tantos empregos urbanos, evitando a explosão das cidades. A forma como se dá o processo de involução urbana assegura trabalho para centenas de milhares de pessoas dentro das cidades. Essa é uma pergunta crucial: como será o trabalho nos próximos anos? Da forma como ele for, dependerá a forma como a urbanização se dará, também porque aí pode estar a semente de nova consciência política. Ora, a vontade política é o fator por excelência das transfusões sociais. Nesse particular, as tendências que assume a urbanização neste fim de século aparecem como dado fundamental para admitirmos que o processo irá adquirir dinâmica política própria, estrutural, apontando para uma evolução que poderá ser positiva se não for brutalmente interrompida.

Bibliografia

ABLAS, Luiz. *Agricultura irrigada e desenvolvimento regional*. IPE, FEA, USP, 1988 (mimeo, 22 p.).

ABLAS, Luiz A. de Q. e Vera Lúcia Fava. *Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro*. IPE-USP., v. 2, 1985.

ABREU, Mauricio de Almeida. *O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 1990 (mimeo, 123 p.).

ALESSIO, Nancy. Urbanização, industrialização e estrutura ocupacional, 1872-1920, *Revista Dados,* 1970, p. 103-117.

ALMEIDA, Fernando Lopes de. *A questão urbana na América Latina*. Forense-Universitária, Rio, 1978.

Anuário Estatístico do Brasil de 1912. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1916.

ARMSTRONG, W. e T. G. McGee. Revolutionary Change and the Third World City: a Theory of Urban Involution, *Civilisations 18,* 1968.

AYDALOT, Philippe. *Contribution à la théorie de la division spatiale du travail*. Seminário de Economia Regional e Urbana, Programa de Ensino e Pesquisa Regional e Urbana, São Paulo, agosto 1979.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva, *Boletim 208, Geografia 11,* Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 1956.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. DIFEL, São Paulo, 1978.

BECKER, Bertha. *Formação de novas regiões na Amazônia: ação estatal e povoamento espontâneo na produção de Rondônia* (versão preliminar), sd, mimeo, 35 p.

BENAKOUCHE, Tamara. Nouvelles technologies de communications et dynamique spatiale: le cas du Brésil, Colloque *Communications et Territoire, Dossier 1,* jan. 1988, p. 100-110.

BETING, Joelmir. Artigo na *Folha de S. Paulo,* 26/8/1988.

BOUDEVILLE, Jacques. *Les espaces économiques*. Presses Universitaires de France, Paris, 1964 (2.ª ed.).

BRAMAEKER, François Eugène Jean de. Os centros urbanos: 1950 a 1980, *Revista Brasileira de Estatística,* ano XLVII, n.º 180, jul-set 1986, p. 279-303.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. A regionalização da grande indútria no Brasil: Recife e Salvador na década de 70, *Revista de Economia Política, 5*(4), out-dez 1985, p. 77-98.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Vozes, Petrópolis, 1990.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos,* Ed. Nobel (Coleção Cidade Aberta), São Paulo, 1989.

COELHO, Maria Celia Nunes e Raymundo Garcia Cota. *Relações entre garimpo e estrutura fundiária: o exemplo de Marabá (sul do Pará),* mimeo, 17 p., 1986.

CORDEIRO, Helena Kohn. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro, *Boletim de Geografia Teorética,* anos 16-17, n.º 31-34, p. 153-196, Rio Claro, 1987.

CORDEIRO, Helena K. O setor financeiro e a circulação da informação no Brasil pós-70, Departamento de Cartografia e Análise da Informação Geográfica, UNESP, Campus de Rio Claro (mimeo, 16 p.) (publicado nos *Anais do III Encontro de Geógrafos da América Latina,* Toluca, México, 1991).

CORDEIRO, Helena K. e Denise Aparecida Bovo. A modernidade do espaço brasileiro através da rede nacional de telex, *Revista Brasileira de Geografia, 52*(1), jan-mar 1990, p. 107-155.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil até 1965, *Simpósio de Geografia Urbana.* Institùto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1968, p. 173-206.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma introdução: a geografia urbana no Brasil, uma avaliação, *Anais do Encontro Nacional dè Geógrafos.* A.G.B., Fortaleza, 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia, *Revista Brasileira de Geografia, 49*(3), 1987, p. 39-68.

CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e centros de gestão do território, *Revista Brasileira de Geografia, 51*(2), 1989, p. 17-32.

CORRÊA, Roberto Lobato, Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira, *Revista Brasileira de Geografia 51*(3), jul-set 1989, p. 113-137.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Os centros de gestão e seu estudo.* Departamento de Geografia, U.F.R.J., 1990 (mimeo, 26 p.).

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e espaço, uma nota, *Revista Brasileira de Geografia, 53*(1), jan-mar 1991, p. 137-145.

DAVIDOVITCH, Fany. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro, *Revista Brasileira de Geografia,* ano XL, n.º 1, jan-mar 1978.

DAVIDOVITCH, Fany. Urbanização brasileira: Tendências, problemas e desafios, *Espaço e debates,* ano IV, n.º 13, 1984, p. 12-29.

DAVIDOVITCH, Fany. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980, *Revista Brasileira de Geografia, 49*(4), 1987, p. 7-24.

DAVIDOVITCH, Fany e Olga Maria Buarque de Lima Fredrich. *Urbanização no Brasil.* Departamento de Geografia, IBGE, 1988 (mimeo, 147 p.).

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades, I e II: I) *Boletim geográfico 14,* 1944; II) *Boletim Geográfico 15,* 1944.

DEMATTEIS, Giuseppe. Urbanization and counter-urbanization in Italy, *Ekistics, 316,* jan-feb 1986, p. 26-33.

DIAS, Leila Christina. Un indicateur de l'organisation territoriale: l'activité bancaire et son évolution au Brésil, in G. B. Benko. *La dynamique spatiale de l'économie contemporaine.* Éditions de l'Espace Européen, 1990, p. 293-308.

DIAS, Leila Christina. *Les réseaux de télécommunication et l'organisation territoriale et urbaine au Brésil.* Thèse de doctorat, Université de Paris IV, Paris, 1991.

DIÉGUES JR. Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização.* CBPE/INEP, Ministério da Educação, 1964.

ELIAS, Denise. *Um século de urbanização no Brasil.* Departamento de Geografia, USP, 1991, mimeo.

EMPLASA. *Sumário de dados da Grande São Paulo, 1991.* São Paulo, 1992.

FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes, *Estudos CEBRAP 18,* 1976, p. 91-116.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina,* Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.

FREDRICH, Olga Buarque. Algumas reflexões sobre a geografia urbana no Brasil, *Encontro Nacional de Geógrafos,* AGB, Fortaleza, 1978.

FREDRICH, Olga Buarque de Lima e Fany Davidovitch. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho, *Revista Brasileira de Geografia 4,* 1982, p. 541-590.

FRIEDMANN, John. Urbanisation et développement national: une étude comparative, *Revue Tiers-Monde 45,* jan-mar 1971.

GAUDEMAR, J. P. de *La mobilisation générale,* Éditions du Champ Urbain, Paris, 1979.

GEIGER, Pedro. *Evolução da rede urbana brasileira.* CBPE/INEP, Ministério da Educação, 1963.

GEIGER, Pedro. *Desenvolvimento do capitalismo e distribuição da população do Brasil.* Set. 1985 (mimeo, 14 p.).

GEIGER, Pedro. *Expansão da classe média e do setor público e urbanização no Brasil.* Comunicação ao Colóquio "A Metrópole e a Crise", Departamento de Geografia, USP, 1985 (mimeo, 19 p.).

GEIGER, Pedro. *Desenvolvimento do capitalismo e distribuição da população no Brasil.* Set. 1985 (12 p.).

GEIGER, Pedro. *Introdução a uma revisão sobre a questão urbana no Brasil.* Comunicação à Reunião de Consulta do IPGH, Rio de Janeiro, abril de 1986 (mimeo, 10 p.).

GERTEL, Sérgio. *A informatização e o processo urbano no Brasil.* Relatório de pesquisa para a FINEP, 1986.

GERTEL, Sergio. *O computador no território brasileiro.* Comunicação ao Colóquio de Geografia Brasil-Argentina-Uruguai, Universidade de São Paulo, set. 1988 (mimeo).

GERTEL, Sergio. *Geografia, informação e comunicação: a imagem postal brasileira.* Tese de mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH, USP (2 vols.), 1991.

GOMES, Cilene. *Um século de terciarização no Brasil.* Departamento de Geografia, USP, 1991 (mimeo).

GONÇALVES, Maria Flora. *O processo de urbanização como objeto teórico: geógrafos, sociólogos, economistas e demógrafos.* UNICAMP, 1988 (mimeo).

GOULART REIS FILHO, Nestor. *Evolução urbana do Brasil.* Pioneira, São Paulo, 1968.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O cenário esperado: a industrialização e a urbanização da agricultura brasileira.* Comunicação ao Seminário "Brasil Século XXI", Universidade de Campinas, abril 1989.

HÉBETTE, Jean. Grandes projetos e transformações na fronteira, *Espaço e Debates,* ano V, n.º 15, 1985, p. 75-85.

HOSELITZ, Bert. Generative and parasitic cities, in B. Hoselitz (org.), *Sociological Aspects of Economic Growth.* The Free Press of Glencoe, 1960.

JAGUARIBE, Helio e outros. *Brasil, Reforma ou Caos.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.

JARDIM, Antonio de Ponte. Distribuição espacial da população brasileira e algumas características sócio-econômicas entre 1960 e 1980, *Revista Brasileira de Estatística 49*(192), p. 97-154, jul-dez 1988.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis.* CBBPE/INEP, Ministério da Educação, 1959.

LAMPARELLI, Celso. A metropolização como uma das formas de urbanização, in A. C. Torres Ribeiro e Denise B. P. Machado. *Metropolização e rede urbana, perspectivas dos anos 90,* IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990, p. 55-59.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo, estudo de geografia urbana.* IBGE, Rio de Janeiro, 1971.

LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira,* Vozes, Petrópolis, 1980.

LINARDI, Maria Cecilia. *A metrópole norte-paranaense.* Projeto de tese de doutorado, Departamento de Geografia, FELCH, USP, 1992.

LOPES, Juarez R. Brandão. *Desenvolvimento e mudança social.* Editora Nacional, São Paulo, 1976.

LU, Martin. *Os grandes projetos da Amazônia: integração nacional e (sub)desenvolvimento regional?.* FIPE, FEA, USP, São Paulo, maio 1984 (mimeo, 28 p.).

MACHADO, Lia Osório. *Urbanização e migração na Amazônia: sugestão para uma abordagem geopolítica.* UFRJ, Rio de Janeiro, 1982 (mimeo).

MACHADO, Lia Osório. *Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia.* Simpósio sobre Urbanização, Migração e Colonização na Amazônia, SBPC, Belém 6-13, julho 1983.

MACHADO, Lia Osório. *Urbanização e monopólio do espaço: o exemplo da Amazônia.* Departamento de Geografia, UFRJ, julho 1984 (mimeo, 34 p.).

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira, *Anais do Encontro Nacional de Geógrafos.* A.G.B., Fortaleza, 1978.

MAMIGONIAN, Armen. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista, *Revista de Ciências Humanas 2.* Editora da UFSC, 1982, p. 38-47.

MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá, *Geosul, 1*(1), 1986, p. 39-53.

MARCILIO, Maria Luiza. Evolução da população brasileira através dos censos até 1872, *Anais de História,* Faculdade de Filosofia e Letras de Assis, ano 6, 1974, p. 115-137.

MARTINE, George. *Transformações recentes na agricultura e suas implicações espaciais* (mimeo, sd, 29 p.).

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?.* Ed. Nobel, São Paulo, 1991.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio.* Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

MIRANDA, Mariana. *Amazônia: organização do espaço urbano e regional.* Departamento de Geografia, UFRJ, 1985 (mimeo, 14 p.).

MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil* (estudo sobre sociedade e espaço). Vozes, Petrópolis, 1985.

MORTARA, Giorgio. O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940, *Estudos de estatística teórica e aplicada, estatísticas demográficas 13,* IBGE, Rio, 1951.

MULLER, Nice Lecquoc. Evolução e estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil, *Simpósio de Geografia Urbana.* Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1968, p. 13-58.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Evolução do povo brasileiro.* José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil.* Vozes, Petrópolis, 1980.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira, cultura brasileira e indústria cultural.* Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.

OSTOJIC, Negoslav, Vladimir Stipetic, Vidosav Trickovic. Les effets d'entrainement de l'industrie sur le développement de l'agriculture, expériences yougoslaves, *Mondes en Développement, 31-32,* 1980.

PACHECO, Regina Silvia. Transporte por ônibus em São Paulo: operação mista, caráter privado, *Revista dos Transportes Públicos, 10*(40), jun. 1988, p. 5-18.

PANIZZI, Wrana. Na Urbanização brasileira, ainda o predomínio da metrópole, in A. C. Torres Ribeiro e Denise B. P. Machado. *Metropolização e rede urbana, perspectiva dos anos 90.* IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990, p. 45-54.

PAVIANI, Aldo. *Brasília, a metrópole em crise, ensaios sobre urbanização.* Editora UNB, Brasília, 1988.

PIH, Lawrence. O desafio brasileiro. *Folha de S. Paulo,* 2/2/1990.

PIH, Lawrence. Incompetência e estatismo de direita, *Folha de S. Paulo,* 4/12/1989.

PINTAUDI, Silvana Maria. *Os supermercados na Grande São Paulo.* Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, USP, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* Editora Brasiliense, São Paulo, 1953.

RANDOLPH, Rainer. Grande capital e transparência local: advento da era da ignorância?, in R. Piquet e A. C. T. Ribeiro. *Brasil, território da desigualdade.* Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1991, p. 96-110.

RIBEIRO, Ana Clara T. Matéria e espírito: O poder (des)organizador dos meios de comunicação, in R. Piquet e A. C. T. Ribeiro. *Brasil, território da desigualdade.* Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1991, p. 44-55.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Comunicação e metrópole: a questão da participação, *Cadernos do IPPUR, 4*(1), dez. 1990, p. 35-53.

RICHTA, Radovan. *Economia socialista e revolução tecnológica.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1972 (*La civilisation au carrefour,* Anthropos, Paris, 1968).

ROCHE, Jean. Porto Alegre, metrópole do Brasil meridional, *Boletim Paulista de geografia 29.*

ROSSINI, Rosa Ester. La baisse récente de la fécondité au Brésil, *Espace, Populations, Societés,* 1985, *III,* p. 597-614.

ROSSINI, Rosa Ester. *Geografia e gênero: A mulher na lavoura canavieira paulista:* Tese de livre-docência, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 1988.

ROUX, Jean-Michel. *Territoires sans lieux, la banalisation planifié des régions.* Dunod, Paris, 1980.

SANTOS, Milton. *O centro da Cidade de Salvador, estudo de geografia urbana.* Livraria Progresso Editora/Universidade da Bahia, Salvador, 1959.

SANTOS, Milton. Crossance nationale et nouvelle armature urbaine au Brésil, *Annales de Géographie, 77*(419), jan-fev 1986, p. 37-63.

SANTOS, Milton. *Les villes du Tiers Monde.* Ed. M.-Th. Genin/Librairies Techniques, Paris, 1971.

SANTOS, Milton. Capital e espaço: o meio técnico-científico, *Anais do 4.º Encontro Nacional de Geógrafos*. AGB, Rio de Janeiro, 1980, p. 627-642 (republicado em M. Santos. *Espaço e método*. Nobel, São Paulo, 1985, 1.ª ed., p. 37-48).

SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil, *Espaço e Debates 25*, 1988, p. 58-62.

SANTOS, Milton. Réflexions sur le rôle de la géographie dans la période technico-scientifique, *Cahiers de Géographie du Québec 32*(87), déc. 1988, p. 313-319.

SANTOS, Milton. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico, *Boletim Paulista de Geografia 67*, 1989, 5-16.

SANTOS, Milton. O período técnico-científico e os estudos geográficos, *Geografia, Revista do Departamento de Geografia da USP 4*, 1990.

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada, o caso de São Paulo*. Nobel, São Paulo, 1990.

SANTOS, Milton. Meio técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas, *Resgate 3*, 1991.

SANTOS, Milton. Flexibilidade tropical, *Arquitetura e urbanismo 38*, out. 1991, p. 44-45.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas, *Terra Livre 9*, jul-dez 1991, p. 7-17.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. 1978, Hucitec, São Paulo (1992, 4.ª ed.).

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 1985, Ed. Nobel, São Paulo (1992, 3.ª ed.).

SANTOS, Milton. A involução metropolitana: a região cresce mais que a metrópole, *Caderno Prudentino de Geografia 14*, junho de 1992, p. 168-195.

SANTOS, Milton. *Les espaces de la globalisation*. Comunicação ao Colóquio do GEMDEV, sobre "Systèmes Monde", Paris, 4 e 5 fev. 1993.

SANTOS, Milton. *São Paulo, metrópole internacional*. Studio Nobel, São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. Hucitec, 1993 (no prelo)

SANTOS, Milton e Dorcas Chagas. *Uma bibliografia comentada dos estudos geográficos sobre a urbanização brasileira*. IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Universidade da Bahia, 1959.

SANTOS, Milton e Ana Clara Torres Ribeiro. *O conceito de região concentrada*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR e Departamento de Geografia, 1979 (mimeo).

SANTOS FILHO, Milton. *O processo de urbanização no Oeste bahiano*, Sudene, Recife, 1989.

SCHMIDT, Benicio e Ricardo Farret. *A questão urbana*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1986.

SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. EDUSP-Nobel, São Paulo, 1991.

SIEGFRIED, André. *Aspects su XXème siècle*. Hachette, Paris, 1955.

SILVA, Barbara Christine Nentwig e Sylvio Bandeira de Mello e Silva. Urbanização e política de desenvolvimento regional da Bahia, *Geografia 12*(23), abril 1978, p. 15-30.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1977 (2.ª ed.).

SORRE, Max. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle, *Annales de Géographie*, année LVII (1948), p. 97-108 e 193-204 (in P. Wagner et M. Mikesell, eds. *Readings in Cultural Geography*. Univ. of Chicago Press, 1962, p. 399-415.

SOUZA, Maria Adélia A. de. *A identidade da metrópole, a verticalização em São Paulo*. Tese de livre-docência, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 1989.

SOUZA, Maria Adélia de. *Cidades médias e desenvolvimento industrial — uma proposta de descentralização metropolitana*. Série Estudos e Pesquisas, 17, Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, São Paulo, 1978.

SOUZA, Maria Adélia de. *Governo urbano*. Nobel, São Paulo, 1988.

VALLADARES, Licia. *Petit guide de la recherche urbaine au Brésil*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.

VALLADARES, Licia. *La recherche urbaine au Brésil, un état de la question*. CNRS-ORSTOM, Paris, 1989.

VALLADARES, Licia. *1001 teses sobre o Brasil urbano, catálogo bibliográfico 1940-1989* (Urbandata). IUPERJ-ANPUR, Rio-São Paulo, 1991.

VANDERMOTTEN, C. Bélgica: el principio del fin de la periurbanización, *Anales de Geografía de la Universidad Complutense 5*, 1985, p. 111-139.

VASCONCELLOS, Pedro de Almeida. *A cidade da geografia no Brasil*. Departamento de Geografia, UFBA, out. 1989 (mimeo, 17 p.).

VASCONCELLOS, Sonia. *Espaço no poder-poder no espaço: uma análise do planejamento durante o Governo Figueiredo*. Dissertação de mestrado, IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

VILLELA, Annibal Vilanova e Wilson Suzigan. *Política de governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. IPEA-INPES, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Série Monográfica 10, Rio de Janeiro, 1973.

ANEXO ESTATÍSTICO E MAPAS

NOMINATA DAS DEZ MAIORES CIDADES BRASILEIRAS NAS DATAS DOS RECENSEAMENTOS GERAIS

	1872	*1890*	*1900*	*1920*	*1940*	*1950*	*1960*	*1970*	*1980*	*1991*
Rio de Janeiro	274.972	522.651	811.443	1.157.873	1.764.141	2.377.451	3.281.908	4.251.918	5.090.700	5.336.179
Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422	290.443	417.235	649.453	1.007.195	1.493.685	2.056.013
Recife	116.671	111.556	113.106	238.843	348.424	524.682	789.336	1.060.701	1.200.378	1.290.149
Belém	61.997	50.064	96.560	236.402	206.331	254.949	399.222	633.374		
Niterói	47.548	34.269	53.433	85.238	142.407	186.309				
Porto Alegre	43.998	52.421	73.647	179.263	272.232	394.151	635.125	885.545	1.125.477	1.262.631
Fortaleza	42.458	40.902	48.369	78.536	180.185	270.169	507.108	857.980	1.307.611	1.758.334
Cuiabá	35.987									
São Luís	31.604									
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033	1.326.261	2.198.096	3.781.446	5.924.615	8.493.226	9.480.427
Manaus		38.720	50.300	75.704						
Teresina		31.523								
Curitiba			49.755	78.986			356.830	609.026	1.204.975	1.290.142
Belo Horizonte					211.377	352.724	683.908	1.235.030	1.780.855	2.048.861
Santos					169.889	206.920	262.997			
Nova Iguaçu									1.094.805	1.286.337
Santo André								418.826		
Goiânia										
Brasília									1.176.935	1.596.274

Fontes: 1872 a 1970 — *Anuário estatístico do Brasil,* 1984, p. 81; exceto para Santos e Santo André.
Santos, 1940 — *Anuário estatístico do Brasil,* ano VI, 1941-1945, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1946, p. 35.
1950 — *Anuário estatístico do Brasil,* 1952, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1953, p. 50.
1960 — *Censo demográfico de 1960,* vol. I, tomo XIII, São Paulo, FIBGE, Departamento de Estatística da População, p. 80.
Santo André, 1970 — *Anuário estatístico do Brasil,* 1974, p. 97.
1980 e 1990 — *Censo demográfico 1991. Resultados preliminares,* IBGE, 1992.

MUNICÍPIOS BRASILEIROS, POR ESTADO, COM 100.000 HABITANTES OU MAIS, EM 1991, E POPULAÇÃO EM 1980. PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNICIPAL SOBRE O TOTAL ESTADUAL E TOTAL DO BRASIL

Estados	*Municípios*	*População*		*Porcentagem da população municipal sobre a população do Estado e do Brasil 1980/1991*			
				Estado		*Brasil*	
		1980	*1991*	*1980*	*1991*	*1980*	*1991*
Rondônia	Porto Velho	133.898	286.400	27	25	0,11	0,20
Total	01	133.898	286.400	27	25	0,11	0,20
Acre	Rio Branco	177.103	196.923	38,87	47,17	0,01	0,13
Total	01	177.103	196.923	38,87	47,17	0,01	0,13
Amazonas	Manaus	618.435	1.010.558	43,24	48,38	0,52	0,70
Total	01	618.435	1.010.558	43,24	48,38	0,52	0,70
Roraima	Boa Vista	51.662	142.813	65,26	66,18	0,04	0,10
Total	01	51.662	142.813	65,26	66,18	0,04	0,10
Pará	Abaetuba	74.545	100.016	2,19	1,97	0,06	0,07
	Altamira	45.068	120.556	1,32	2,37	0,03	0,08
	Belém	933.287	1.246.435	27,42	24,51	0,78	0,90
	Castanhal	65.251	101.976	1,92	2,01	0,05	0,07
	Itaituba	38.584	118.088	1,13	2,32	0,03	0,08
	Marabá	37.713	121.814	1,11	2,40	0,03	0,08
	Santarém	191.950	265.105	5,64	5,21	0,16	0,18
Total	07	1.386.398	2.073.990	40,74	40,79	1,17	1,42
Amapá	Macapá	111.061	179.609	63,37	61,14	0,09	0,12
Total	01	111.061	179.609	63,37	61,14	0,09	0,12
Tocantins	Araguaína	71.566	103.396	9,69	11,24	0,06	0,07
Total	01	71.566	103.396	9,69	11,24	0,06	0,07

Estados	*Municípios*	*População*		*Porcentagem da população municipal sobre a população do Estado e do Brasil 1980/1991*			
				Estado		*Brasil*	
		1980	*1991*	*1980*	*1991*	*1980*	*1991*
Maranhão	Caxias	125.507	145.709	3,14	2,96	0,10	0,10
	Codó	108.965	111.537	2,73	2,27	0,09	0,08
	Imperatriz	169.804	276.450	4,25	5,6	0,14	0,19
	Santa Luzia	82.601	116.132	2,07	2,36	0,07	0,08
	São Luís	449.432	695.780	11,25	14,14	0,38	0,48
	Timon	74.403	107.394	1,86	2,18	0,06	0,07
Total	06	1.010.712	1.453.002	25,29	29,52	0,85	1,00
Piauí	Parnaíba	102.181	127.986	4,78	4,96	0,09	0,09
	Teresina	337.774	598.449	17,66	23,19	0,32	0,41
Total	02	479.955	726.435	22,44	28,14	0,40	0,50
Ceará	Caucaia	94.108	163.793	1,78	2,58	0,08	0,11
	Fortaleza	1.307.611	1.758.334	24,73	27,68	1,10	1,20
	Juazeiro do Norte	135.616	173.304	2,56	2,73	0,11	0,12
	Maracanaú	37.884	157.062	0,72	2,47	0,03	0,11
	Sobral	103.762	127.449	1,96	2,01	0,09	0,90
Total	05	1.679.001	2.379.942	31,75	37,46	1,41	1,63
Rio Grande do Norte	Moçoró	130.950	191.959	6,90	7,95	0,11	0,13
	Natal	416.898	606.541	21,96	25,13	0,35	0,42
Total	02	547.848	798.500	28,86	33,08	0,46	0,55
Paraíba	Campina Grande	247.820	326.153	8,95	10,19	0,21	0,22
	João Pessoa	329.942	497.214	11,91	15,53	0,28	0,34
Total	02	577.762	823.367	20,86	25,73	0,49	0,56

Estados	*Municípios*	*População*		*Porcentagem da população municipal sobre a população do Estado e do Brasil 1980/1991*			
				Estado		*Brasil*	
		1980	*1991*	*1980*	*1991*	*1980*	*1991*
Pernambuco	Cabo	104.157	125.551	1,70	1,76	0,09	0,09
	Camaragibe	93.284	100.390	1,52	1,41	0,08	0,07
	Caruaru	172.532	213.557	2,81	3,00	0,15	0,15
	Garanhuns	87.038	103.293	1,42	1,45	0,07	0,07
	Jaboatão dos Guararapes	330.414	482.434	5,38	6,79	0,28	0,33
	Olinda	282.203	340.673	4,59	4,79	0,24	0,23
	Paulista	118.634	211.024	1,93	2,97	0,10	0,14
	Petrolina	104.300	174.972	1,70	2,46	0,09	0,12
	Recife	1.200.378	1.290.149	19,54	18,15	1,01	0,90
	Vitória de S. Antão	93.203	106.644	1,52	1,50	0,08	0,07
Total	10	2.586.143	3.148.487	42,10	44,28	2,17	2,15
Alagoas	Arapiraca	124.477	165.347	6,28	6,58	0,10	0,11
	Maceió	399.298	628.209	20,14	25,00	0,33	0,43
Total	02	523.775	793.556	26,42	31,58	0,44	0,54
Sergipe	Aracaju	293.131	401.244	25,71	26,89	0,25	0,27
Total	01	293.131	401.244	25,71	26,89	0,25	0,27
Bahia	Alagoinhas	96.538	116.488	1,02	0,99	0,08	0,08
	Camaçari	69.451	108.865	0,73	0,92	0,06	0,07
	Feira de Santana	291.504	405.691	3,08	3,44	0,25	0,28
	Ilhéus	131.454	223.352	1,39	1,89	0,11	0,15
	Itabuna	144.201	185.180	1,53	1,57	0,12	0,13
	Jequié	116.868	135.497	1,24	1,15	0,10	0,09
	Juazeiro	94.399	128.378	1,00	1,09	0,08	0,09
	Salvador	1.493.685	2.056.013	15,80	17,42	1,26	1,41

Estados	*Municípios*	*População*		*Porcentagem da população municipal sobre a população do Estado e do Brasil 1980/1991*			
				Estado		*Brasil*	
		1980	*1991*	*1980*	*1991*	*1980*	*1991*
Bahia	Vitória da Conquista	170.624	224.926	1,84	1,91	0,14	0,15
Total	09	2.608.724	3.584.390	27,60	30,07	2,20	2,45
Minas Gerais	Barbacena	86.388	100.038	0,65	0,64	0,07	0,07
	Belo Horizonte	1.780.855	2.048.861	13,31	13,01	1,50	1,40
	Betim	84.183	170.616	0,63	1,08	0,07	0,12
	Caratinga	110.035	125.640	0,82	0,80	0,09	0,09
	Contagem	280.477	448.822	2,10	2,85	0,24	0,31
	Divinópolis	117.330	151.345	0,98	0,96	0,10	0,10
	Governador Valadares	196.115	230.487	1,47	1,46	0,16	0,16
	Ipatinga	150.322	179.696	1,12	1,14	0,13	0,12
	Juiz de Fora	307.525	385.756	2,30	2,45	0,26	0,26
	Montes Claros	177.308	247.286	1,33	1,57	0,15	0,17
	Patos de Minas	86.121	102.698	0,64	0,65	0,07	0,07
	Poços de Caldas	86.972	110.152	0,65	0,70	0,07	0,08
	Ribeirão das Neves	67.257	143.874	0,50	0,91	0,06	0,10
	Santa Luzia	59.892	137.602	0,45	0,87	0,05	0,09
	Sete Lagoas	100.628	143.611	0,75	0,91	0,08	0,10
	Teófilo Ottoni	128.827	140.639	0,96	0,89	0,11	0,10
	Uberaba	199.203	210.803	1,49	1,34	0,17	0,14
	Uberlândia	240.961	366.711	1,80	2,33	0,20	0,25
Total	18	4.260.399	5.444.599	31,84	34,58	3,58	3,73

Estados	*Municípios*	*População*		*Porcentagem da população municipal sobre a população do Estado e do Brasil 1980/1991*			
				Estado		*Brasil*	
		1980	*1991*	*1980*	*1991*	*1980*	*1991*
Espírito Santo	Cachoeiro do Itapemirim	113.290	143.763	5,60	5,53	0,10	0,10
	Cariacica	189.089	274.450	9,35	10,56	0,16	0,19
	Colatina	102.563	106.712	5,10	4,11	0,09	0,07
	Linhares	106.207	119.501	5,25	4,60	0,09	0,08
	Serra	82.581	221.513	4,08	8,53	0,07	0,15
	Vila Velha	203.406	265.249	10,05	10,21	0,17	0,18
	Vitória	207.747	258.245	10,27	9,94	0,17	0,18
Total	07	1.004.883	1.388.433	49,66	53,44	0,84	0,95
Rio de Janeiro	Barra Mansa	154.741	167.124	1,37	1,33	0,13	0,11
	Campos dos Goitacases	335.776	388.640	2,97	3,09	0,28	0,27
	Duque de Caxias	575.814	664.643	5,10	5,28	0,48	0,45
	Itaboraí	114.540	161.274	1,01	1,28	0,10	0,11
	Itaguaí	90.133	113.010	0,80	0,90	0,08	0,08
	Macaé	66.231	100.646	0,59	0,80	0,06	0,07
	Magé	166.602	191.359	1,48	1,52	0,14	0,13
	Nilópolis	151.588	157.819	1,34	1,25	0,13	0,11
	Niterói	397.123	416.123	3,52	3,31	0,33	0,28
	Nova Friburgo	123.370	166.941	1,10	1,33	0,10	0,11
	Nova Iguaçu	1.094.805	1.286.337	9,70	10,22	0,92	0,88
	Petrópolis	229.502	255.211	2,03	2,03	0,19	0,17
	Rio de Janeiro	5.090.700	5.336.179	45,08	42,40	4,28	3,65
	São Gonçalo	615.352	747.891	5,45	5,94	0,52	0,51

Estados	*Municípios*	*População*		*Porcentagem da população municipal sobre, a população do Estado e do Brasil 1980/1991*			
				Estado		*Brasil*	
		1980	*1991*	*1980*	*1991*	*1980*	*1991*
Rio de Janeiro	São João do Meriti	398.826	425.038	3,53	3,38	0,34	0,29
	Teresópolis	98.705	120.701	1,07	0,96	0,08	0,08
	Volta Redonda	183.641	220.086	1,95	1,75	0,15	0,15
Total	17	9.887.449	10.919.022	87,57	86,77	8,31	7,47
São Paulo	Americana	122.004	142.581	0,49	0,46	0,10	0,11
	Araçatuba	129.304	159.499	0,52	0,51	0,12	0,11
	Araraquara	128.109	166.190	0,51	0,53	0,12	0,11
	Barueri	75.336	130.248	0,30	0,42	0,06	0,09
	Bauru	186.664	260.382	0,75	0,83	0,16	0,18
	Bragança Paulista	84.048	108.448	0,34	0,35	0,07	0,07
	Campinas	664.559	846.084	2,65	2,71	0,56	0,58
	Carapicuíba	185.816	283.183	0,74	0,91	0,16	0,19
	Diadema	228.660	303.586	0,91	0,97	0,19	0,21
	Embu	95.800	138.520	0,38	0,44	0,08	0,09
	Franca	148.997	232.656	0,60	0,75	0,13	0,16
	Guarujá	151.127	203.386	0,60	0,65	0,13	0,14
	Guarulhos	532.726	781.499	2,13	2,51	0,45	0,53
	Indaiatuba	56.237	100.736	0,22	0,32	0,05	0,07
	Itapetininga	84.384	105.049	0,34	0,34	0,07	0,07
	Itapevi	53.441	107.796	0,21	0,35	0,04	0,07
	Itaquaquecetuba	73.064	164.508	0,29	0,53	0,06	0,11
	Itu	74.204	106.872	0,30	0,34	0,06	0,07

Estados	Municípios	População 1980	População 1991	Porcentagem da população municipal sobre a população do Estado e do Brasil 1980/1991 — Estado 1980	Estado 1991	Brasil 1980	Brasil 1991
São Paulo	Jacareí	115.732	163.125	0,46	0,52	0,10	0,11
	Jundiaí	258.808	312.517	1,03	1,00	0,22	0,21
	Limeira	150.558	207.405	0,60	0,66	0,13	0,14
	Marília	121.774	151.760	0,49	0,49	0,10	0,10
	Mauá	205.740	292.611	0,82	0,94	0,17	0,20
	Moji das Cruzes	197.946	272.942	0,79	0,88	0,17	0,19
	Moji-Guaçu	73.549	107.440	0,29	0,34	0,06	0,07
	Osasco	474.543	563.419	1,90	1,81	0,40	0,39
	Pindamonhangaba	69.562	101.843	0,28	0,33	0,06	0,07
	Piracicaba	214.295	283.540	0,86	0,91	0,18	0,19
	Praia Grande	66.011	122.104	0,26	0,39	0,06	0,08
	Presidente Prudente	136.846	165.447	0,55	0,53	0,12	0,11
	Ribeirão Preto	318.496	430.805	1,27	1,38	0,27	0,29
	Rio Claro	110.212	137.509	0,44	0,44	0,09	0,09
	Santa Bárbara d'Oeste	76.621	121.531	0,31	0,39	0,06	0,08
	Santo André	553.072	613.672	2,21	1,97	0,46	0,42
	Santos	416.681	428.526	1,66	1,37	0,35	0,29
	São Bernardo do Campo	425.602	565.171	1,70	1,81	0,36	0,39
	São Caetano do Sul	163.082	149.125	0,65	0,48	0,14	0,10
	São Carlos	119.542	158.139	0,48	0,51	0,10	0,11
	São José do Rio Preto	188.601	283.281	0,75	0,91	0,16	0,19
	São José dos Campos	287.513	442.728	1,15	1,42	0,24	0,30

Estados	Municípios	População 1980	População 1991	Porcentagem da população municipal sobre a população do Estado e do Brasil 1980/1991 — Estado 1980	Estado 1991	Brasil 1980	Brasil 1991
São Paulo	São Paulo	8.493.226	9.480.427	33,92	30,39	7,12	6,49
	São Vicente	193.002	254.718	0,77	0,82	0,16	0,17
	Sorocaba	269.830	377.270	1,08	1,21	0,23	0,26
	Sumaré	101.834	226.361	0,41	0,73	0,09	0,15
	Susano	101.056	156.312	0,40	0,50	0,09	0,11
	Taboão da Serra	97.655	159.770	0,39	0,51	0,08	0,11
	Taubaté	169.265	205.070	0,68	0,66	0,14	0,14
Total	47	17.245.124	21.275.791	68,86	68,21	14,49	14,60
Paraná	Cascavel	140.706	192.673	1,84	2,29	0,12	0,13
	Colombo	62.881	117.937	0,82	1,40	0,05	0,08
	Curitiba	1.024.975	1.290.142	13,43	15,33	0,86	0,88
	Foz do Iguaçu	124.789	188.190	1,64	2,24	0,10	0,13
	Guarapuava	125.757	159.573	1,65	1,90	0,11	0,11
	Londrina	301.711	388.331	3,55	4,61	0,25	0,27
	Maringá	168.239	239.930	2,21	2,85	0,14	0,16
	Paranaguá	81.974	107.583	1,07	1,28	0,07	0,07
	Piraquara	70.640	106.542	0,93	1,27	0,06	0,07
	Ponta Grossa	186.647	233.517	2,45	2,80	0,16	0,16
	São José dos Pinhais	70.634	127.413	0,93	1,51	0,06	0,08
	Umuarama	100.545	100.246	1,32	1,19	0,08	0,07
Total	12	2.459.498	3.252.077	32,24	38,64	2,07	2,23

Estados	Municípios	População		Porcentagem da população municipal sobre a população do Estado e do Brasil 1980/1991			
				Estado		Brasil	
		1980	1991	1980	1991	1980	1991
Santa Catarina	Blumenau	157.258	211.677	4,33	4,67	0,13	0,14
	Chapecó	83.768	122.882	2,31	2,71	0,07	0,08
	Criciúma	101.379	146.159	2,79	3,22	0,09	0,10
	Florianópolis	187.871	254.944	5,18	5,62	0,16	0,17
	Itajaí	86.460	119.583	2,38	2,64	0,07	0,08
	Joinvile	235.812	346.095	6,50	7,63	0,20	0,24
	Lajes	129.685	150.866	3,57	3,33	0,12	0,10
	São José	87.817	139.205	2,42	3,07	0,07	0,10
Total	08	1.070.050	1.491.411	29,49	32,88	0,90	1,02
Rio Grande do Sul	Alvorada	91.380	140.005	1,18	1,53	0,08	0,10
	Bajé	100.135	118.689	1,29	1,30	0,08	0,08
	Canoas	220.425	278.997	2,84	3,06	0,19	0,19
	Caxias do Sul	220.566	290.968	2,84	3,19	0,19	0,20
	Gravataí	103.321	180.927	1,33	1,98	0,09	0,12
	Novo Hamburgo	136.503	200.879	1,76	2,20	0,11	0,14
	Passo Fundo	116.534	147.215	1,50	1,61	0,10	0,10
	Pelotas	241.110	289.494	3,10	3,17	0,20	0,20
	Porto Alegre	1.125.477	1.262.631	14,48	13,83	0,95	0,86
	Rio Grande	146.115	172.435	1,88	1,89	0,12	0,12
	Santa Cruz do Sul	98.120	117.795	1,26	1,29	0,08	0,08
	Santa Maria	179.948	217.565	2,30	2,38	0,15	0,15
	São Leopoldo	98.592	167.740	1,27	1,84	0,08	0,11

Estados	Municípios	População		Porcentagem da população municipal sobre a população do Estado e do Brasil 1980/1991			
				Estado		Brasil	
		1980	1991	1980	1991	1980	1991
Rio Grande do Sul	Sapucaia do Sul	79.367	104.841	1,02	1,15	0,07	0,07
	Uruguaiana	91.497	117.457	1,18	1,29	0,08	0,08
	Viamão	117.418	168.467	1,51	1,85	0,10	0,12
Total	16	3.165.508	3.876.105	40,72	42,72	2,66	2,65
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	291.777	525.612	21,30	29,55	0,25	0,36
	Dourados	100.987	135.779	7,37	7,63	0,08	0,09
Total	02	392.764	661.391	28,68	37,19	0,33	0,45
Mato Grosso	Cuiabá	209.553	401.112	18,40	19,85	0,18	0,27
	Rondonópolis	81.366	125.107	7,15	6,19	0,07	0,09
	Várzea Grande	76.676	161.608	6,73	8,00	0,06	0,11
Total	03	367.595	687.827	32,28	34,04	0,31	0,47
Goiás	Anápolis	180.015	239.047	5,77	5,94	0,15	0,16
	Aparecida de Goiânia	42.597	178.326	1,36	4,43	0,03	0,12
	Goiânia	714.174	920.838	22,88	22,88	0,60	0,63
	Luziânia	79.079	207.257	2,53	5,15	0,07	0,14
Total	04	1.015.865	1.545.468	32,55	38,40	0,85	1,06
Dist. Federal	Brasília	1.176.935	1.596.274				
Total	01	1.176.935	1.596.274				

Fonte: *Censo Demográfico 1991*. Resultados preliminares. Ministério da Economia e Planejamento, IBGE, Rio de Janeiro, 1992.

POPULAÇÃO. BRASIL E ESTADOS, 1980 E 1991

	População	
	1980	*1991*
Brasil	119.002.706	146.154.502
Estados		
Rondônia	491.069	1.130.400
Acre	301.303	417.437
Amazonas	1.430.089	2.088.682
Roraima	79.159	215.790
Pará	3.403.391	5.084.726
Amapá	175.257	289.050
Tocantins	738.884	920.133
Maranhão	3.996.404	4.992.339
Piauí	2.139.021	2.581.054
Ceará	5.288.253	6.353.346
Rio Grande do Norte	1.898.172	2.413.618
Paraíba	2.773.176	3.200.620
Pernambuco	6.143.272	7.109.626
Alagoas	1.982.591	2.512.515
Sergipe	1.140.121	1.492.400
Bahia	9.454.346	11.801.810
Minas Gerais	13.378.553	15.746.200
Espírito Santo	2.023.340	2.598.231
Rio de Janeiro	11.291.520	12.584.108
São Paulo	25.040.712	31.192.818
Paraná	7.629.392	8.415.659
Santa Catarina	3.627.933	4.536.433
Rio Grande do Sul	7.773.837	9.127.611
Mato Grosso do Sul	1.369.567	1.778.494
Mato Grosso	1.138.691	2.020.581
Goiás	3.120.718	4.024.547
Distrito Federal	1.716.935	1.596.274

Fonte: *Censo Demográfico 1991*. Resultados Preliminares. Ministério da Economia e Planejamento, IBGE, Rio de Janeiro, 1992.

POPULAÇÃO DAS CIDADES COM MAIS DE 20.000 HABITANTES NAS DATAS DOS RECENSEAMENTOS GERAIS. 1940, 1950, 1960, 1970 E 1980.

Unidades da Federação e Regiões	*Recenseamento*				
	1940	*1950*	*1960*	*1970*	*1980*
Norte	231.527	340.859	566.537	1.065.713	2.116.191
Rondônia	—	—	—	41.635	132.807
Acre	—	—	—	34.938	87.449
Amazonas	66.854	110.678	154.040	286.083	667.822
Pará	164.673	230.181	384.912	650.510	1.096.167
Roraima	—	—	—	—	43.016
Amapá	—	—	27.585	52.547	88.930
Nordeste	1.237.353	2.118.421	3.520.600	6.375.003	9.864.645
Maranhão	58.735	81.432	124.606	269.308	554.557
Piauí	57.871	84.325	139.957	276.620	540.685
Ceará	164.391	279.310	468.293	745.658	1.096.855
Rio Grande do Norte	51.479	118.312	193.109	360.234	571.374
Paraíba	104.976	185.040	299.944	547.163	801.414
Pernambuco	379.107	683.492	1.090.022	1.891.401	2.508.897
Alagoas	80.045	102.301	153.305	365.281	522.731
Sergipe	50.306	68.686	112.516	202.800	342.452
Bahia	290.443	515.523	938.848	1.716.538	2.925.680
Sudeste	4.018.799	7.055.936	12.293.395	21.290.124	31.717.959
Minas Gerais	300.974	693.861	1.732.224	3.259.128	5.230.798
Espírito Santo	42.098	75.940	180.002	301.503	551.163
Rio de Janeiro	1.759.395	2.969.093	4.439.564	6.445.856	8.090.366
São Paulo	1.916.332	3.317.042	5.941.605	11.283.637	17.845.632
Sul	634.202	1.104.150	2.450.653	4.312.664	7.787.185
Paraná	128.800	219.186	630.983	1.157.385	2.628.946
Santa Catarina	25.014	113.328	294.116	580.801	1.271.109
Rio Grande do Sul	480.388	771.636	1.525.554	2.574.478	3.887.130
Centro-Oeste	23.054	98.551	415.455	1.179.087	2.673.121
Mato Grosso	—	24.119	43.112	109.049	321.057
Mato Grosso do Sul	23.054	32.848	101.221	249.916	539.560
Goiás	—	41.584	181.424	543.117	1.401.199
Distrito Federal	—	—	89.698	277.005	411.305
BRASIL	6.144.935	10.717.917	19.246.640	34.222.591	54.159.101

POPULAÇÃO DAS CIDADES E DAS VILAS COM MAIS DE 20.000 HABITANTES NAS DATAS DOS RECENSEAMENTOS GERAIS. 1940, 1950, 1970 e 1980.

Unidades da Federação e Regiões	*Recenseamento*				
	1940	*1950*	*1960*	*1970*	*1980*
Norte	231.527	340.859	566.537	1.095.931	2.174.469
Rondônia	—	—	—	41.635	132.807
Acre	—	—	—	34.938	87.449
Amazonas	66.854	110.678	154.040	286.083	667.822
Pará	164.673	230.181	384.912	680.728	1.154.445
Roraima	—	—	—	—	43.016
Amapá	—	—	27.585	52.547	88.930
Nordeste	1.237.353	2.143.660	3.648.350	6.924.808	11.055.042
Maranhão	58.735	81.432	124.606	307.460	619.587
Piauí	57.871	84.325	139.957	276.620	540.685
Ceará	164.391	304.549	560.827	1.057.865	1.787.452
Rio Grande do Norte	51.479	118.312	193.109	360.234	607.362
Paraíba	104.976	185.040	299.944	547.163	837.749
Pernambuco	379.107	683.492	1.125.238	2.090.847	2.871.344
Alagoas	80.045	102.301	153.305	365.281	522.731
Sergipe	50.306	68.686	112.516	202.800	342.452
Bahia	290.443	515.523	938.848	1.716.538	2.925.680
Sudeste	4.018.799	7.158.751	12.841.257	23.469.886	35.909.353
Minas Gerais	300.974	693.861	1.774.034	3.462.252	5.918.491
Espírito Santo	42.098	75.940	227.717	444.806	886.241
Rio de Janeiro	1.759.395	3.071.908	4.805.288	7.554.312	9.738.991
São Paulo	1.916.332	3.317.042	6.034.218	12.008.516	19.365.630
Sul	634.202	1.104.150	2.450.653	4.509.920	8.163.823
Paraná	128.800	219.186	630.983	1.297.569	2.860.393
Santa Catarina	25.014	113.328	294.116	614.334	1.312.268
Rio Grande do Sul	480.388	771.636	1.525.554	2.598.017	3.991.162
Centro-Oeste	23.054	98.551	415.455	1.398.297	3.442.716
Mato Grosso	—	24.119	43.122	109.049	381.621
Mato Grosso do Sul	23.054	32.848	101.221	249.916	539.560
Goiás	—	41.584	181.424	543.117	1.401.199
Distrito Federal	—	—	89.698	496.215	1.120.336
BRASIL	6.144.935	10.845.971	19.922.252	37.398.842	60.745.403

Aglomerações com mais de
20.000 habitantes em 1950
MACAPÁ
MANAUS
BELÉM
SÃO LUIS
FORTALEZA
TERESINA
NATAL
JOÃO PESSOA
RECIFE
MACEIÓ
ARACAJU
SALVADOR
CUIABÁ
GOIÂNIA
BELO HORIZONTE
VITÓRIA
NITERÓI
RIO DE JANEIRO - DF
SÃO PAULO
CURITIBA
FLORIANÓPOLIS
PORTO ALEGRE
0 Km 200 400 600 800 1000

Aglomerações com mais de
20.000 habitantes em 1960
MACAPÁ
MANAUS
BELÉM
SÃO LUÍS
FORTALEZA
TERESINA
NATAL
JOÃO PESSOA
RECIFE
MACEIÓ
ARACAJU
SALVADOR
CUIABÁ
DF - BRASÍLIA
GOIÂNIA
BELO HORIZONTE
VITÓRIA
RIO DE JANEIRO
GUANABARA
SÃO PAULO
CURITIBA
FLORIANÓPOLIS
PORTO ALEGRE
0 Km 200 400 600 800 1000

ÍNDICE DOS AUTORES CITADOS